



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

EDITAL N. 90032/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - UASG 925006
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0011958-79.2025.8.22.8000
MENOR PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90032/2026				
Encerramento do recebimento de propostas e abertura da sessão pública: 26/06/2026, às 09:00h (horário de Brasília), no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br			Limite para esclarecimentos e impugnações ao Edital: 23/06/2026.	
Objeto:				
Renovação de suporte e garantia de hardware e software, bem como aquisição de subscrição de software de virtualização e hiperconvergência, para atender o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme as disposições deste Edital e seus Anexos.				
Valor Total Estimado:				
O orçamento desta Administração é sigiloso, com fundamento no art. 24 da Lei n. 14.133/2021, e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.				
Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Intervalo mínimo de entre lances	
() sim (x) não	() Facultativa (x) Não necessária	(x) Aberto () Aberto e Fechado () Fechado e Aberto	(x) R\$ 0,01 () R\$ _____	
Licitação Exclusiva ME/EPP?	Reserva ME/EPP?	Cota	Ampla Concorrência?	Prioridade ME/EPP local ou regional?
() sim (x) não	() sim (x) não		(x) sim () não	Exige amostra/demonstração? () sim (x) não
Telefone para contato:		e-mail para contato:		
(69) 3309-6652		licitacoes@tjro.jus.br		
Observações Gerais:				
<p>- Tendo em vista a ausência de descrições idênticas de alguns itens, por ocasião do cadastramento junto ao Sistema de Compras do Governo Federal (CATMAT), os mesmos foram cadastrados com descritivos similares, todavia, para cadastramento da proposta, deve-se observar e atender aos descritivos constantes no ANEXO III - Termo de Referência e ANEXO I - Modelo de apresentação de proposta detalhada após o encerramento dos lances.</p> <p>- Após a fase de lances as licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço atualizado e os documentos de habilitação exigidos no Edital, quando convocada pelo(a) Pregoeiro(a).</p> <p>- Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados serão encaminhados pela licitante, quando convocada pelo(a) Pregoeiro(a).</p>				



1. PREÂMBULO

1.1. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (TJRO), doravante denominado Tribunal, **TORNA PÚBLICA A ABERTURA DE LICITAÇÃO** na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, tipo menor preço, execução indireta, sob o regime de empreitada por **PREÇO UNITÁRIO** tendo por finalidade a qualificação de **EMPRESAS** e a seleção de propostas, sendo regida pela Lei Federal n. 14.133/2021, pela Lei Complementar n. 123/2006 e com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011, suas respectivas alterações e demais legislações pertinentes, segundo as condições e especificações deste Edital e seus Anexos.

1.2. DO OBJETO

1.2.1. **Renovação de suporte e garantia de hardware e software, bem como aquisição de subscrição de software de virtualização e hiperconvergência, para atender o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme as disposições deste Edital e seus Anexos.**

1.3. DA SESSÃO DE DISPUTA

SESSÃO PÚBLICA DA DISPUTA: **09:00h do dia 26/06/2026 (horário de Brasília).**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras/pt-br

2. DA AUTORIZAÇÃO

2.1. A realização desta licitação encontra-se devidamente autorizada pelo Ordenador de Despesas deste Tribunal, conforme Processo Administrativo n. 0011958-79.2025.8.22.8000.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- a) que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei n. 14.133/2021; e
- b) que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n. 123/2006 e do Decreto n. 8.538/2015.

3.3. Somente para as licitantes cadastradas como microempresa ou empresa de pequeno porte:

- a) que não ultrapassou os limites de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar;
- b) nos itens exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame; e
- c) nos itens não exclusivos, a manifestação no campo “não” apenas produzirá o efeito se a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123/2006, mesmo sendo qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.4. Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte quando o valor estimado da contratação for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme art. 4º, § 1º, da Lei n. 14.133/2021.

3.5. Não será permitida a participação de empresa em consórcio, uma vez que o objeto em questão apresenta ampla competitividade no mercado e não apresenta complexidade técnica ou econômica que exija a união de esforços de múltiplas empresas para o cumprimento das obrigações contratuais.

4. DO VALOR ESTIMADO

4.1. O orçamento desta Administração é sigiloso, com fundamento no art. 24 da Lei n. 14.133/2021, e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral do SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

5.3. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PROCEDIMENTO DESTA PREGÃO ELETRÔNICO

6.1. Do envio da proposta pelo sistema eletrônico

6.1.1. A licitante credenciada interessada em participar deste Pregão Eletrônico deverá enviar sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo considerada inválida a proposta apresentada por meio diverso.

6.1.2. Após acessar o sistema, o representante credenciado inserirá sua proposta inicial informando o **valor unitário** e o **valor total** proposto para cada item ofertado, em moeda nacional, com DUAS casas decimais, sem pontos e com vírgulas, para o objeto deste Edital até a data e horário previstos em seu Preâmbulo e, ainda, em campo próprio do sistema manifestar-se sobre todas as declarações exigidas.

6.1.2.1. É vedada a cotação parcial de itens, de quantidade inferior à demandada nesta licitação e de preços unitários distintos para o mesmo item licitado, independentemente da localidade de entrega.

6.1.3. Todas as despesas necessárias à perfeita execução do contrato (custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte em veículos apropriados, seguros, embalagens, instalação e configuração ou quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados...) devem estar inclusas nos preços cotados.

6.1.4. O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data marcada para a abertura das propostas, podendo a licitante ofertar prazo superior, declarando-o expressamente no campo Descrição Complementar.

6.1.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

6.1.6. A licitante terá oportunidade de rever as condições de sua proposta, cancelando-a e enviando nova proposta, desde que não tenha encerrado o período de tempo previsto para o seu encaminhamento. Uma vez abertas as propostas, o sistema não permitirá a retirada, alteração e/ou encaminhamento de nova proposta. Após a abertura das propostas, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

6.1.7. **No caso de haver divergência entre a descrição do código do serviço no aviso do COMPRAS.GOV.BR e o disposto nos Anexos deste Edital (Especificações), a licitante deverá obedecer ao que está disposto nestes Anexos.**

6.2. Da abertura e do critério de julgamento da proposta

6.2.1. Na data e horário previstos no Preâmbulo deste Edital serão abertas as propostas, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar sua aceitabilidade, verificando a sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

6.2.2. O(A) Pregoeiro(a) efetuará o julgamento das propostas pelo critério **MENOR PREÇO**, observados os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

6.2.3. **Será desclassificada** a proposta elaborada em desacordo com os termos deste Edital, que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente ou que: contenha vícios insanáveis; não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital; apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para o item; não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável.

6.2.3.1. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor máximo estimado para o item.

6.2.3.1.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem 6.2.3.1 deste Edital, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

- a) que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.2.4. O critério de aceitabilidade dos preços propostos será o da compatibilidade com os preços de mercado.

6.2.5. Para divergência entre valores unitários e os totais, prevalecerão os primeiros. Em caso de divergência entre os algarismos do preço e seu valor por extenso, será considerado este último.

6.2.6. No julgamento das propostas e dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, sempre assegurada a todas as licitantes paridade de tratamento neste aspecto.

6.3. Da fase de disputa e da formulação de lance

6.3.1. Classificadas as propostas, na data e horário previstos no Preâmbulo deste Edital, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase de disputa da sessão pública. Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputa e ordenadas por valor.

6.3.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) Pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de disputa.

6.3.3. Para participar da fase de disputa, as licitantes deverão acessar o site www.gov.br/compras/pt-br, opção Fornecedor > Acesso ao sistema > Fornecedor Brasileiro/Estrangeiro > Login e Senha.

6.3.4. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão formular lances sucessivos de menor valor, sendo informadas, imediatamente, sobre o seu recebimento com a indicação do respectivo horário e valor. Caso não se realizem lances, será verificada a conformidade da proposta de menor preço.

6.3.4.1. Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados em ordem crescente.

6.3.5. A licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado pelo sistema, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.3.6. Durante o transcurso da fase de disputa, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará a autora do lance.

6.3.7. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.3.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.3.8.1. A etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração desta etapa.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

6.3.8.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 6.3.8.1 deste Edital, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.3.8.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens 6.3.8.1 e 6.3.8.2 deste Edital, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no subitem 6.3.4.1 deste Edital.

6.3.8.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5%, o(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos neste Edital, para a definição das demais colocações.

6.3.8.5. Após o reinício previsto no subitem 6.3.8.4 deste Edital as licitantes serão convocadas para apresentarem lances intermediários.

6.3.8.6. Encerrada a etapa de que trata o subitem 6.3.8.5 deste Edital, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no subitem 6.3.4.1 deste Edital.

6.3.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.3.10. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.3.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

6.3.12. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.3.13. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

6.3.14. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.3.15. Em caso de empate entre duas ou mais propostas iniciais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021.

6.3.15.1. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público a ser realizado no próprio Sistema Eletrônico, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.3.16. Encerrada a etapa de lances, ocorrendo a situação denominada empate ficto, prevista no art. 44, § 2º, da Lei Complementar n. 123/2006, o Sistema Eletrônico se encarregará automaticamente de assegurar o exercício dos direitos inerentes à preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, na forma regulamentada pelo art. 45 do mesmo Estatuto.

6.3.16.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% superiores à proposta mais bem classificada, desde que esta também não se enquadre nessas categorias.

6.3.16.2. Nos termos do art. 44 da Lei Complementar n. 123/2006, é assegurado, como critério de **desempate**, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

6.3.17. Encerrado o tempo normal de disputa, o sistema identificará automaticamente a existência da situação de empate na sala de disputa, informando o nome da licitante. Em seguida, o(a) Pregoeiro(a) convocará a licitante que se encontre em situação de empate para, **no prazo de 5 (cinco) minutos**, sob pena de preclusão, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o item/grupo.

6.3.18. Não havendo manifestação da licitante convocada para registrar novo lance, o sistema verificará se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma licitante em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao(à) Pregoeiro(a) dar encerramento à disputa do item/grupo.

6.3.19. Após o encerramento da fase de disputa da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.3.20. Após o encerramento da fase de disputa da sessão pública, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada. Para tanto, deverá se manifestar quando da convocação pelo(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema eletrônico. A apresentação dessas novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

6.3.21. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.3.22. Quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimado para o item, a negociação poderá ser feita com às demais licitantes classificadas, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação estabelecida no subitem 6.3.4.1 deste Edital, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no subitem 6.3.15 deste Edital.

6.3.23. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3.24. Observado o prazo de que trata o subitem 6.5.1 deste Edital, o(a) Pregoeiro(a), deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

6.3.25. Todas as informações relativas à sessão pública deste Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

6.3.26. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.27. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.3.28. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) de data diversa.

6.4. Dos benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte

6.4.1. Nos termos do art. 44 da Lei Complementar n. 123/2006, é assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

6.5. Da proposta detalhada e da habilitação

6.5.1. A **PROPOSTA DETALHADA** (modelo constante no **ANEXO I** deste Edital), **atualizada em conformidade com o menor lance eventualmente ofertado**, deverá ser encaminhada, pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado do momento da convocação pelo(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema eletrônico, e deverá conter:

a) Razão social da proponente, endereço, CNPJ, número da conta corrente, agência e respectivo banco, fone fixo/celular e endereço eletrônico (e-mail);

b) Descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo prazo de validade/garantia caso haja, em conformidade com as características exigidas no Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital; e

c) Valor unitário e valor total de cada item.

6.5.1.1. Para fins de classificação, a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, juntamente com a Proposta Detalhada, conforme disposição contida no subitem 6.5.1 deste Edital, deverá encaminhar:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

a) **comprovar** através do CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) que possui atividade econômica relacionada com a Solução proposta;

b) **apresentar** documento emitido pela fabricante *VMware by Broadcom*, atestando que está autorizada a comercializar a Solução proposta; e

c) **certidão** emitida pela instância judicial competente, declarando que a empresa está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, caso se encontre em recuperação judicial, em consonância com o [Acórdão 1201/2020 - Plenário](#), do Tribunal de Contas da União - TCU.

6.5.1.2. Em nenhuma hipótese serão aceitos documentos emitidos pela própria empresa ou terceiros.

6.5.1.3. Caso a licitante seja a própria fabricante da Solução ofertada, a comprovação exigida na alínea "b", do subitem 6.5.1.1 deste Edital não será necessária.

6.5.1.4. A condição disposta na alínea "c", do subitem 6.5.1.1 deste Edital, considerou que a exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada, a fim de possibilitar à empresa em recuperação judicial participar do Certame, desde que demonstre sua viabilidade econômica e financeira.

6.5.1.5. O Tribunal se reserva à verificação das informações apresentadas pela empresa, por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 17, § 3º, da Lei n. 14.133/2021.

6.5.1.6. No prazo previsto no subitem 6.5.1 deste Edital, a prorrogação poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a); ou

b) de ofício, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos neste Edital.

6.5.2. A **HABILITAÇÃO** consistirá em:

a) regularidade perante a Fazenda federal, estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente e municipal, na forma da lei;

b) regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

c) regularidade perante a Justiça do Trabalho;

d) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

e) balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme Parecer de Orientação n. 2/2026 - SEPREC/DICONT/DFC/SOF/PRESI/TJRO, comprovação de índices relativos à boa situação financeira da licitante (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) iguais ou maiores que 1 (um). Caso qualquer dos índices esteja inferior a 1 (um), será verificada a comprovação de Patrimônio Líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação; e

f) **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m):

f.1. que a licitante já forneceu objeto compatível com o licitado e executou os serviços de forma satisfatória. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter, ao menos, o nome da licitante, o órgão contratante, o nome e a assinatura do responsável, além de demonstrar a execução de, no mínimo, 50% do quantitativo mensal máximo previsto em cada um dos itens licitados.

6.5.2.1. Os documentos exigidos nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do subitem 6.5.2 deste Edital serão verificados, pelo(a) Pregoeiro(a), em consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e/ou em sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões que constituirá meio legal de prova.

6.5.2.2. O documento exigido na alínea "e" do subitem 6.5.2 deste Edital será verificado, pelo(a) Pregoeiro(a), em consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** que constituirá meio legal de prova.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

6.5.2.3. O documento exigido na alínea "f" do subitem 6.5.2 deste Edital deverá ser apresentado pela licitante quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a).

6.5.2.4. Caso os documentos exigidos para atendimento das alíneas "d" e "e" do subitem 6.5.2 deste Edital estejam com prazo de validade vencidos e/ou não estejam disponíveis no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, deverão ser apresentados pela licitante quando solicitados pelo(a) Pregoeiro(a).

6.5.2.5. O marco temporal para apresentação das demonstrações do último exercício social exigível será a data limite definida pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

6.5.2.6. As demonstrações contábeis exigidas limitar-se-ão ao último exercício no caso de a licitante ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

6.5.2.6.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

6.5.2.7. A licitante poderá apresentar quantos atestados forem necessários para a comprovação do atendimento quanto à exigência contida na alínea "f" do subitem 6.5.2 deste Edital.

6.5.2.7.1. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter informações que identifique o emitente e a qualidade da execução do objeto contratado.

6.5.2.8. Serão considerados serviços similares, para fins de atendimento a este requisito, aqueles que envolvam atividades de monitoramento, operação, suporte técnico, manutenção, atendimento técnico e/ou execução de serviços de natureza compatível com o objeto contratado, não sendo exigida identidade absoluta entre os serviços prestados e o objeto da licitação.

6.5.2.9. O(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar que a licitante possui experiência prévia na execução satisfatória de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos, de modo a evidenciar sua capacidade técnica para a adequada execução do objeto.

6.5.2.10. Será admitida a comprovação da capacidade técnica por similaridade, desde que os serviços descritos no(s) atestado(s) apresentado(s) sejam pertinentes e compatíveis com o escopo da contratação, observada a equivalência ou superioridade da complexidade tecnológica e operacional.

6.5.2.11. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter o CNPJ e o endereço da entidade emitente, além da data de emissão, o nome, função e telefone do responsável e a qualidade dos serviços prestados.

6.5.2.12. A comprovação de capacidade técnica estará sujeita à confirmação da veracidade de suas informações, por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 64, inciso I, da Lei n. 14.133/2021.

6.5.2.13. Os documentos para habilitação serão exigidos apenas da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar e o prazo para a sua apresentação, quando solicitada pelo(a) Pregoeiro(a), será de até 2 (duas) horas, prorrogado por igual período.

6.5.2.14. No prazo previsto no subitem 6.5.2.13. deste Edital, a prorrogação poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a); ou
- b) de ofício, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos neste Edital.

6.5.2.15. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

6.5.3. A documentação exigida deverá ter validade mínima até a data prevista para a sessão pública. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias corridos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

6.5.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarada vencedora desta licitação, prorrogável por igual período, a critério do Tribunal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.5.4.1. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará na decadência do direito à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação, sendo facultado ao Tribunal convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou, ainda, revogar esta licitação.

6.5.5. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Departamento de Aquisições e Gestão de Patrimônio do Tribunal, no endereço mencionado neste Edital, dentro do prazo assinalado pelo(a) Pregoeiro(a).

6.5.5.1. As cópias poderão ser autenticadas por tabelião de notas, Pregoeiro(a) ou membro da equipe de apoio mediante apresentação do original ou publicação em órgão da imprensa oficial e ainda por declaração de autenticidade por advogado.

6.5.6. As certidões apresentadas pela licitante, conforme disposição do subitem 6.5.2 deste Edital, estarão sujeitas à verificação de sua validade e autenticidade pelo(a) Pregoeiro(a) ou membro da equipe de apoio. A verificação pelo Tribunal nos sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

6.5.7. A licitante deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.5.8. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz; e

c) se a licitante for a matriz e a fornecedora do objeto deste Edital ou a emissora da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

6.5.9. Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital, quando então poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.5.10. Se a documentação exigida para habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, ou se a licitante estiver em suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, ou se for identificada como inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, tal licitante será inabilitada, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

6.5.11. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

6.6. Do recurso

6.6.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

6.6.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

6.6.2.1. As demais licitantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

6.6.3. Será assegurado à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

6.6.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.6.5. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade superior.

6.6.6. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a autoridade superior a adjudicar e homologar o objeto à licitante vencedora.

6.6.7. Findo o prazo do subitem 6.6.2 deste Edital, impugnado ou não o recurso, o(a) Pregoeiro(a) o apreciará no prazo de 3 (três) dias úteis, quando opinará pela manutenção ou reforma do ato recorrido. Não havendo a reconsideração do ato, os autos serão encaminhados à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7. DO CONTRATO

7.1. Da adjudicação e homologação

7.1.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei n. 14.133/2021.

7.2. Da assinatura e vigência do contrato

7.2.1. Conforme descrito no Item 11 do Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital.

7.2.2. Fica vedada a contratação de mais de uma empresa para a execução do mesmo objeto, exceto nos casos em que, mediante justificativa, o objeto possa ser executado de forma concomitante por mais de um contratado ou a múltipla execução se mostrar conveniente.

7.3. Da alteração, do reajuste de preços, da inexecução e da extinção do contrato

7.3.1. Conforme descrito no Item 18 do Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital.

8. DAS PENALIDADES DO PROCEDIMENTO

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame, desde que cause prejuízo à Administração;

b) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta detalhada e adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; e

2. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

e) fraudar a licitação;

f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

2. induzir deliberadamente a erro no julgamento; e

3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n. 12.846/2013](#).

8.2. Com fulcro na [Lei n. 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou aos adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da comunicação oficial.
- 8.4.1. Para as infrações previstas nas alíneas “a” e “b” do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 1% do valor estimado da contratação.
- 8.4.2. Para a infração prevista na alínea “c” do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 5% do valor do contrato.
- 8.4.3. Para as infrações previstas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 30% do valor estimado da contratação.
- 8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 8.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 8.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração direta e indireta do Estado de Rondônia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 8.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações previstas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 8.1 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 8.1 deste Edital que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei n. 14.133/2021](#).
- 8.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 8.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

8.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9. DO PAGAMENTO

9.1. Conforme descrito no Item 19 do Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital.

10. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

10.1. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostos por qualquer pessoa, dirigidas ao(à) Pregoeiro(a) e por meio do e-mail licitacoes@tjro.jus.br, até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame.

10.1.1. Caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pelos(as) responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre os pedidos de esclarecimentos e as impugnações no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.1.2. Acolhida a impugnação contra este Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

10.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha, após a abertura das propostas, apontar falhas ou irregularidades, ou não o fizer no prazo estabelecido.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Para contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias corridos, **exceto** quando explicitamente disposto em contrário.

11.2. A contagem dos prazos somente se inicia e vence em dia de expediente neste Tribunal.

11.3. A simples participação nesta licitação implica em total aceitação das normas contidas neste Edital.

11.4. As despesas de elaboração das propostas para este certame licitatório serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não conferindo direito a qualquer indenização ou ressarcimento.

11.5. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados **em qualquer fase da licitação**. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, implicará na extinção contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.6. É facultado ao(à) Pregoeiro(a), ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

11.6.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 6.2.6 deste Edital, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.7. As licitantes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo, sob pena de desclassificação/inabilitação, no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), ao qual se reserva o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

11.8. O(A) Pregoeiro(a) poderá subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

11.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.10. O resultado da licitação será divulgado mediante aviso, o qual será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia, no *site* www.tjro.jus.br, bem como afixado no quadro próprio localizado na Sede deste Tribunal, na Rua José Camacho, n. 585, Térreo, Bairro Olaria, Porto Velho/RO.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

11.11. Qualquer modificação neste Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

11.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a), que decidirá com base na legislação em vigor.

11.13. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir quaisquer questões oriundas da presente licitação.

11.14. Este Edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.tjro.jus.br ou www.gov.br/compras/pt-br, bem como na sala do Departamento de Aquisições e Gestão de Patrimônio (DEAGESP/TJRO), situada na Rua José Camacho, n. 585, Sala 207, 2º Andar, Bairro Olaria, nesta Capital, no horário das 7h às 14h, onde poderá ser retirado, preferencialmente em meio eletrônico, sem ônus para o Tribunal.

11.15. O(A) Pregoeiro(a) e sua equipe de apoio encontram-se à disposição **para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares** no endereço citado no subitem anterior ou pelo fone (69) 3309-6652, e ainda pelo e-mail licitacoes@tjro.jus.br. O(A) Pregoeiro(a) não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos por ele em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto deste Tribunal quanto do emissor.

11.16. ATENÇÃO: Fica instituída a assinatura eletrônica de documentos, conforme Resolução n. 027/2016-PR. Para tanto, os representantes das licitantes vencedoras, após a homologação do Certame, deverão obrigatoriamente, se cadastrar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, no acesso externo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no endereço: http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0, **para assinatura digital do contrato**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Item 8 deste Edital.

11.17. Após o cadastro no SEI as respectivas unidades poderão disponibilizar o acesso para a licitante assinar os documentos, nos prazos estabelecidos neste Edital.

11.18. A licitante vencedora se compromete a respeitar todas as obrigações estabelecidas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei n. 13.709/2018) e outras leis aplicáveis em relação às diretrizes para o tratamento de dados pessoais relacionados ao objeto deste Edital, protegendo os direitos e garantias fundamentais envolvidos, incluindo a confidencialidade das informações.

11.19. São partes integrantes do presente Edital:

- a) ANEXO I - Modelo de apresentação de proposta detalhada após o encerramento dos lances;
- b) ANEXO II - Preços de referência;
- c) ANEXO III – Termo de Referência; e
- d) ANEXO IV - Minuta do Contrato.

Porto Velho/RO, 09 de junho de 2026.

Karina Miguel Sobral
Juíza Secretária-Geral
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia



ANEXO I
MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DETALHADA
APÓS O ENCERRAMENTO DOS LANCES

PREGÃO ELETRÔNICO n. 90032/2026.

Razão Social:
Número do CNPJ:
Endereço completo com CEP:
Fone/Celular:
Outros (correio eletrônico...):
Banco/Nome e n. da Agência/Conta Corrente:
Responsável legal para assinatura do Contrato (nome, documentação de identificação oficial e CPF):

OBJETO: Renovação de suporte e garantia de hardware e software, bem como aquisição de subscrição de software de virtualização e hiperconvergência, para atender o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, nos termos do Pregão em epígrafe.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT./UN.	VALOR UNITÁRIO DO ITEM (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
1	1	_____[Descrever as especificações do item]____.	8 Nodes		
	2	_____[Descrever as especificações do item]____.	10 Nodes		
	3	_____[Descrever as especificações do item]____.	2 Nodes		
	4	_____[Descrever as especificações do item]____.	2 Switches		
	5	_____[Descrever as especificações do item]____.	2 Switches		
	6	_____[Descrever as especificações do item]____.	528 Core		
	7	_____[Descrever as especificações do item]____.	1008 Core		
	8	_____[Descrever as especificações do item]____.	263 TiB		
	9	_____[Descrever as especificações do item]____.	299 TiB		
VALOR TOTAL DO GRUPO (R\$)					

Declaro que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, tais como custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte em veículos apropriados, seguros, embalagens, instalação e configuração ou quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado.

O prazo de validade desta proposta é de 90 (noventa) dias corridos, nos termos do subitem 6.1.4 do presente Edital.

O Prazo de entrega:

OBSERVAÇÃO:

1. Quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante deve:

- a) Encaminhar as declarações exigidas nas alíneas "a", "b" e "c" do subitem 6.5.1.1 deste Edital;
- b) Encaminhar o documento exigido na alínea "f" do subitem 6.5.2 deste Edital; e
- c) Encaminhar os documentos exigidos nas alíneas "d" e "e" do subitem 6.5.2 deste Edital, caso estejam com prazo de validade vencidos e/ou não estejam disponíveis no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

Porto Velho/RO, ____ de ____ de 20 ____.

Assinatura do Representante Legal
Documentação de identificação oficial e CPF



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

ANEXO II
PREÇOS DE REFERÊNCIA

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO DE REFERÊNCIA UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)
1	1	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F . Garantia com término em 26/03/2026 . Estimado para 33 meses.	-
	2	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F . Garantia com término em 22/04/2027 . Estimado para 30 meses.	-
	3	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F . Garantia com término em 27/10/2027 . Estimado para 24 meses.	-
	4	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para Switch modelo Dell PowerSwitch S4048-ON. Garantia com término em 26/03/2026 . Estimado para 33 meses.	-
	5	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para Switch modelo Dell PowerSwitch S4148FON. Garantia com término em 22/04/2027 . Estimado para 30 meses.	-
	6	Aquisição de subscrição do software de gerenciamento VMware Cloud Foundation para servidor Dell EMC Vxrail P570F . Final da garantia dos equipamentos do Cluster VxRail 01 . Garantia com término em 26/03/2026 . Estimado para 33 meses.	-
	7	Aquisição de subscrição do software de gerenciamento VMware Cloud Foundation(VCF) para substituir o suporte atual que encerra-se em 18/10/2026 . Estimado para 36 meses.	-
	8	Aquisição de subscrição do add-on VMware vSAN contemplando 1 TiB para VMware Cloud Foundation. Final da garantia dos equipamentos do Cluster VxRail 01 Garantia com término em 26/03/2026 . Estimado para 33 meses.	-
	9	Aquisição de subscrição do add-on VMware vSAN contemplando 1 TiB para VMware Cloud Foundation para substituir o suporte atual que encerra-se em 18/10/2026 . Estimado para 36 meses.	-

Edital redigido, com base no Termo de Referência, por:

Diego Sousa
Técnico Judiciário
Seção de Preparação de Contratação/Diaq/Deagesp/SA



Documento assinado eletronicamente por **DIEGO SOUSA ARAÚJO, Técnico (a) Judiciário**, em 08/05/2026, às 13:22 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **KARINA MIGUEL SOBRAL, Juíza Secretária-Geral**, em 25/05/2026, às 22:26 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>, informando o código verificador **5614400** e o código CRC **E74E87D0**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Rua José Camacho, 585 - Bairro Olaria - CEP 76801-330 - Porto Velho - RO - www.tjro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 18 / 2026 - SEA/DATIC/DEGOV/STIC/PRESI/TJRO

2026.PCA.5445

1. DO OBJETO

1.1. Descrição

1.1.1. Renovação de suporte e garantia de hardware e software, bem como aquisição de subscrição de software de virtualização e hiperconvergência, para atender o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

1.2. Detalhamento

Grupo	Item	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Part Number	Prazo Mínimo de validade/Garantia
1	1	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F. Garantia com término em 26/03/2026. Contrato nº 113/2020 (1927348).	Nodes	8	-	33 Meses
	2	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F. Garantia com término em 22/04/2027. Contrato 380 (2536842).	Nodes	10	-	30 Meses
	3	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F. Garantia com término em 27/10/2027. Termo Aditivo 110 (2391479).	Nodes	2	-	24 Meses
	4	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para Switch modelo Dell PowerSwitch S4048-ON. Garantia com término em 26/03/2026. Contrato nº 113/2020 (1927348).	Switches	2	-	33 Meses
	5	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para Switch modelo Dell PowerSwitch S4148FON. Garantia com término em 22/04/2027. Contrato 380 (2536842).	Switches	2	-	30 Meses
	6	Aquisição de subscrição do software de gerenciamento VMware Cloud Foundation para servidor Dell EMC Vxrail P570F. Final da garantia dos equipamentos do Cluster VxRail 01. Garantia com término em 26/03/2026. Contrato nº 113/2020 (1927348).	Core	576	VCF-CLD-FND-A.	33 Meses
	7	Aquisição de subscrição do software de gerenciamento VMware Cloud Foundation (VCF) para substituir o suporte atual que encerra-se em 18/10/2026	Core	960	VCF-CLD-FND-A.	36 Meses
	8	Aquisição de subscrição do addon VMware vSAN contemplando 1 TiB para VMware Cloud Foundation. Final da garantia dos equipamentos do Cluster VxRail 01. Garantia com término em 26/03/2026. Contrato nº 113/2020 (1927348).	TiB	263	VCF-VSAN-8	33 Meses
	9	Aquisição de subscrição do addon VMware vSAN contemplando 1 TiB para VMware Cloud Foundation para substituir o suporte atual que encerra-se em 18/10/2026	TiB	299	VCF-VSAN-8	36 Meses

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. O ambiente de hiperconvergência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO é composto por equipamentos essenciais ao funcionamento dos principais sistemas institucionais, centralizando serviços críticos em infraestrutura convergente, que engloba processamento, armazenamento e rede sob gestão unificada.

2.2. Conforme Contrato n. 113/2020 - 1927348, o Tribunal adquiriu, no exercício de 2020, uma Solução de infraestrutura hiperconvergente composta por oito servidores (nós) da marca Dell EMC, modelo VxRail P570F (All Flash). A aquisição incluiu, ainda, 3 (três) switches da marca Dell EMC, modelo S4048-ON, serviços de instalação e 5 vouchers de treinamento. O recebimento definitivo da Solução ocorreu em **26.03.2021**, conforme o **Termo de Recebimento e Aceitação** n. 1 (2126476). A garantia e a assistência técnica on-site para os servidores e switches foram contratadas pelo período de 60 (sessenta) meses a partir desta data, o que estabeleceu o encerramento da cobertura vigente em **26.03.2026**.

2.3. Adicionalmente, o referido instrumento foi aditado para a inclusão de 2 (dois) novos servidores hiperconvergentes, conforme o Termo Aditivo n. 110 - 2391479. O recebimento desses equipamentos ocorreu em **27.10.2021**, com garantia e assistência técnica estabelecidas pelo mesmo período de 60 (sessenta) meses. Dessa forma, o suporte para este item específico de hardware estende-se até **27.10.2026**.

2.4. Posteriormente, em dezembro de 2021, foi firmado o Contrato n. 380 - 2536842, com o objetivo de expandir a capacidade de processamento e armazenamento do Tribunal, além de promover a substituição de equipamentos obsoletos ou com garantia expirada. Esta etapa da expansão contemplou a aquisição de 10 (dez) novos servidores (nós) hiperconvergentes, incluindo os serviços de instalação, e 4 (quatro) switches Dell PowerSwitch S4148-ON, modelo que sucedeu ao Dell PowerSwitch S4048-ON, descontinuado pelo fabricante à época. A contratação também incluiu 6 (seis) vouchers para treinamentos em "Virtualização e Solução SDS". O recebimento definitivo dessa infraestrutura foi formalizado por meio do **Termo de Recebimento e Aceitação** n. 4 - 2692519, datado de **22.04.2022**. Considerando o prazo de garantia de 60 (sessenta) meses, a cobertura de suporte e assistência técnica para estes itens estende-se até **22.04.2027**.

2.5. Diante do cenário, observa-se que a infraestrutura hiperconvergente do Tribunal, composta por 20 (vinte) nós e 7 (sete) switches adquiridos entre 2020 e 2021, possui ciclos de suporte técnico e garantia com encerramentos previstos para ocorrerem sucessivamente entre março de 2026 e abril de 2027. Considerando que tais equipamentos sustentam os serviços críticos e o processamento de dados institucional, a presente contratação se fundamenta na necessidade imperativa de garantir a continuidade da assistência técnica on-site e o suporte especializado da fabricante. Essa medida visa mitigar riscos de interrupção dos serviços por falhas de hardware e assegurar a disponibilidade e a integridade do ambiente tecnológico após o término das coberturas vigentes.

2.6. Outro ponto determinante para a sustentação da plataforma, refere-se ao software de gerenciamento. Por meio do Contrato n. 229 - 3637784, foram adquiridas licenças da fabricante VMware, com suporte e validade de 36 (trinta e seis) meses. Conforme a Comunicação de Disponibilização e Serviços constante do id. 3686940, o prazo de vigência se encerra em **18.10.2026**, tornando imprescindível a renovação da subscrição após esta data.

2.7. Entretanto, cabe ressaltar que a fabricante VMware promoveu uma alteração estrutural em sua política comercial, descontinuando o modelo de licenciamento perpétuo, base do Contrato n. 229/2023 - 3637784, tornando mandatória a migração para o modelo de subscrição anual. Tal mudança exige a adequação deste Tribunal às novas métricas de conformidade: o licenciamento por instâncias e suítes de software é substituído pela contagem de núcleos de processamento físico (Cores) para o VMware Cloud Foundation (VCF) e pela capacidade de armazenamento (TiB) para o vSAN Add-on. De acordo com a política oficial de portabilidade da fabricante (VMware Cloud Foundation License Portability Policy), essa transição é a única via para assegurar a continuidade do suporte técnico, às atualizações de segurança e à sustentação da infraestrutura hiperconvergente, garantindo a regularidade operacional dos ativos.

2.8. A renovação ora demandada visa manter a infraestrutura devidamente certificada, em conformidade com o ciclo de vida útil definido nas políticas internas do parque tecnológico (Ato n. 827/2023 e alterações), assegurando que os equipamentos permaneçam cobertos por garantia e em conformidade com suas licenças. Essa medida garante o acesso a serviços preventivos e corretivos, peças originais e atualizações tecnológicas, além de estar alinhada ao princípio da eficiência administrativa, previsto na Lei n. 14.133/2021.

2.9. Por fim, conforme estabelecido na Estratégia Institucional do PJRO (PEI 2021–2026), a infraestrutura hiperconvergente suporta sistemas estratégicos como PJe, módulos de gabinete/cartório, bancos de dados críticos e serviços de autenticação, cuja indisponibilidade compromete a entrega jurisdicional, a integridade das informações e a relação de confiança institucional com magistrados, servidores e sociedade.

2.10. Dessa forma, a renovação da garantia e da subscrição da Solução de hiperconvergência constitui medida indispensável para assegurar a continuidade e evolução controlada dos serviços essenciais de TIC do Tribunal, em conformidade com as diretrizes de governança, segurança, sustentabilidade e eficiência orçamentária.

2.11. A pretensa contratação se mostra técnica e economicamente vantajosa, dentre as disponibilizadas pelo mercado, conforme Estudo Técnico Preliminar n. 187/2025 acostado aos autos n. 0011958-79.2025.8.22.8000, ev. **4968834**. As demais informações relativas ao objeto deste Termo, encontram-se no mesmo instrumento.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A contratação será regida pela Lei Federal n. 14.133/2021, com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011, suas respectivas alterações e demais legislações pertinentes.

3.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão usufruir do tratamento estabelecido pela Lei Complementar n. 123/2006.

4. DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O objeto deste Termo de Referência deverá ser realizado por execução indireta, sob o regime de Empreitada por Preço Unitário, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei n. 14.133/2021.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES ESTIMADOS

5.1. As especificações e quantidades encontram-se registradas no **ANEXO I** deste Termo de Referência.

5.2. Do Sigilo do Valor Estimado para a Contratação

5.2.1. Os valores estimados para a pretendida contratação serão mantidos em sigilo, nos termos do art. 24 da Lei n. 14.133/2021, com fundamento nos princípios de preservação da competitividade, economicidade e segurança.

5.2.2. O sigilo do valor busca evitar que as empresas ajustem suas propostas de forma oportunista, aproximando-se do teto estabelecido pela Administração, o que comprometeria a competitividade e resultaria em propostas menos vantajosas. Dessa forma, manter o valor oculto incentiva as empresas a apresentarem suas melhores ofertas com base em suas próprias análises de mercado e custos, o que pode gerar preços mais competitivos e uma contratação mais econômica para o Tribunal.

5.2.3. Além disso, o sigilo reduz o risco de realização de acordos entre as empresas, impedindo a manipulação de suas propostas para simular uma concorrência, mas com valores artificialmente elevados.

5.2.4. Esse procedimento está em conformidade com as diretrizes da Lei n. 14.133/2021, que permite a adoção do sigilo do valor estimado até o momento da abertura das propostas, quando há justificativa técnica para tal. Ao manter o valor em sigilo, a Administração Pública garante que o processo licitatório ocorra de forma mais eficiente e segura, promovendo uma competição justa e favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas.

6. DOS PREÇOS, DO PARCELAMENTO DO OBJETO, DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO E COOPERATIVAS, APLICAÇÃO DE COTAS PARA ME/EPP E DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Dos Preços

6.1.1. Os preços propostos serão aqueles discriminados pela empresa em sua proposta, cotado em reais (R\$), devendo prevalecer, em caso de divergência, o preço unitário sobre o preço total.

6.1.2. Todas as despesas necessárias à perfeita execução do Contrato (custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte em veículos apropriados, seguros, embalagens, instalação e configuração ou quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados...) devem estar incluídas na proposta apresentada.

6.2. Do Parcelamento do Objeto

6.2.1. O parcelamento do objeto constitui a regra, devendo a licitação ser promovida por item sempre que o objeto for divisível, salvo quando o fracionamento causar prejuízo à solução do conjunto ou perda da economia de escala, nos termos do art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei n. 14.133/2021.

6.2.2. Em razão da relação de dependência entre os itens a serem contratados e a Solução atualmente em uso pelo Tribunal, não será possível o parcelamento do objeto deste Termo de Referência. A análise técnica fundamentada na Resolução n. 468/2022 e nos princípios da eficiência e da padronização indica a necessidade de processamento da renovação de garantia de hardware e aquisição de subscrição de software em lote único, dada a natureza indissociável da Solução de hiperconvergência (HCI).

6.2.3. Diferente de arquiteturas tradicionais, o ambiente de hiperconvergência opera através da fusão lógica entre as camadas de processamento, armazenamento e rede, onde o software de gerenciamento é o elemento vital que coordena os ativos físicos. A divisão do objeto em itens distintos acarretaria um risco elevado de solução de continuidade, uma vez que o suporte técnico especializado e a liberação de atualizações críticas de segurança e firmware dependem da validação simultânea entre o licenciamento ativo e a cobertura de garantia do hardware homologado.

6.2.4. Sob a ótica da economicidade e do interesse público, o agrupamento evita o fenômeno do conflito de responsabilidades, conhecido como finger-pointing, no qual fornecedores diferentes poderiam atribuir reciprocamente a causa de eventuais falhas, retardando o restabelecimento de serviços essenciais. Ademais, a gestão centralizada da sustentação tecnológica garante que os ciclos de vida de hardware e software permaneçam sincronizados, otimizando o esforço administrativo de fiscalização contratual e assegurando a integridade do ecossistema tecnológico, o que justifica, sob os critérios técnicos e jurídicos vigentes, a inviabilidade do parcelamento deste objeto.

6.2.5. A solução VxRail está diretamente associada ao ecossistema de virtualização VMware, de modo que a operação, sustentação e continuidade do ambiente dependem da atuação coordenada entre a infraestrutura física e a camada de licenciamento e suporte de software. Assim, embora se trate de objetos distintos em sua descrição, ambos possuem elevado grau de interdependência técnica e operacional. O eventual parcelamento da contratação em partes menores ou em execuções desvinculadas pode acarretar prejuízos à Administração, tais como dificuldade na definição de responsabilidades, demora na resolução de incidentes, sobreposição de obrigações contratuais, aumento da complexidade da fiscalização e risco de descontinuidade do suporte ao ambiente computacional. Além disso, a contratação de forma integrada contribui para: maior eficiência na gestão contratual; melhor coordenação entre suporte de hardware e software; redução de riscos operacionais; maior celeridade no tratamento de falhas; preservação da continuidade e da disponibilidade do ambiente VxRail. Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento do objeto atende ao interesse público e se mostra mais vantajoso sob os aspectos técnico e administrativo, uma vez que assegura tratamento uniforme à Solução, com maior eficiência na prestação dos serviços e mitigação dos riscos inerentes à fragmentação contratual.

6.2.6. Após análise das necessidades desta Administração, a Equipe de Planejamento da Contratação concluiu, sob perspectiva técnica, a existência de interdependência entre os eventos constantes dos itens a serem licitados, o que inviabiliza o fracionamento do objeto.

6.2.7. Assim, com fundamento nas razões técnicas expostas neste Termo de Referência, recomenda-se a contratação de uma única empresa para a execução do Contrato, nos termos do art. 40, § 3º, inciso II, da Lei n. 14.133/2021.

6.3. Da Participação de Empresas em Consórcio e Cooperativas

6.3.1. Fica vedada a participação de empresas organizadas sob a forma de consórcio ou cooperativa, nos termos dos arts. 15 e 16 da Lei Federal n. 14.133/2021. Tal vedação fundamenta-se na necessidade de garantir a eficiência administrativa e de mitigar riscos operacionais relevantes para o adequado funcionamento da Solução a ser contratada, conforme previsto no subitem 6.2 deste Termo de Referência.

6.3.2. A restrição estabelecida pelo subitem anterior não configura limitação arbitrária à competitividade, mas visa garantir que a futura contratada possua estrutura técnica e operacional integrada, assegurando a estabilidade necessária à adequada prestação dos serviços ao Tribunal.

6.4. Da Aplicação de Cotas para ME/EPP

6.4.1. Considerando a natureza técnica indivisível do objeto, a Equipe de Planejamento da Contratação concluiu pela **não aplicação da reserva ou exclusividade de cota para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP)**, nos termos do art. 47, § 1º, da Lei Complementar no 123/2006 e art. 40, § 3º, inciso II, da Lei n. 14.133/2021.

6.4.2. A não adoção de cota exclusiva se justifica em razão:

- a) da indivisibilidade técnica e funcional dos itens, atestada nos subitens 6.2.1 a 6.2.7 deste Termo de Referência;

- b) da necessidade de padronização, manutenção centralizada e interoperabilidade entre todos os componentes e serviços da Solução;
- c) da potencial perda de economia de escala, aumento de custos administrativos e agravamento de riscos operacionais caso o objeto seja fracionado; e
- d) da exigência de responsabilidade de uma única Contratada, manutenção do SLA unificado e garantia de segurança institucional.

6.4.3. Além disso, a aplicação de cotas para ME/EPP comprometeria a rastreabilidade técnica e administrativa, pois eventuais atrasos ou não conformidades escapariam ao controle de um único responsável; o atendimento aos requisitos de *compliance*; a fiscalização, tendo em vista o alto número de pontos e localidades, exigindo relatórios mensais de SLA, manutenção e backup, além de garantia de padronização documental e operacional.

6.4.4. A aplicação da reserva de cota pode resultar em riscos operacionais e no aumento de despesas destinadas à resolução de conflitos entre empresas contratadas. A realização de contratação única, por outro lado, propicia a atualização tecnológica, atribui a responsabilidade pela substituição e manutenção dos equipamentos, reduz os custos de transporte, facilita o gerenciamento de incidentes e previne a obsolescência.

6.5. Da Subcontratação

6.5.1. Nos termos do art. 122 da Lei n. 14.133/2021, é admitida a subcontratação de empresas para a execução de serviços que demandem comprovada especialização ou interesse técnico necessário ao cumprimento do Contrato.

6.5.2. Diante das informações constantes dos subitens **6.2.1** a **6.2.7** deste Termo de Referência, e em conformidade com o regime jurídico previsto na Lei n. 14.133/2021, é expressamente proibida a subcontratação, total ou parcial, do objeto da licitação. A futura contratada não poderá transferir, ceder, delegar ou repassar a terceiros a execução do objeto contratado.

6.5.3. A vedação prevista no subitem anterior inclui tanto a subcontratação integral do objeto quanto a subcontratação de quaisquer partes, etapas, atividades ou componentes essenciais à execução do Contrato, independentemente da forma jurídica adotada ou da nomenclatura utilizada para identificar o vínculo com terceiros.

7. DA PROPOSTA

7.1. Juntamente com sua PROPOSTA, a empresa deverá:

- a) **comprovar** através do CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) que possui atividade econômica relacionada com a Solução proposta;
- b) **apresentar** documento emitido pela fabricante *VMware by Broadcom*, atestando que está autorizada a comercializar a Solução proposta;
- c) **certidão** emitida pela instância judicial competente, declarando que a empresa está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, caso se encontre em recuperação judicial, em consonância com o [Acórdão 1201/2020 - Plenário](#), do Tribunal de Contas da União - TCU.

7.2. Em nenhuma hipótese serão aceitos documentos emitidos pela própria empresa ou terceiros.

7.3. Caso a empresa seja a própria fabricante da Solução ofertada, a comprovação exigida na alínea "b", do subitem **7.1** deste Termo de Referência não será necessária.

7.4. A condição disposta na alínea "c", do subitem **7.1** deste Termo de Referência, considerou que a exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada, a fim de possibilitar à empresa em recuperação judicial participar do Certame, desde que demonstre sua viabilidade econômica e financeira.

7.5. O Tribunal se reserva à verificação das informações apresentadas pela empresa, por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 17, § 3º, da Lei n. 14.133/2021.

7.6. Da Vedação a Registro de Oportunidade e da Isonomia de Condições Comerciais:

7.6.1. Em observância aos princípios da isonomia, da competitividade, do julgamento objetivo e da seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei n. 14.133/2021, não será admitido, reconhecido ou considerado, para fins do Certame, qualquer mecanismo de registro de oportunidade, exclusividade comercial, *deal registration* ou instrumento similar, junto a fabricantes, distribuidores ou detentores de tecnologia, independentemente da nomenclatura adotada.

7.6.2. As propostas deverão ser formuladas com base em condições comerciais equânimes e replicáveis, sendo vedada a concessão de descontos, benefícios ou vantagens comerciais diferenciadas decorrentes de registros prévios de oportunidade, relacionamento comercial, apoio técnico anterior, histórico de parceria ou qualquer outro fator que não esteja objetiva e expressamente previsto neste Termo de Referência.

7.6.3. Eventuais condições comerciais concedidas por fabricantes ou por sua cadeia de fornecimento deverão ser uniformes e igualmente acessíveis a todos as licitantes, não podendo resultar em assimetria de preços ou desequilíbrio competitivo.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. A empresa deverá apresentar, **para fins de HABILITAÇÃO**

- a) **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m):

a.1. que a empresa já forneceu objeto compatível com o licitado e executou os serviços de forma satisfatória. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter, ao menos, o nome da empresa, o órgão contratante, o nome e a assinatura do responsável, além de demonstrar a execução de, no mínimo, 50% do quantitativo mensal máximo previsto em cada um dos itens licitados.

8.2. Serão considerados serviços similares, para fins de atendimento a este requisito, aqueles que envolvam atividades de monitoramento, operação, suporte técnico, manutenção, atendimento técnico e/ou execução de serviços de natureza compatível com o objeto contratado, não sendo exigida identidade absoluta entre os serviços prestados e o objeto da licitação.

8.3. O(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar que a empresa possui experiência prévia na execução satisfatória de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos, de modo a evidenciar sua capacidade técnica para a adequada execução do objeto.

8.4. Será admitida a comprovação da capacidade técnica por similaridade, desde que os serviços descritos no(s) atestado(s) apresentado(s) sejam pertinentes e compatíveis com o escopo da contratação, observada a equivalência ou superioridade da complexidade tecnológica e operacional.

8.5. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter o CNPJ e o endereço da entidade emitente, além da data de emissão, o nome, função e telefone do responsável e a qualidade dos serviços prestados.

8.6. A empresa poderá apresentar quantos atestados forem necessários para a comprovação da exigência contida na alínea "a", do subitem **8.1** deste Termo de Referência.

8.7. A comprovação de capacidade técnica estará sujeita à confirmação da veracidade de suas informações, por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 64, inciso I, da Lei n. 14.133/2021.

9. DO PEDIDO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

9.1. A empresa convocada no item/grupo, QUANDO NECESSÁRIO, deverá apresentar INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES da Solução ofertada, para verificar se este atende às especificações e aos requisitos de qualidade previstos neste Termo de Referência, no prazo de **até 2 (duas) horas corridas**, contado a partir da notificação pelo Pregoeiro.

9.2. A empresa que não apresentar maiores informações dentro do prazo notificado será desclassificada no item/grupo.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa decorrente de eventual contratação será coberta por recursos específicos consignados no orçamento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, Unidade Orçamentária: 03.011 – Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários – FUJU, Funcional Programática: 02.126.1013.4203 - Manter Ativos de Infraestrutura de TIC; Elementos de Despesa: 33.90.40- Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica; Subitem: 02 - Locação de software de TIC e subitem 10 - Manutenção e Conservação de Equipamento de TI.

11. DA ASSINATURA E DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. O Tribunal convocará a empresa para assinar eletronicamente o Contrato, dentro do prazo de **2 (dois) dias úteis**, contado a partir do primeiro dia útil após sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

11.1.1. Antes da convocação para assinatura do Contrato serão consultados o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitat e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, bem como será verificada a validade dos documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

11.1.2. A recusa injustificada da empresa em assinar o Contrato, notificada nos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas neste Termo.

11.1.3. O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, quando solicitado pela empresa e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Tribunal.

11.2. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de meio digital, far-se-á a remessa do Contrato por via postal, para assinatura da empresa.

11.3. Na data da assinatura do Contrato, o representante da empresa deverá:

- a) atualizar todos os documentos apresentados quando da habilitação, se vencidos;
- b) apresentar ao Tribunal, para efeito do disposto nos incisos III, IV e XI do *caput* do art. 4º da Instrução Normativa n. 1.234/2012 - Receita Federal do Brasil, declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da referida Instrução Normativa, conforme o caso, assinada pelo seu representante legal, podendo ser apresentada por meio eletrônico, sem prejuízo de o declarante informar, imediatamente, qualquer alteração na situação declarada; e
- c) **indicar formalmente um preposto, apto a representar a empresa junto ao Tribunal, que deverá responder pela fiel execução do Contrato.**

11.4. Na hipótese da não assinatura do Contrato, nos prazos e condições estabelecidos, o Tribunal poderá convocar outra empresa, respeitada a ordem de classificação, para, após, comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o Contrato, sem prejuízo das penalidades previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

11.5. A vigência do Contrato será de **3 (três) anos**, ressalvados os prazos relativos à garantia e ao suporte técnico dos servidores hiperconvergentes e dos switches, os quais observarão as condições e prazos específicos estabelecidos a seguir:

11.5.1. Para os itens 1, 4, 6 e 8, o prazo de vigência iniciar-se-á a **partir da comunicação formal da disponibilização do serviço pela Contratada**, com término estimado em **27.03.2029**.

11.5.2. Para os itens 2 e 5, o prazo de vigência iniciar-se-á em **23.04.2027**, com término estimado em **19.10.2029**.

11.5.3. Para o item 3, o prazo de vigência iniciar-se-á em **28.10.2027**, com término estimado em **19.10.2029**.

11.5.4. Para os itens 7 e 9, o prazo de vigência iniciar-se-á em **19.10.2026**, com término estimado em **19.10.2029**.

12. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1. Da Reunião de Alinhamento

12.1.1. Deverá ser realizada, **até o 7º (sétimo) dia útil** após a última assinatura do Contrato pelas partes, uma reunião de alinhamento remota e com a participação do preposto da Contratada, conforme agendamento efetuado pelo(a) Gestor(a) do Contrato, com o objetivo de:

- a) identificar as expectativas a respeito da Solução contratada;
- b) nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Contrato, no Edital e em seus Anexos, esclarecendo, caso necessário, possíveis dúvidas acerca do objeto;

- c) apresentação ao Tribunal de um número de telefone que possibilite ligações gratuitas ou com custo de ligações locais para sua central de atendimento e o endereço de e-mail para fins de abertura, acompanhamento de chamados e resolução de dúvidas sobre o serviço executado;
- d) repasse de informações, pelo Tribunal, a respeito dos sistemas corporativos e outras que porventura venham a agregar valores ao bom desempenho da execução do objeto;
- e) comprovação, pela Contratada, de que possui equipe técnica com o quantitativo mínimo de 2 (dois) perfis profissionais para garantir a execução do serviço com qualidade e segurança para atender aos serviços de implantação, manutenção e operação da Solução.

e.1) A equipe técnica da Contratada deverá ser composta, necessariamente, pelos perfis profissionais descritos abaixo, durante toda a execução do Contrato:

- e.1.1) formação de Nível Superior nas áreas correlatas à Tecnologia da Informação, devidamente reconhecida pelo MEC (Ministério da Educação);
- e.1.2) 2 (dois) consultores certificados Dell Proven Professional VxRail Deploy – v2;
- e.1.3) 2 (dois) consultores certificados VMware Certified Professional - VMware Cloud Foundation Architect 2024;
- e.1.4) 2 (dois) consultores certificados VMware Certified Professional - VMware Cloud Foundation Administrator 2024;
- e.1.5) 2 (dois) consultores certificados VMware Certified Specialist – vSAN 2024.

e.2) Em relação à composição do perfil profissional e as exigências, destaca-se:

- e.2.1) a exigência de 2 (dois) profissionais em cada especialidade crítica visa garantir que a ausência não planejada de um membro da equipe não comprometa a prestação de suporte, evitando assim impactos negativos para o Tribunal;
- e.2.2) caso tenha alteração no nome da certificação antes ou durante a execução do Contrato, será permitida apresentação da sua equivalência sem prejuízo à Contratada;
- e.2.3) será aceito os casos em que os profissionais da Contratada possuem certificações superiores ou em versões mais avançadas;
- e.2.4) os perfis profissionais devem ser obedecidos e atendidos no início da prestação dos serviços de suporte técnico e permanecer válidos durante toda a vigência do Contrato;
- e.2.5) sempre que houver atualização dos profissionais, o Tribunal deverá ser informado dos novos profissionais que compõem a equipe; e
- e.2.6) não será permitido que a Contratada fique por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos sem os respectivos profissionais para prestação do serviço adequado.

f) todas as informações prestadas pela Contratada e listadas em todas as alíneas do subitem 12.1.1 deste Termo de Referência, deverão ser encaminhadas para os e-mails "dinfra@tjro.jus.br" e "dactic@tjro.jus.br".

12.1.2. O(a) Gestor(a) do Contrato apresentará, ainda, à Contratada a relação nominal da Equipe Técnica autorizada a abrir e fechar chamados.

12.1.3. Após a reunião de alinhamento deverá ser gerada uma Ata com o seu resultado e esta deverá ser assinada pelo(a) Gestor(a), Fiscais do Contrato e pela Contratada.

12.1.4. A Contratada deverá enviar ao(à) Gestor(a) do Contrato, após a reunião de alinhamento, cópia dos documentos CPF, RG e comprovante de residência do preposto e representante da empresa e que participaram da reunião, com o intuito de que seja realizado o cadastro no Sistema Eletrônico de Informação - SEI no Tribunal para fins de assinatura da Ata.

12.2. Da Disponibilização da Solução

12.2.1. Dos Serviços de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto (itens 1 a 5)

12.2.1.1. Para os equipamentos cuja garantia **já se encontre expirada**, o prazo para início da execução dos serviços será de **até 15 (quinze) dias úteis**, contado da data da última assinatura do Contrato pelas partes.

12.2.1.2. Para os equipamentos que ainda possuam **garantia vigente** na data de assinatura do Contrato, o início da execução dos serviços **dar-se-á no primeiro dia subsequente ao término da respectiva garantia**.

12.2.1.2.1. Considera-se disponibilizado os serviços:

- a) a partir da ativação do sistema de monitoramento, comprovadamente;
- b) a partir da disponibilização de todos os meios de acesso ao suporte;
- c) com a efetiva disponibilidade da equipe de suporte e operação assistida; e
- d) após apresentação da equipe de suporte e dos meios de acesso ao suporte.

12.2.1.3. Após disponibilização dos serviços, a Contratada deverá encaminhar uma **Comunicação de Disponibilização** escrita ao(à) Gestor(a) deste Contrato, nos e-mails "dinfra@tjro.jus.br" e "dactic@tjro.jus.br", juntamente com seu(s) código(s) de ativação ou outros documentos pertinentes, caso necessário.

12.2.2. Da Disponibilização das Licenças (itens 6 a 9)

12.2.2.1. O prazo para a disponibilização das licenças, juntamente com seu(s) códigos de ativação ou outros documentos pertinentes, que se encontrem com a **garantia expirada** será de **até 15 (quinze) dias úteis**, contados da data da última assinatura do Contrato pelas partes.

12.2.2.2. O prazo para a disponibilização das licenças, juntamente com seu(s) códigos de ativação ou outros documentos pertinentes, para as que possuam **garantia vigente** na data de assinatura do Contrato, dar-se-á no primeiro dia subsequente ao término da

respectiva garantia.

12.2.2.3. As licenças deverão ser disponibilizadas conforme quantidade e especificações pactuadas, observando este Termo de Referência, o Edital e a Proposta da Contratada.

12.2.2.4. A Contratada deverá informar ao(à) Gestor(a) do Contrato, nos e-mails "**dinfra@tjro.jus.br**" e "**dactic@tjro.jus.br**", sobre a disponibilização das licenças, por meio de uma **Comunicação de Disponibilização**.

12.3. Do Recebimento da Solução

12.3.1. O recebimento da Solução se dará:

a) provisoriamente, pelo(a) Fiscal Técnico(a) do Contrato, na data de recebimento da **Comunicação de Disponibilização** do objeto pela Contratada, mediante **Termo de Recebimento Provisório**, para efeito de posterior verificação aos termos pactuados; e

b) definitivamente, pelo(a) Gestor(a) do Contrato, se atendidos os requisitos mencionados na alínea "a" deste subitem, mediante **Termo de Recebimento e Aceitação**, observado o disposto no art. 140 da Lei n. 14.133/2021.

12.3.2. O **recebimento definitivo** deverá ocorrer no prazo de **até 20 (vinte) dias corridos**, contado do primeiro dia útil após o recebimento provisório, observadas as condições acima referidas.

12.3.3. Na hipótese de qualquer divergência aos termos pactuados, não ocorrerá o recebimento definitivo, sendo a Contratada notificada para, no prazo de **até 5 (cinco) dias corridos**, contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação, proceder à regularização, sem ônus para o Tribunal, observada a disposição do art. 119 da Lei n. 14.133/2021.

12.3.4. Após a regularização pertinente, e contando-se da data de apresentação para apreciação do Tribunal, este terá o prazo de **até 2 (dois) dias corridos** para verificação em face dos termos pactuados. Constatada a conformidade, será procedido o recebimento definitivo.

12.3.5. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da Contratada pelo objeto adquirido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua utilização.

12.4. Do Suporte Técnico

12.4.1. Os serviços de assistência técnica englobam todos os elementos da Solução, incluindo a execução dos serviços de suporte técnico, assistência corretiva e preventiva, atualização tecnológica, substituição de peças, componentes, acessórios e aplicativos que apresentarem defeito durante o período de vigência da garantia e do suporte, esclarecimento de dúvidas relativas à utilização da Solução, resolução de problemas, auxílio em configurações e atualização de firmware e software, sem qualquer ônus adicional para o Tribunal.

12.4.2. Os serviços de assistência técnica da Solução hiperconvergente (hardware, software, hypervisor, armazenamento virtualizado e gerenciamento do sistema) deverão ser executados de forma unificada, por meio de ponto único de contato (*Single Point of Contact* – SPOC), sob responsabilidade integral da Contratada.

12.4.3. A assistência técnica *on-site* da Solução deverá ser executada durante os prazos estabelecidos nos subitem **11.5** deste Termo de Referência.

12.4.4. Para a continuidade dos serviços previstos, a Contratada deverá:

12.4.4.1. Prestar suporte técnico e garantia.

12.4.4.2. Deverá ser disponibilizada central de atendimento telefônico da Contratada, disponível durante vinte e quatro horas por dia e sete dias na semana (24x7), com atendimento em português, possibilitando a abertura de chamados técnicos, sem limite de quantidade de chamados.

12.4.4.3. A garantia e o suporte técnico deverão ser prestados diretamente pela Contratada, abrangendo incidentes relacionados a hardware e software. A Contratada será o ponto único de contato para suporte, sendo responsável pela triagem inicial, identificação do problema, construção do plano de ação e execução da Solução, em regime de 24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7).

12.4.4.3.1. Caso o incidente seja decorrente de falha de software (bug) em produtos VMware, a Contratada deverá abrir chamado junto ao fabricante em nome do Tribunal, assumindo toda a interação com o suporte do fabricante, em português ou inglês, em regime 24x7. A Contratada deverá acompanhar o caso desde a abertura até o encerramento, podendo atuar em conjunto com a equipe de TI do Tribunal quando necessário.

12.4.4.4. Atividades de suporte preventivo serão agendadas previamente pelo Tribunal ou pela Contratada.

12.4.4.5. As atividades de suporte preventivo previstas, mas não limitadas, são:

a) Elaboração e execução de planos de atualizações de Firmware e Drivers dos equipamentos (**somente para os itens 1, 2, 3, 4 e 5**);

b) Elaboração e execução de planos de atualizações de software da solução VxRail, incluindo os produtos VMware que compõe a Solução;

c) Troca de peças com alarme de falha (**somente para os itens 1, 2 e 3**);

d) Preparação da solução VxRail antes de troca peças;

e) Ajustes da solução VxRail após troca peças;

f) Health Check mensais de hardware e software;

g) Hardening de segurança no hardware e software;

h) Customização nos softwares da Solução;

i) Alteração e ajuste de arquitetura de hardware e de software; e

j) A Contratada deverá realizar a redefinição de fábrica (Dell RASR), a conversão para vSAN Ready Node ou a reconfiguração da solução, sempre que não houver alternativa para resolução de um incidente, sem qualquer custo adicional para o Tribunal.

12.4.5. A tabela a seguir descreve o SLA para atendimento pela Contratada:

Cobertura	24x7 – 24h por dia, 7 dias na semana
Prazos de Resposta	Resposta em até 30 (trinta) minutos após o contato para qualificação do incidente e decisão do plano de ação.
Prazos de atendimento a Software	Severidade 1 (ALTA): Em até 1 (uma) hora - Sistema parado ou ambiente inoperante com impacto direto nas operações críticas de negócio. Parte substancial dos dados essenciais corre risco de perda ou corrupção. Operações relacionadas ao negócio foram afetadas, falha que compromete a integridade geral do sistema ou dos dados.
	Severidade 2 (MÉDIA): Em até 2 (duas) horas médio impacto no ambiente de produção ou grande restrição de funcionalidade. Ocorreu um problema no qual um recurso importante foi gravemente danificado. As operações podem continuar de forma limitada, embora a produtividade, a curto prazo, possa ser afetada negativamente.
	Severidade 3 (BAIXA): No mesmo dia ou próximo dia útil - Demais problemas que não afetem diretamente o ambiente de produção.
Prazos de Solução para falhas de hardware	Severidade 1 (ALTA): NBD (Próximo dia útil) - Falhas que impedem o uso de funções essenciais do equipamento, com um impacto direto na performance de sua empresa.
	Severidade 2 (MÉDIA): NBD (Próximo dia útil) - Falhas que impactam o uso de funções essenciais do seu equipamento sem impedir o uso total dos recursos, com um leve impacto na performance de sua empresa.
	Severidade 3 (BAIXA): Agendado - Falhas que não são críticas ou médias, que podem causar interrupção em alguma funcionalidade do seu equipamento sem causar impacto na performance de sua empresa.

12.4.6. As licenças de uso do produto deverão possuir garantia de subscrição da fabricante, pelo período determinado no subitem **11.5** deste Termo de Referência.

12.4.6.1. Durante o período de validade das subscrições de software (3 anos), o Tribunal terá direito a atualização de versão do software para a totalidade de licenças em uso.

12.4.7. Deverá ser disponibilizado site na internet incluindo pelo menos a relação de licenças de uso disponíveis, base de conhecimento, fórum de discussão, documentação técnica dos produtos ofertados, comunidades técnicas, abertura e acompanhamento do histórico de chamados, sem limite de quantidade, download de produtos, atualizações e correções.

12.4.8. A disponibilização dos dados, que será definida a critério do Tribunal, deverão ser executados via e-mail ou disponibilização do acesso à base de dados da ferramenta de chamado da Contratada.

12.4.9. A periodicidade de medição e aferição de desempenho dos chamados técnicos deverá ser realizado de forma mensal, obedecendo a seguinte fórmula abaixo:

Fórmula: $ICAP = (QCAP / TCA) \times 100$
ICAP= Índice (%) de Chamados Atendidos no Prazo
QCAP= Quantidade de Chamados Atendidos no Prazo
TCA = Total de Chamados Atendidos

12.4.10. A Contratada deverá utilizar os canais oficiais de comunicação do Tribunal (Google Workspace/G Suite) para suporte e participação em grupos técnicos. Incumbe à Contratada a abertura formal de chamados sempre que instada via chat ou grupos de mensagens. O Tribunal não disponibilizará contas de e-mail ou licenças de softwares de colaboração, sendo de total responsabilidade da Contratada o custeio e a manutenção dos meios necessários para o cumprimento desta obrigação, utilizando-se das ferramentas de chat oficiais do Tribunal como um dos meios de suporte.

12.4.11. Para cada chamado técnico deverá ser informado um número de controle (protocolo) para registro, bem como a manutenção de histórico de ações e atividades realizadas, contendo no mínimo:

- a) data e hora de abertura do chamado;
- b) responsável pelo chamado na Contratada;
- c) responsável pelo chamado no Tribunal;
- d) severidade atribuída ao problema;
- e) descrição do problema;
- f) histórico de atendimento;
- g) data e hora do encerramento; e
- h) responsável pelo encerramento.

12.4.11.1. O número de identificação do chamado técnico deverá ser fornecido ao Tribunal no ato de sua abertura.

12.4.11.2. Todos os chamados efetuados serão controlados por sistema de informação da Contratada, ao qual o Tribunal terá acesso para efeito de acompanhamento das providências adotadas e do tempo decorrido desde sua abertura.

12.4.11.3. O Tribunal poderá optar por controlar os chamados a contratada dentro do ambiente de ITSM interno. Neste caso, o Tribunal disponibilizará usuários e acesso a contratada para atuar dentro do ITSM próprio.

12.4.12. A Contratada deverá enviar ao(à) Gestor(a) do Contrato, relatório com o histórico dos chamados (**Relatório de Acompanhamento de Atendimento**) realizados no mês que ocorrer o problema técnico, **até o 5º (quinto) dia** do mês subsequente.

12.4.12.1. O modelo de **Relatório de Acompanhamento de Atendimento** deverá ser elaborado pela Contratada e aprovado pelo Tribunal. Esse relatório poderá ser enviado na forma eletrônica, para o(a) Gestor(a) do Contrato, preferencialmente no formato PDF ou planilha eletrônica.

12.4.12.2. Deverão constar no relatório, pelo menos, as seguintes informações:

- a) Número do chamado;
- b) Serviço (catálogo);
- c) Defeito relatado;
- d) Solução;

- e) Status (Situação);
- f) Data e hora de abertura do chamado;
- g) Data e hora do encerramento do chamado (se encerrado);
- h) Data e hora prevista de solução (não encerrado);
- i) Houve reabertura do chamado (sim/não);
- j) Severidade;
- k) Solicitante
- l) Atendente;
- m) Tempo decorrido (em minutos).

12.5. Estratégia de Transição Contratual

12.5.1. A Contratada deverá entregar ao Tribunal toda e qualquer documentação gerada em função da prestação dos serviços, objeto do Contrato, bem como cederá em caráter definitivo a propriedade intelectual e os direitos autorais concernentes aos produtos elaborados no âmbito da contratação, entendendo-se por produtos quaisquer estudos, modelo de dados, base de dados, relatórios, páginas na intranet e internet, documentação didática em papel ou em mídia eletrônica, dentre outros.

12.5.2. Ao final do Contrato de prestação de serviços, a Contratada deverá fornecer todas as informações necessárias à transição para a nova contratada, além de elaborar e atualizar toda a documentação que porventura não tenha sido devidamente gerada ou atualizada durante o período de vigência do Contrato.

12.5.3. A Contratada deverá fornecer para o Tribunal, ou a terceiro por ele designado, toda a documentação (logs, relatórios...) relativa à prestação dos serviços que esteja em sua posse. O processo de transferência da documentação deve ser realizado pela Contratada para ferramenta de gestão de serviços indicada pelo Tribunal.

12.5.4. A transferência final de conhecimentos por parte da Contratada deverá ocorrer a partir do **3º (terceiro) mês** antes do término da vigência contratual e deverá ser concluída no prazo máximo de **60 (sessenta) dias consecutivos**.

12.5.5. Todos os recursos materiais pertencentes ao Tribunal e que estejam em posse da Contratada deverão ser restituídos à Administração.

12.5.6. O Tribunal deverá providenciar a revogação de todos os perfis de acesso aos sistemas e a eliminação de caixas postais, no prazo máximo de até **5 (cinco) dias corridos**, contados do primeiro dia útil após o encerramento do Contrato.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL

13.1. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento na forma prevista neste Termo de Referência.

13.2. Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa cumprir com o objeto do Contrato.

13.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Obrigações gerais

14.1.1. Responder pelos danos causados diretamente ao Tribunal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Tribunal, conforme art. 120 da Lei n. 14.133/2021.

14.1.2. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, de acordo com o art. 92, inciso XVI, da Lei n. 14.133/2021.

14.1.3. Executar diretamente o objeto do Contrato, **vedada a subcontratação**, salvo nas hipóteses e condições **expressamente previstas no subitem 6.5** deste Termo de Referência.

14.1.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais nela empregados, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido por parte do Tribunal, conforme art. 119 da Lei n. 14.133/2021.

14.1.5. Responsabilizar-se integralmente pela execução do objeto deste Termo de Referência, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade na execução dos trabalhos, dentro dos prazos estipulados e cujo descumprimento será considerado infração passível de aplicação das penalidades previstas.

14.1.6. Responsabilizar-se pelas obrigações, vícios e danos decorrentes do objeto deste Termo de Referência de acordo com a Lei n. 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, no que lhe couber.

14.1.7. Comunicar formal e imediatamente ao(à) Gestor(a) do Contrato sobre possíveis alterações nos dados para contato com a Central de Atendimento.

14.1.8. Responsabilizar-se integralmente pela execução do suporte técnico, primando pela qualidade, desempenho e eficiência do serviço contratado.

14.1.9. Responder por escrito, no prazo de **até 2 (dois) dias corridos**, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes à execução do Contrato e que venham a ser solicitados pelo Tribunal.

14.1.10. Comunicar ao Tribunal, por escrito, qualquer anormalidade que possa colocar em risco o êxito e o cumprimento dos prazos de execução do Contrato, propondo as ações corretivas necessárias.

14.1.11. Submeter, sob autorização expressa do Tribunal, qualquer alteração que se tornar essencial à continuidade na execução do Contrato.

14.1.12. Indicar endereço de e-mail para envio de comunicações relativas à execução do Contrato.

14.1.13. Monitorar o e-mail indicado para verificação de possíveis comunicações do Tribunal.

14.1.13.1. Em caso de alteração de e-mail, a Contratada deverá informar ao(à) Gestor(a) do Contrato.

14.1.14. Apresentar endereço de e-mail da emitente da garantia contratual, caso haja, para envio de notificações no caso de eventual início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, em cumprimento ao art. 137, § 4º, da Lei n. 14.133/2021.

14.1.15. Abster-se, durante a vigência do Contrato, de contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Tribunal ou de agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato.

14.1.16. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, quando for o caso, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

14.1.17. Coibir atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a sexo, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual.

14.2. Obrigações de segurança

14.2.1. Observar, rigorosamente, todas as normas e todos os procedimentos de segurança implantados no ambiente de Tecnologia da Informação do Tribunal, em especial, a Resolução n. 350/2025, que Institui a Política de Segurança da Informação Cibernética - PSIC do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

14.2.2. Garantir a segurança das informações confidenciais e proprietárias do Tribunal, caso houver, bem como não divulgar e nem fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido do Tribunal.

14.2.3. Manter, em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou extinção do Contrato, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, as informações obtidas em razão de sua execução ou da relação contratual mantida com o Tribunal, em especial as referentes:

- a) à política de segurança adotada pelo Tribunal e às configurações de hardware e de software decorrentes;
- b) ao processo de instalação, configuração de produtos, ferramentas e equipamentos; e
- c) a quaisquer dados e informações armazenadas em sistemas do Tribunal, incluindo os relativos aos sistemas integrados ou migrados.

14.2.4. Garantir que a estrutura computacional do Tribunal não seja utilizada para fins diversos daqueles do objeto relacionado à prestação do serviço.

14.2.5. Monitorar a segurança da informação, no que tange à prevenção de acessos não autorizados, tentativas de comprometimento da integridade e disponibilidade das informações, objeto deste Termo de Referência.

14.2.6. Assinar o Termo de Confidencialidade disposto no **ANEXO II** deste Termo de Referência.

14.2.7. Observar, em qualquer caso, as melhores práticas em segurança da informação bem como a legislação pertinente, inclusive à aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD no manuseio de informações e dados pessoais.

14.2.8. Assegurar em suas instalações e de terceiros vinculados ao objeto contratado a aderência aos requisitos legais de transparência, acesso e proteção aos dados, especialmente aqueles dispostos na LGPD.

14.2.9. Garantir políticas claras e acessíveis sobre o uso e proteção de dados, deverá estar em conformidade com a LGPD, permitir a portabilidade das informações e adotar medidas robustas de segurança física e digital, com total transparência sobre suas práticas.

14.2.10. Providenciar cópia das normas de segurança da informação e das demais normas disponibilizadas pelo Tribunal para todos seus colaboradores, alocados na execução dos serviços, bem como zelar pela observância de tais normas.

14.2.11. Acompanhar as suas atualizações das políticas de segurança no portal do Tribunal.

14.2.12. Garantir a segurança das informações confidenciais e proprietárias do Tribunal, caso houver, bem como não divulgar e nem fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido do Tribunal.

14.2.13. Guardar sigilo sobre dados e informações, obtidos em razão da execução dos serviços contratados ou da relação contratual mantida com o Tribunal.

14.2.14. Manter sigilo quanto ao acesso de informações contidas em equipamentos entregues à manutenção e obtidas nas unidades do Tribunal.

14.2.15. Não realizar a instalação de softwares ou aplicativos no momento do reparo, configuração ou recuperação dos equipamentos entregues à manutenção que não sejam necessários para o funcionamento dos equipamentos.

14.2.16. Observar, a Instrução n. 116/2023, que dispõe sobre o controle de acesso às unidades do Poder Judiciário do Estado de Rondônia por magistrados(as), advogados(as), servidores(as), residentes judiciais, estagiários(as), residentes na sede do Juízo, prestadores(as) de serviço, visitantes e autoridades.

14.2.17. Manter, nas dependências do Tribunal, seus empregados uniformizados e identificados por meio de crachá funcional da empresa com foto recente e visível, repondo-os em casos de eventuais extravios, desgastes ou danos, mantendo-o fixado em seu vestuário e em local de tenha fácil visualização.

14.3. Obrigações de sustentabilidade

14.3.1. Atender, no que couber, as recomendações contidas nos seguintes normativos do Tribunal e CNJ: Resolução n. 143/2020 - Institui a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia; Resolução n. 287-2023 - Dispõe sobre o O Plano de Logística Sustentável (PLS) do Poder Judiciário do Estado de Rondônia (PJRO) e as competências da comissão gestora do PLS (CGPLS) e do Núcleo de acessibilidade, inclusão e gestão socioambiental (Nages); Resolução n. 550/2024-CNJ - Dispõe sobre a Política de Sustentabilidade no Âmbito do Poder Judiciário.

14.3.2. Fornecer, em formato digital, todos documentos ou artefatos gerados em razão do Contrato, salvo manifestação explícita do Tribunal.

14.3.3. Apresentar a documentação dos produtos que integram a presente Solução, preferencialmente, na língua portuguesa do Brasil.

14.3.4. Dar preferência ao uso de bens constituídos por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2.

14.3.5. Garantir que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima das recomendadas pelas normas técnicas.

15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Conforme art. 117 da Lei n. 14.133/2021 e Instrução n. 146/2024-PR do Tribunal, o Contrato será acompanhado e fiscalizado pelos(as) seguintes servidores(as):

- a) Gestor(a): Luiz Doniec dos Santos de Sousa**, e-mail: *luizdoniec@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309-6548;
- b) Gestor(a) Substituto(a): Júlio César Moraes Korehisa**, *julio.korehisa@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309-6548;
- c) Fiscal Técnico: Fabio Leite Dias**, e-mail: *fabio.leite@tjro.jus.br*, telefone (69) 3309-6548;
- d) Fiscal Técnico(a) Substituto(a): Charles Dias de Melo**, e-mail: *charles.melo@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309-6548;
- e) Fiscal Demandante: Bruno Spadeto**, e-mail: *@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309-6548;
- f) Fiscal Demandante Substituto(a): Reginaldo de Souza Gadelha**, e-mail: *@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309-6541;
- g) Fiscal Administrativo: Adriele Marques Machado**, email: *adriele@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309-6524; e
- h) Fiscal Administrativo Substituto(a): Danilo Fernando Leite**, e-mail: *danilo.leite@tjro.jus.br*, telefone: 69) 3309-6525.

15.2. A fiscalização de que trata o subitem anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada quanto aos danos causados diretamente ao Tribunal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

15.3. Os(As) Gestores(as) e os(a) Fiscais do Contrato poderão ser localizados na sede do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com endereço na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

15.4. Compete ao(à) **Gestor(a) do Contrato**, além de outras atribuições, nos termos da lei:

- a)** acompanhar os prazos de execução e de vigência do Contrato, comunicando ao(à) contratado(a) e à unidade competente da Administração eventuais atrasos e encaminhando, em tempo hábil, expediente para a prorrogação do Contrato;
- b)** receber e conferir as faturas/notas fiscais ou documento equivalente emitidos pelo(a) contratado(a), e encaminhar, devidamente certificadas/atestadas ao setor competente, observando, previamente, se a fatura/nota fiscal ou documento equivalente apresentado pelo(a) contratado(a) refere-se ao objeto que foi efetivamente contratado;
- c)** emitir documento autenticando as notas fiscais, bem como certificar o recebimento do objeto adquirido/contratado;
- d)** encaminhar o processo à unidade competente para proceder a liquidação da despesa, alertando para a data limite para pagamento das faturas/notas fiscais ou documento equivalente;
- e)** elaborar a prorrogação de Contrato, se possível, junto à autoridade competente (ou às instâncias competentes), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas necessárias;
- f)** elaborar a comunicação à área competente para abertura de nova licitação, antes de finda a prestação de serviços e com antecedência razoável;
- g)** cuidar das alterações de interesse do(a) contratado(a), que deverão ser por ele(a) formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação, sendo que, no caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução;
- h)** esclarecer dúvidas e transmitir instruções ao(à) contratado(a), comunicando alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do projeto, inclusive solicitando ao setor competente da Administração, quando necessária a emissão de parecer técnico;
- i)** deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização ao(à) contratado(a), com base nos termos contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa do(a) contratado(a), acionando as instâncias superiores e/ou os órgãos públicos competentes quando o fato exigir;
- j)** verificar se a entrega de materiais ou a prestação do serviço está sendo executada em conformidade com o pactuado, no tocante a prazo, especificações, preço e quantidade; e
- k)** rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado.

15.5. Compete ao(à) **Fiscal Técnico(a)**, além de outras atribuições, nos termos da lei:

- a)** acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nos aspectos técnicos da solução, conforme o respectivo regramento técnico aplicável;
- b)** zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;
- c)** ler atentamente o instrumento contratual e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
- d)** esclarecer dúvidas do(a) preposto(a)/representante do(a) contratado(a) que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;
- e)** receber provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
- f)** tomar conhecimento da Lei n. 14.133/2021, que estabelece Normas Gerais sobre Licitações e Contratos Administrativos, e da Resolução n. 468/2022-CNJ (Contratações de Soluções TIC), que regerão sua função;
- g)** informar ao(à) gestor(a) de Contrato, em tempo hábil, irregularidades passíveis de punição, nos termos do art. 156 da Lei n. 14.133/2021;
- h)** avaliar a qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e justificativas, de acordo com os critérios de aceitação definidos em Contrato; e
- i)** orientar o(a) contratado(a), por intermédio do(a) preposto(a), sobre a correta execução do Contrato e, pelo mesmo meio, levar ao seu conhecimento as situações temerárias, recomendando medidas e estabelecendo prazo de resolução.

15.6. Compete ao(à) **Fiscal Administrativo(a)**, além de outras atribuições, nos termos da lei:

- a)** acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) nos aspectos administrativos, conforme rotinas e procedimentos estabelecidos pelo TJRO e cláusulas do Contrato ou instrumento equivalente;

- b) zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;
- c) tomar conhecimento da Lei n. 14.133/2021, que estabelece Normas Gerais sobre Licitações e Contratos Administrativos, e da Resolução n. 468/2022-CNJ (Contratações de Soluções de TIC), que rege sua função;
- d) manter cópia eletrônica, sempre que julgar necessário, do termo contratual e de todos os aditivos, se existentes, do edital da licitação, da especificação técnica, do projeto básico ou termo de referência, conforme o caso, juntamente com outros documentos que possam dirimir dúvidas originárias do cumprimento das obrigações assumidas pelo(a) contratado(a);
- e) elaborar, por segurança, registro próprio e individualizado de cada Contrato em que conste o controle dos pagamentos e saldo;
- f) realizar o acompanhamento e controle dos prazos previstos no instrumento contratual, sob sua responsabilidade, para a correta execução de seu objeto, não obstante as atribuições da DCC;
- g) notificar ao(à) contratado(a) em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo);
- h) verificar a regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e CAGEFIMP do(a) contratado(a) para fins de pagamento; e
- i) orientar a Contratada, por intermédio do preposto, sobre a correta execução do Contrato e, pelo mesmo meio, levar ao seu conhecimento as situações temerárias, recomendando medidas e estabelecendo prazo de resolução.

15.7. Compete ao(à) Fiscal Demandante, além de outras atribuições, nos termos da lei:

- a) a coordenação dos trabalhos necessários para a efetiva concretização de demanda de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- b) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nos aspectos operacionais, incluindo a fiscalização "*in loco*";
- c) zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;
- d) procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas para dirimir eventuais dúvidas e esclarecimentos;
- e) tomar conhecimento da Lei n. 14.133/2021, que estabelece Normas Gerais sobre Licitações e Contratos Administrativos, e da Resolução n. 468/2022-CNJ (Contratações de Soluções TIC), que rege sua função; e
- f) orientar o(a) contratado(a), por intermédio do(a) preposto(a), sobre a correta execução do Contrato e, pelo mesmo meio, levar ao seu conhecimento as situações temerárias, recomendando medidas e estabelecendo prazo de resolução

16. DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. A Contratada deverá, no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contado a partir do primeiro dia útil após a data da última assinatura do Contrato pelas partes, prorrogável por igual período, a critério do Tribunal, prestar garantia de **5% (cinco por cento)** sobre o seu respectivo valor anual estimado, em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU, CNPJ n. 10.466.386/0001-85**, caso o valor do Contrato seja igual ou superior ao dobro do valor previsto no art. 70, inciso III, da Lei n. 14.133/2021, atualizado conforme a disposição contida no art. 182 do mesmo normativo legal, podendo optar por uma das seguintes modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei n. 14.133/2021:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; ou
- d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

16.1.1. Se a opção de garantia recair em caução em dinheiro, seu valor será depositado junto a uma instituição financeira, na conta indicada pela Divisão de Contratos e Convênios (DCC/TJRO).

16.1.2. Se a opção de garantia se fizer na modalidade seguro-garantia ou título de capitalização, a apólice ou o título respectivo deverá ser expedido exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Deverá ser apresentado o número com que a apólice ou endosso, ou o título tenha sido registrado na SUSEP.

16.1.3. Quando a garantia for apresentada na modalidade fiança bancária, o instrumento respectivo deverá ser expedido exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil e deverá ser cumprida e exequível na cidade de Porto Velho/RO.

16.1.4. Caso a garantia seja apresentada na forma de título de capitalização, deverá ser na modalidade Instrumento de Garantia, nos termos da Circular Susep n. 656/2022.

16.1.5. A garantia, nas modalidades seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, deverá ser apresentada ao Tribunal com validade não inferior a **90 (noventa) dias corridos** após o término da vigência da garantia da Solução.

16.1.6. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

16.1.7. A garantia, na modalidade caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, será devolvida à Contratada no prazo de **até 90 (noventa) dias corridos**, contado do término da vigência da garantia da Solução adquirida.

16.2. Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro, até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

16.3. Se, por qualquer razão, for necessária a alteração do Contrato, a Contratada ficará obrigada, caso necessário, a providenciar a complementação ou substituição da garantia, conforme a modalidade que tenha escolhido, devendo fazê-lo no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da notificação expedida pelo Tribunal.

16.4. Se a garantia apresentada, conforme o caso, deixar de ser hábil para o fim a que se destina, o Tribunal notificará a Contratada, para que a substitua no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da notificação.

16.5. Se a Contratada desatender qualquer dos prazos acima referidos incorrerá na multa de **5% (cinco por cento)** sobre os seguintes valores:

- a) valor anual estimado do Contrato, no caso de descumprimento do subitem **16.1** deste Termo de Referência; e
- b) valor a ser complementado ou substituído, no caso de descumprimento do subitem **16.3** ou **16.4** deste Termo de Referência.

16.5.1. Além da multa prevista no subitem **16.5** deste Termo de Referência, a Contratada poderá ser responsabilizada por eventuais perdas ou prejuízos causados ao Tribunal, salvo na ocorrência de motivo aceitável justificado tempestivamente até o último dia do prazo. Nesse caso, o Tribunal indicará novo prazo à Contratada, que deverá cumpri-lo, caso contrário sofrerá a penalidade acima referida.

16.6. A garantia responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pelos danos ou prejuízos causados ao Tribunal e pelas eventuais multas ou penalidades aplicadas, podendo ainda reter créditos decorrentes do Contrato, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

16.7. O Tribunal executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

16.7.1. O emitente da garantia ofertada pela Contratada deverá ser notificado pelo Tribunal quanto ao início de processo administrativo para apuração de eventual descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n. 14.133/2021).

16.7.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao Contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n. 662/2022.

16.8. Uma vez aplicada multa à Contratada, e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, o Tribunal poderá convocá-la para que complemente aquele valor inicialmente oferecido.

16.9. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Tribunal, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do Contrato.

16.10. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

16.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal, com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

16.12. Desde já, a Contratada autoriza o Tribunal a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

16.13. No caso de extinção do Contrato determinada por ato unilateral e escrito do Tribunal, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a IX da Lei n. 14.133/2021 (havendo culpa da Contratada), a garantia será executada para ressarcimento do Tribunal, referente aos valores das multas e indenizações a ela porventura devidos, conforme art. 139, inciso III da referida Lei.

16.14. Quando a extinção ocorrer pelos motivos relacionados no art. 137, § 2º, incisos I a V da Lei n. 14.133/2021 (sem que haja culpa da Contratada), a Contratada será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda o direito à devolução da garantia, aos pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção e ao pagamento do custo da desmobilização (conforme art. 138, § 2º da referida Lei).

16.15. Quando a garantia contratual for na modalidade caução em dinheiro, a restituição dar-se-á mediante crédito na mesma conta corrente utilizada para liquidação da despesa decorrente da execução do Contrato. Quando nas modalidades seguro-garantia, fiança bancária e título de capitalização a restituição far-se-á de ofício, após a execução do Contrato.

17. DAS PENALIDADES

17.1. Havendo recusa da empresa em assinar o Contrato ou instrumento equivalente, será aplicada multa de **5% (cinco por cento)** sobre o seu respectivo valor total estimado, além de recair-lhe a responsabilidade por eventuais perdas ou prejuízos causados ao Tribunal.

17.1.1. O prazo para recolhimento da multa e/ou do ressarcimento por eventuais perdas ou prejuízos será de **até 30 (trinta) dias corridos**, contado do primeiro dia útil após o recebimento de notificação pela empresa.

17.2. O atraso injustificado **para a realização da reunião de alinhamento**, conforme disposição contida no subitem **12.1.1** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **17.13** deste Termo.

17.3. O atraso injustificado **para o início da execução dos serviços**, conforme disposição contida no subitem **12.2.1.1 e 12.2.1.2** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **17.13** deste Termo.

17.4. O atraso injustificado **para a disponibilização das licenças**, conforme disposição contida no subitem **12.2.2.1 e 12.2.2.2** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **17.13** deste Termo.

17.5. O atraso injustificado **para a regularização pertinente**, conforme disposição contida no subitem **12.3.3** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **17.13** deste Termo.

17.6. O atraso injustificado **para o envio do relatório com o histórico dos chamados (Relatório de Acompanhamento de Atendimento)**, conforme disposição contida no subitem **12.4.12** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa diária de 0,8% (oito décimos por cento) sobre o valor mensal estimado do Contrato, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **17.13** deste Termo.

17.7. O atraso injustificado **a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica**, conforme disposição contida no subitem **14.1.9** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **17.13** deste Termo.

17.8. A falta de comunicação da **alteração do endereço de e-mail**, conforme disposição contida no subitem **14.13.1.1** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa de 1% (um por cento) sobre o valor total estimado do Contrato.

17.9. A Contratada ficará sujeita às seguintes multas, relativas ao descumprimento dos **prazos** estabelecidos no subitem **12.4.5** deste Termo de Referência:

- a)** para **Severidade 1 (Alta)**: aplicação de multa equivalente a 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total estimado do Contrato. Caso seja ultrapassado o prazo de **1 (uma) hora corrida** após o término do prazo inicial estabelecido, sem a execução da atividade necessária, poderá cumprir-se o disposto no subitem **17.13** deste Termo;
- b)** para **Severidade 2 (Média)**: aplicação de multa equivalente a 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor total estimado do Contrato. Caso seja ultrapassado o prazo de **2 (duas) horas corridas**, após o término do prazo inicial estabelecido, sem a execução da atividade necessária, poderá cumprir-se o disposto no subitem **17.13** deste Termo; e
- c)** para **Severidade 3 (Baixa)**: aplicação de multa equivalente a 0,08% (oito centésimos por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, no caso de descumprimento dos prazos estabelecidos. Caso seja ultrapassado o prazo de **2 (dois) dias úteis**, após o término do prazo inicial estabelecido, sem a execução da atividade necessária, poderá cumprir-se o disposto no subitem **17.13** deste Termo.

17.10. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução do objeto deste Termo de Referência, deverá, até o vencimento do respectivo prazo, apresentar justificativa por escrito e de forma digital ao(à) Gestor(a) do Contrato (luizdoniec@tjro.jus.br e dactic@tjro.jus.br), **juntando documentos comprobatórios dos fatos alegados**, ficando a critério do Tribunal a sua aceitação.

17.11. Vencido o prazo estipulado, o Tribunal oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data/hora limite para a execução. A partir da data/hora limite considerar-se-á recusa, podendo ser aplicada a sanção de que trata o subitem **17.14** deste Termo de Referência.

17.12. A execução do objeto deste Termo de Referência até a data/hora limite de que trata o subitem anterior não isenta a Contratada das respectivas multas previstas nos subitens **17.2, 17.3, 17.4, 17.5, 17.6 e/ou 17.7** deste Termo.

17.13. Pelo descumprimento parcial do compromisso pela Contratada, o Tribunal poderá extinguir o Contrato e/ou aplicar multa de **5% (cinco por cento)** sobre o seu respectivo valor total estimado.

17.14. Pelo descumprimento total do compromisso pela Contratada, o Tribunal poderá extinguir o Contrato e/ou aplicar multa de **15% (quinze por cento)** sobre o seu respectivo valor total estimado.

17.15. As multas mencionadas nos subitens anteriores serão cumulativas.

17.16. As multas devidas, bem como os prejuízos causados ao Tribunal não possuem caráter indenizatório e serão deduzidas dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da Lei e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

17.17. A Contratada inadimplente, quando não tiver valores a receber do Tribunal, terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento de notificação, para recolhimento da multa ou para o ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

17.18. A aplicação de multa e/ou a extinção do Contrato não impede que o Tribunal aplique à empresa as demais sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021 (advertência, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) e serão precedidas de processo administrativo mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

17.19. Cautelarmente, o Tribunal poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

18. DA ALTERAÇÃO, DO REAJUSTE DE PREÇOS, DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

18.1. O Contrato poderá ser **alterado**, com as devidas justificativas, conforme art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

18.1.1. A revisão contratual (revisão de preços ou recomposição) é cabível diante de fatos supervenientes à formulação da proposta e externos à relação contratual, imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, podendo se dar tanto a favor da Contratada quanto da Administração.

18.1.2. Caso a Contratada requeira a revisão de preços contratados, o pedido deverá ser obrigatoriamente formalizado e instruído, no mínimo, com os seguintes documentos:

- a) ofício** circunstanciado, subscrito pelo representante legal da Contratada ou outra pessoa devidamente constituída por meio de procuração, contendo exposição detalhada e fundamentada dos fatos supervenientes que motivam o pleito de revisão contratual, com a respectiva indicação dos impactos ocorridos no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato;
- b) planilha** de custos demonstrando a equação econômico-financeira original apresentada na proposta de preços que fundamentou a contratação;
- c) planilha** de custos atualizada, contendo a nova composição de custos que reflete a situação presente do Contrato, evidenciando os efeitos dos fatos supervenientes alegados; e
- d) documentos comprobatórios** idôneos que evidenciem a ocorrência e a veracidade dos fatos supervenientes apresentados, capazes de demonstrar de modo claro e objetivo a necessidade de revisão contratual.

18.1.3. O Tribunal deverá analisar o pedido de revisão contratual, verificando:

- a)** se os fundamentos da imprevisibilidade suscitados pela Contratada efetivamente configuram fato superveniente e álea extraordinária, que guarda nexos causal com a variação de preços, apta a inviabilizar a execução contratual nos termos originalmente pactuados;
- b)** se foram apresentados documentos que comprovam que a Contratada efetivamente arcou com os ônus da oscilação de preços durante o período respectivo;
- c)** quando o pedido se embasa na oscilação de preços de apenas alguns itens, se eventuais oscilações de preços de outros insumos reduziram os encargos da Contratada, de modo a manter equilíbrio econômico-financeiro do Contrato como um todo;
- d)** se o pedido se fundamenta em algum fator de risco alocado no Contrato e sob a responsabilidade da Contratada;
- e)** se houve culpa da Contratada pela majoração dos seus encargos e/ou se ela deu causa a atrasos injustificáveis; e
- f)** qual o saldo remanescente posterior ao fato gerador.

18.1.4. No curso da análise do pedido de revisão contratual apresentado pela Contratada, o Tribunal poderá requerer informações ou documentos adicionais.

18.1.5. Cabe ao Tribunal confrontar os preços apresentados pela Contratada com os valores praticados no mercado, mediante realização de pesquisa própria.

18.1.6. A Contratada deverá formular seu pedido de revisão previamente à prorrogação ou à extinção do Contrato, sob pena de preclusão, na forma do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021.

18.1.7. A revisão deve se dar, em regra, com efeitos retroativos, a contar da data do evento que ocasionou a alteração da equação econômico-financeira da proposta, devendo a Contratada formular o pedido tão logo tenha conhecimento da repercussão dos fatos supervenientes.

18.1.8. A mera variação de preços ou flutuação cambial não é, por si só, suficiente para justificar a revisão contratual.

18.1.9. Eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deverá ser analisado e respondido pelo Tribunal, no prazo de **até 60 (sessenta) dias corridos**, contado a partir da instrução completa do requerimento pela Contratada.

18.2. A periodicidade para eventual reajuste de preços do Contrato será anual, contando-se a partir da data do orçamento estimado, ou do último reajuste, adotando-se como parâmetro o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, ocorrido nos últimos doze meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

18.3. Observadas as demais disposições constantes no Capítulo VIII, Título III, da Lei n. 14.133/2021, a **extinção** do Contrato:

a) poderá ser declarada unilateralmente pelo Tribunal, se a Contratada inexecutar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou se houver a incidência de algum dos casos previstos no art. 137, incisos I a IX, da Lei n. 14.133/2021, conforme disposto no art. 138 da referida Lei; e

b) poderá ser declarada unilateralmente pelo Tribunal se durante a vigência do Contrato sobrevier em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, bem como atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, conforme Resolução n. 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e art. 14, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021; e

c) poderá ocorrer consensualmente ou por via judicial, conforme disposto no art. 138, incisos II e III, da referida Lei.

18.4. Se a extinção for unilateral ou consensual, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. Em qualquer caso de extinção, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

19. DO PAGAMENTO

19.1. Do Faturamento

19.1.1. A Contratada deverá emitir a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU, CNPJ n. 10.466.386/0001-85**. Endereço: Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

19.1.1.1. Nas operações de saída de mercadoria ou de prestação de serviço sujeita à incidência de ICMS, a Contratada deverá consignar, no campo de informações gerais da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, o número da inscrição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ n. 04.801.221/0001-10), em atendimento à Lei Estadual n. 3.490/2014.

19.2. Das Formas de Pagamento

19.2.1. O pagamento será realizado observando-se as seguintes regras para cada item:

Item	Descrição	Regras de Pagamento
1	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F. Garantia com término em 26/03/2026. Contrato nº 113/2020 (1927348).	O pagamento será efetuado mensalmente , por meio de parcelas fixas , correspondentes aos serviços efetivamente prestados. Início: O faturamento passará a fruir a partir do primeiro dia útil subsequente à disponibilização do serviço. Encerramento: O pagamento da última parcela tem como previsão de encerramento em 27/03/2029.
2	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F. Garantia com término em 22/04/2027. Contrato 380 (2536842).	O pagamento será efetuado mensalmente , por meio de parcelas fixas , correspondentes aos serviços efetivamente prestados. Início: O faturamento passará a fruir a partir do primeiro dia útil subsequente à disponibilização do serviço. Encerramento: O pagamento da última parcela tem como previsão de encerramento em 19/10/2029.
3	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F. Garantia com término em 27/10/2027. Termo Aditivo 110 (2391479).	O pagamento será efetuado mensalmente , por meio de parcelas fixas , correspondentes aos serviços efetivamente prestados. Início: O faturamento passará a fruir a partir do primeiro dia útil subsequente à disponibilização do serviço. Encerramento: O pagamento da última parcela tem como previsão de encerramento em 19/10/2029.
4	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para Switch modelo Dell PowerSwitch S4048-ON. Garantia com término em 26/03/2026. Contrato nº 113/2020 (1927348).	O pagamento será efetuado mensalmente , por meio de parcelas fixas , correspondentes aos serviços efetivamente prestados. Início: O faturamento passará a fruir a partir do primeiro dia útil subsequente à disponibilização do serviço. Encerramento: O pagamento da última parcela tem como previsão de encerramento em 27/03/2029.

5	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para Switch modelo Dell PowerSwitch S4148FON. Garantia com término em 22/04/2027 . Contrato 380 (2536842) .	O pagamento será efetuado mensalmente , por meio de parcelas fixas , correspondentes aos serviços efetivamente prestados. Início: O faturamento passará a fruir a partir do primeiro dia útil subsequente à disponibilização do serviço. Encerramento: O pagamento da última parcela tem como previsão de encerramento em 19/10/2029 .
6	Aquisição de subscrição do software de gerenciamento VMware Cloud Foundation para servidor Dell EMC VxRail P570F . Final da garantia dos equipamentos do Cluster VxRail 01 . Garantia com término em 26/03/2026 . Contrato nº 113/2020 (1927348).	O pagamento será efetuado, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e Aceitação pelo Tribunal, com pagamento anual e fixo . Término: O pagamento da última parcela tem como previsão de encerramento em 27/03/2029 .
7	Aquisição de subscrição do software de gerenciamento VMware Cloud Foundation(VCF) para substituir o suporte atual que encerra-se em 18/10/2026	Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e Aceitação pelo Tribunal, com pagamento anual e fixo . Término: O pagamento da última parcela tem como previsão de encerramento em 19/10/2029 .
8	Aquisição de subscrição do addon VMware vSAN contemplando 1 TiB para VMware Cloud Foundation. Final da garantia dos equipamentos do Cluster VxRail 01 . Garantia com término em 26/03/2026 . Contrato nº 113/2020 (1927348).	Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e Aceitação pelo Tribunal, com pagamento anual e fixo . Término: O pagamento da última parcela tem como previsão de encerramento em 27/03/2029 .
9	Aquisição de subscrição do addon VMware vSAN contemplando 1 TiB para VMware Cloud Foundation para substituir o suporte atual que encerra-se em 18/10/2026	Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e Aceitação pelo Tribunal, com pagamento anual e fixo . Término: O pagamento da última parcela tem como previsão de encerramento em 19/10/2029 .

19.2.2. Da Identificação dos Valores para Pagamento Mensal

19.2.2.1. A Contratada deverá encaminhar ao(à) Gestor(a) do Contrato, **até o 5º (quinto) dia útil de cada mês**, o **Relatório de Pagamento**, em arquivo texto, com informações analíticas e/ou sintéticas dos chamados abertos e fechados no período, incluindo:

- a) número do chamado;
- b) serviço (catálogo);
- c) defeito relatado;
- d) solução;
- e) status (situação);
- f) data e hora de abertura do chamado;
- g) data e hora do encerramento do chamado (se encerrado);
- h) data e hora prevista de solução (não encerrado);
- i) houve reabertura do chamado (sim/não);
- j) severidade;
- k) solicitante
- l) atendente;
- m) tempo decorrido (em minutos); e
- n) informações para possíveis aplicações de glosas.

19.2.2.2. Caso concorde com os termos do **Relatório Pagamento**, o Tribunal atestará a conformidade do documento em relação aos controles internos mantidos pela gestão contratual, autorizando a emissão da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente pela Contratada.

19.2.2.3. Em caso de discordância em relação ao **Relatório Pagamento**, o Tribunal apresentará o **Relatório de Contestação**, no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, contado do primeiro dia útil após o recebimento do **Relatório de Pagamento**, indicando cada item de sua discordância e o valor final que entender adequado.

19.2.2.4. A Contratada deverá apresentar, **no prazo de até 3 (três) dias úteis**, o aceite ou a **impugnação** do respectivo **Relatório de Contestação**.

19.2.2.5. No caso de aceitação do seu conteúdo, a Contratada poderá emitir a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente.

19.2.2.6. A análise da **impugnação**, caso haja, será realizada em autos apartados, prosseguindo-se o pagamento nos termos do **Relatório de Contestação**.

19.2.2.6.1. Caso tenha ocorrido discussão sobre os valores finais dos serviços executados e a Contratada tenha direito à complementação, deverá ser apresentada uma nota fiscal ou documento de cobrança equivalente complementar, cuja liquidação e pagamento serão efetuados nos mesmos prazos previstos neste Termo de Referência.

19.3. Da Liquidação e Pagamento

19.3.1. O pagamento será efetuado em **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, conforme Item **19.1** deste Termo de Referência, desde que o objeto tenha sido executado.

19.3.1.1. O pagamento referente aos itens 1, 2, 3, 4 e 5 será efetuado **mensalmente**.

19.3.1.2. A realização do pagamento está condicionada à data de emissão do recebimento definitivo, conforme alínea "b", do subitem **12.3.1** deste Termo de Referência, não sendo admitidos pagamentos anteriores ou retroativos a esse momento, limitando-se à execução do serviço e o pagamento ao prazo de vigência deste Contrato.

19.3.1.3. Nos casos de apresentação de nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em desacordo ao contratado ou com irregularidades, ausência da documentação necessária ao pagamento, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para o pagamento será interrompido, retirando-se a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente do sistema de Ordem Cronológica de Pagamentos, até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não implicando qualquer ônus para o Tribunal. Após a regularização das falhas e omissões, o crédito excluído será reinserido na Ordem Cronológica de Pagamentos, reiniciando-se a contagem do prazo, não podendo este fato ensejar direito de reajuste de preços ou de atualização monetária.

19.3.1.4. O Tribunal poderá descontar da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente **do período (mês)** valores decorrentes de indenização, multas, glosas ou quaisquer prejuízos causados na execução do Contrato.

19.3.2. O pagamento será efetuado mediante **crédito** na conta corrente indicada pela Contratada, em sua proposta.

19.3.3. Haverá retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente destacar os valores correspondentes com ISSQN e/ou IRRF.

19.3.4. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.3.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Tribunal, entre a data prevista para o pagamento até a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, serão calculados por meio da aplicação da fórmula: **EM = I x N x VP**, e quitados mediante apresentação de nota fiscal própria ou documento de cobrança equivalente, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$	$I = (6/100)/365$	$I = 0,00016438$
-------------	-------------------	------------------

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6% (seis por cento).

20. DA SUSTENTABILIDADE

20.1. Considerando a atuação institucional do Tribunal na promoção de políticas de responsabilidade social e ambiental, além da inclusão de critérios de sustentabilidade nas especificações do objeto, foram previstas, no subitem **14.3** deste Termo de Referência, as obrigações pertinentes à Contratada.

21. DA PROTEÇÃO DE DADOS

21.1. Em conformidade com a Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD e a Resolução n. 363/2021, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, as partes obrigam-se a observar integralmente as normas referentes ao tratamento de dados pessoais relacionadas ao objeto deste Termo de Referência. Comprometem-se, ainda, a resguardar os direitos e garantias fundamentais, especialmente quanto à liberdade, privacidade e confidencialidade das informações, em estrita observância à legislação aplicável.

22. DOS ANEXOS

22.1. São partes integrantes do presente Termo de Referência:

- a) **ANEXO I** - Modelo de apresentação da proposta, das descrições e quantitativos; e
- b) **ANEXO II** - Termo de Confidencialidade da Informação.

Luiz Doniec dos Santos de Sousa

Integrante demandante

Bruno Spadeto

Integrante técnico

Pâmela Neves de Oliveira Monteiro

Integrante Administrativo

ANEXO I

MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, DAS DESCRIÇÕES E QUANTITATIVOS

Grupo	Item	Descrição	Quantidade/Unidade	Valor unitário do item (R\$)	Valor unitário mensal do item (R\$)	Valor Total do Item (R\$)
1	1	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F . Garantia com término em 26/03/2026.	8 Nodes			

	Estimado para 33 meses.				
2	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F . Garantia com término em 22/04/2027 . Estimado para 30 meses.	10 Nodes			
3	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F . Garantia com término em 27/10/2027 . Estimado para 24 meses.	2 Nodes			
4	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para Switch modelo Dell PowerSwitch S4048-ON. Garantia com término em 26/03/2026 . Estimado para 33 meses.	2 Switches			
5	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para Switch modelo Dell PowerSwitch S4148FON. Garantia com término em 22/04/2027 . Estimado para 30 meses.	2 Switches			
6	Aquisição de subscrição do software de gerenciamento VMware Cloud Foundation para servidor Dell EMC Vxrail P570F . Final da garantia dos equipamentos do Cluster VxRail 01 . Garantia com término em 26/03/2026 . Estimado para 33 meses.	576 Core			
7	Aquisição de subscrição do software de gerenciamento VMware Cloud Foundation(VCF) para substituir o suporte atual que encerra-se em 18/10/2026 . Estimado para 36 meses.	960 Core			
8	Aquisição de subscrição do add-on VMware vSAN contemplando 1 TiB para VMware Cloud Foundation. Final da garantia dos equipamentos do Cluster VxRail 01 Garantia com término em 26/03/2026 . Estimado para 33 meses.	263 TiB			
9	Aquisição de subscrição do add-on VMware vSAN contemplando 1 TiB para VMware Cloud Foundation para substituir o suporte atual que encerra-se em 18/10/2026 . Estimado para 36 meses.	299 TiB			
Valor Total do Item/Grupo: R\$					

A tabela a seguir consolida o cronograma estimado para as novas vigências de suporte e garantia dos equipamentos Dell VxRail e switches de rede, baseando-se no encerramento das coberturas vigentes. O planejamento estabelece a Data Inicial Estimada como o dia subsequente ao término da garantia atual, e a Data Final Estimada projetada para 36 meses após o início da nova cobertura.

Cabe ressaltar que será contratado serviço de garantia apenas para 2 dos contrato n. 113/2020 (1927348) porque um deles não está sendo utilizado em ambiente de risco, sendo desnecessária a extensão da garantia.

Quadro 1 - Cronograma de ativação do serviço de garantia e manutenção dos Hardwares

Item	Objeto	Quantidade	Data inicial para disponibilizar o serviço/subscrição	Data final estimada	Quantidade aproximada de meses de garantia/suporte
1	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F . Garantia com término em 26/03/2026 . Contrato n° 113/2020 (1927348).	8 nodes	Até 15 (quinze) úteis dias, contados a partir da data de sua última assinatura pelas partes.	27/03/2029	33

Item	Objeto	Quantidade	Data inicial para disponibilizar o serviço/subscrição	Data final estimada	Quantidade aproximada de meses de garantia/suporte
2	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F . Garantia com término em 22/04/2027 . Contrato 380 (2536842) .	10 nodes	23/04/2027	19/10/2029	30
3	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F . Garantia com término em 27/10/2027 . Termo Aditivo 110 (2391479) .	2 nodes	28/10/2027	19/10/2029	24
4	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para Switch modelo Dell PowerSwitch S4048-ON. Garantia com término em 26/03/2026 . Contrato nº 113/2020 (1927348).	2 switches	Até 15 (quinze) úteis dias, contados a partir da data de sua última assinatura pelas partes.	27/03/2029	33
5	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para Switch modelo Dell PowerSwitch S4148FON. Garantia com término em 22/04/2027 . Contrato 380 (2536842) .	2 switches	23/04/2027	19/10/2029	30

Conforme já informado nos subitens **2.1** a **2.10** do Termo de Referência, a fabricante VMware descontinuou o modelo de licenciamento perpétuo que atualmente temos contratado, diante disso, será necessário adquirir novas subscrições, que se dará de acordo com a expiração da garantia dos servidores e o suporte atual das licenças VMware.

No antigo Contrato, a quantidade de licenças de gerenciamento VMware Cloud Foundation se dava pela quantidade de CPU Sockets (o processador inteiro), com a nova política o licenciamento é por meio de CPU Cores. Já a quantidade de licenciamento do vSAN Add-on é calculado pela capacidade total de armazenamento bruto (*Raw Capacity*) gerenciada pelo software. Dessa forma, a quantidade de licença, bem como o prazo de estimado para a disponibilização está disposta no quadro abaixo:

Quadro 2 - Ativação de subscrições VMware

Item	Objeto	Quantidade	Part Number	Data inicial para disponibilizar o serviço/subscrição	Data final estimada	Quantidade aproximada de meses de garantia/suporte
6	Aquisição de subscrição do software de gerenciamento VMware Cloud Foundation para servidor Dell EMC Vxrail P570F . Final da garantia dos equipamentos do Cluster VxRail 01 . Garantia com término em 26/03/2026 . Contrato nº 113/2020 (1927348).	576 Core	VCF-CLD-FND-A.	Até 15 (quinze) úteis dias, contados a partir da data de sua última assinatura pelas partes.	27/03/2029	33
7	Aquisição de subscrição do software de gerenciamento VMware Cloud Foundation(VCF) para substituir o suporte atual que encerra-se em 18/10/2026	960 Core	VCF-CLD-FND-A.	19/10/2026	19/10/2029	36
8	Aquisição de subscrição do addon VMware vSAN contemplando 1 TiB para VMware Cloud Foundation. Final da garantia dos equipamentos do Cluster VxRail 01 . Garantia com término em 26/03/2026 . Contrato nº 113/2020 (1927348).	263 TiB	VCF-VSAN-8	Até 15 (quinze) úteis dias, contados a partir da data de sua última assinatura pelas partes.	27/03/2029	33
9	Aquisição de subscrição do addon VMware vSAN contemplando 1 TiB para VMware Cloud Foundation para substituir o suporte atual que encerra-se em 18/10/2026	299 TiB	VCF-VSAN-8	19/10/2026	19/10/2029	36

Cabe ressaltar que, embora o vencimento imediato da garantia atinja especificamente 8 (oito) nós do servidor Dell EMC VxRail P570F, o planejamento da contratação prevê a aquisição de licenciamento VMware Cloud Foundation e subscrição do add-on VMware vSAN para o total de 12 (doze) equipamentos. Tal medida é tecnicamente indispensável, uma vez que os 4 (quatro) nós remanescentes, ainda que possuam garantia vigente, integram o mesmo cluster hiperconvergente.

A arquitetura VxRail exige a uniformidade de versões de software, firmware e níveis de suporte entre todos os componentes do cluster para garantir a alta disponibilidade e a estabilidade do ambiente. Portanto, a inclusão da totalidade dos nós visa evitar incompatibilidades técnicas e assegurar que a atualização do licenciamento e do suporte ocorra de forma centralizada e simultânea, preservando a continuidade operacional da infraestrutura.

Vale ressaltar que os ambientes VxRail já adquiridos foram entregues com o licenciamento necessário à sua operação, conforme as condições vigentes à época da respectiva contratação. Todavia, após a aquisição da VMware pela Broadcom, sobreveio alteração substancial na política comercial adotada para tais soluções, deixando de ser disponibilizada a comercialização apartada de licenças de produtos específicos, a exemplo de vSAN e vSphere, os quais passaram a ser ofertados prioritariamente por meio de bundles que os contemplam.

Cumprir destacar, ainda, que o TJRO já dispõe de licenciamento do ambiente vSphere, adquirido por meio do Contrato nº 229 (3637784), com vigência até outubro de 2029. Não obstante, a manutenção da continuidade operacional dos ambientes, bem como a garantia de suporte e de sua eventual evolução tecnológica, demandam nova contratação, por meio dos bundles propostos nos quadros, tendo em vista que, embora já exista licenciamento anteriormente adquirido para produtos específicos, o modelo comercial atualmente adotado pelos fornecedores não mais admite sua aquisição de forma isolada.

Registre-se, ademais, que foi envidada tentativa de aquisição direta do referido licenciamento junto à Dell. Contudo, ao final do exercício de 2025, a empresa informou que não mais realizava a comercialização desse licenciamento de forma individualizada. Em razão disso, realizou-se consulta junto à Broadcom, a qual, no mesmo sentido, esclareceu não efetuar a venda apartada dessas licenças, mantendo sua disponibilização exclusivamente no formato de bundles.

A tabela abaixo demonstra a temporalidade dos serviços e subscrições a serem contratados:

Final Vigência	Suporte e Garantia Estendida VxRail			Suporte e Garantia Estendida Switch		Subscrição VMware Cluster VxRail 01			Subscrição VMware Cluster VxRail 02			Subscrição VMware Cluster VxRail 03		
Mês	Bloco 1	Bloco2	Total Qtd Nodes	Bloco 1	Total Qtd SW	Hosts	VCF	vSAN	Hosts	VCF	vSAN	Hosts	VCF	vSAN
mar./26	8		8		0	12	576	263						
abr./26	8		8		0									
mai./26	8		8	4	4									
jun./26	8		8	4	4									
jul./26	8		8	4	4									
ago./26	8		8	4	4									
set./26	8		8	4	4									
out./26	8		8	4	4									
nov./26	8		8	4	4				12	576	263	6	384	36
dez./26	8		8	4	4									
jan./27	8		8	4	4									
fev./27	8	12	20	4	4									
mar./27	8	12	20	4	4	12	576	263						
abr./27	8	12	20	4	4									
mai./27	8	12	20	4	4									
jun./27	8	12	20	4	4									
jul./27	8	12	20	4	4									
ago./27	8	12	20	4	4									
set./27	8	12	20	4	4									
out./27	8	12	20	4	4									
nov./27	8	12	20	4	4				12	576	263	6	384	36
dez./27	8	12	20	4	4									
jan./28	8	12	20	4	4									
fev./28	8	12	20	4	4									
mar./28	8	12	20	4	4	12	576	263						
abr./28	8	12	20	4	4									
mai./28	8	12	20	4	4									
jun./28	8	12	20	4	4									
jul./28	8	12	20	4	4									
ago./28	8	12	20	4	4									
set./28	8	12	20	4	4									
out./28	8	12	20	4	4									
nov./28	8	12	20	4	4				12	576	263	6	384	36
dez./28	8	12	20	4	4									
jan./29	8	12	20	4	4									
fev/29	8	12	20	4	4									
mar./29		12	12	4	4									
abr./29		12	12	4	4									
mai./29		12	12											
jun./29		12	12											
jul./29		12	12											

ago./29		12	12											
set./29		12	12											
out./29		12	12											
nov./29														

Nos subitens a seguir, será detalhado a especificação técnica de cada um dos itens a serem contratados.

DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Item 1 - Serviço de garantia, manutenção e monitoramento remoto para servidores hiperconvergentes da marca Dell EMC modelo Vxrail P570F com garantia até 26/03/2026.

1.1. Descrição dos equipamentos

1.1.1. O serviço de garantia, manutenção e monitoramento remoto deverão ser prestados para os seguintes equipamentos:

Item	Hardware	Descrição do Equipamento	Service TAG
1	1	VXRAIL P570F	C1TLK73
	2	VXRAIL P570F	G1TLK73
	3	VXRAIL P570F	F1TLK73
	4	VXRAIL P570F	D1TLK73
	5	VXRAIL P570F	JC4NF93
	6	VXRAIL P570F	GC4NF93
	7	VXRAIL P570F	FC4NF93
	8	VXRAIL P570F	HC4NF93

1.2. Especificação técnica dos equipamentos

1.2.1. Todos os equipamentos listados no item 1.1.1 possuem as seguintes configurações:

1.2.1.1. Servidores hiperconvergentes, marca Dell, fabricante EMC, modelo VxRail P570F – ALL FLASH.

1.2.1.2. Configuração de hardware dos appliances VXRAIL P570F.

1.2.1.3. Processamento: 2 (dois) processadores Intel(R) Xeon(R) Gold 6252 CPU.

1.2.1.4. Memória RAM: Composta por 24 (vinte e quatro) módulos de 32GB RDIMM, operando a 3200MT/s, Dual Rank.

1.2.1.5. Dispositivo de boot: 1 (uma) controladora BOSS controller card + with 2 M.2 Sticks 240G (RAID 1).

1.2.1.6. Disco Cache vSAN: 4 (quatro) unidades de 1.6TB SSD SAS Mix Use 12Gbps 512e 2.5in Hot-plug AG Drive, 3 DWPD.

1.2.1.7. Disco Capacidade: 20 (vinte) unidades de 3.84TB SSD SATA Read Intensive 6Gbps 512 2.5in Hot-plug AG Drive, 1 DWPD.

1.2.1.8. Interface de Rede: 1 (uma) interface Intel X710 Quad Port 10GbE SFP+.

1.3. Diretrizes gerais dos serviços a serem prestados

1.3.1. Deverá ser assegurado pela contratada, que os *appliances* hiperconvergentes Dell VxRail e todo o respectivo software proprietário associado à solução, incluindo, mas não se limitando, ao VxRail Manager (HCI System Software), ferramentas de gerenciamento, automação, monitoramento, atualizações e pacotes de lifecycle management (LCM), permanecerão integralmente suportados pela Contratada durante toda a vigência contratual.

1.3.1.1. O suporte deverá abranger a manutenção da compatibilidade entre hardware, firmware e camadas de virtualização, garantindo a continuidade operacional, a conformidade do ambiente e a aderência às boas práticas recomendadas pelo fabricante.

1.3.2. Na hipótese de ocorrência de falha grave, indisponibilidade total (*crash*) ou incompatibilidade decorrente de versões de software, firmware ou componentes da solução Dell VxRail que impeçam o funcionamento regular do ambiente de virtualização baseado em tecnologias Broadcom/VMware, caberá integralmente à Contratada a responsabilidade técnica pela adoção de todas as medidas necessárias ao restabelecimento do serviço sem custos adicionais ao TJRO.

1.3.2.1. Essas medidas poderão incluir, quando tecnicamente indispensável, a desinstalação, desativação ou remoção de softwares proprietários da Dell associados ao VxRail, bem como a reconfiguração do ambiente para operação direta sobre a camada de virtualização Broadcom/VMware, sem prejuízo à integridade dos dados, à continuidade dos serviços e sem qualquer ônus adicional para o Tribunal.

1.3.2.2. O TJRO poderá solicitar a reconfiguração do ambiente, sem prejuízo à integridade dos dados e à execução das máquinas virtuais, com o intuito de melhorar a eficiência dos recursos e/ou utilizar uma nova abordagem na distribuição dos equipamentos. Essa solicitação deverá ser previamente alinhada com a Contratada, não acarretando qualquer ônus adicional ao Tribunal.

1.3.3. O serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F deverá englobar o Suporte Técnico aos software associados a solução em todos seu níveis, deverá contemplar toda a plataforma de Virtualização de Servidores da Contratante, incluindo ainda as soluções VMware e Dell a seguir, sejam as suítes e/ou seus respectivos produtos inclusos tais como: VMware Cloud Foundation e todos os integrantes deste pacote.

1.3.4. O suporte técnico deve estar disponível para abertura de chamados técnicos 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, por meio de sistema *Web* e telefone (0800 ou número com valor de ligação local na cidade de Porto Velho).

1.3.5. Deverá ser disponibilizado profissional da Contratada, durante toda a vigência contratual, atuando como ponto de contato prioritário e responsável pelo acompanhamento técnico-operacional do ambiente.

1.3.6. O serviço de Suporte Técnico será composto pelos seguintes elementos:

1.3.6.1. A contratada deverá disponibilizar um **TAM (Technical Account Manager)**, com competência de no mínimo:

- 1.3.6.1.1. Realizar revisões consultivas da arquitetura, dos processos e dos planos de organização do ambiente de nuvem privada;
 - 1.3.6.1.2. Validar áreas críticas da arquitetura, incluindo rede, segurança, servidores físicos e armazenamento;
 - 1.3.6.1.3. Auditar processos críticos, tais como backup, recuperação, failover, failback e provisionamento;
 - 1.3.6.1.4. Comunicar novas versões, alertas de segurança e avaliar impactos de patches e upgrades nas aplicações;
 - 1.3.6.1.5. Realizar revisões periódicas da arquitetura e emitir recomendações técnicas;
 - 1.3.6.1.6. Gerenciar fornecedores terceiros envolvidos na execução do suporte técnico;
 - 1.3.6.1.7. Atuar como ponto único de prestação de contas para escalonamento e gestão de incidentes, chamados e solicitações junto às diversas áreas da Contratada;
 - 1.3.6.1.8. Orientar quanto às melhores práticas e à gestão das soluções implantadas;
 - 1.3.6.1.9. Participar de reuniões de equipe, atualizações de status e apresentar relatórios de progresso;
 - 1.3.6.1.10. Conduzir reuniões periódicas de verificação (checkpoints), previamente agendadas, para levantamento de demandas, esclarecimento de dúvidas e acompanhamento de chamados.
 - 1.3.6.1.11. O TAM deverá estar disponível para contato ilimitado por telefone e e-mail, em regime 8x5 (oito horas por dia, cinco dias por semana), em dias úteis, considerando o horário de expediente do Tribunal na cidade de Porto Velho.
 - 1.3.6.1.12. Deverá, ainda, apresentar relatório mensal de atividades, contemplando indicadores de desempenho, análise de tendências e recomendações técnicas.
- 1.3.6.2. A Contratada deverá disponibilizar **Central de Monitoramento** com as seguintes funcionalidades mínimas:
- 1.3.6.2.1. Portal web com dashboards dinâmicos, visualização em tempo real, alarmes e histórico de incidentes;
 - 1.3.6.2.2. Notificação automática por meio de mensagens instantâneas (como WhatsApp) e abertura de chamados por gatilhos configuráveis, sendo de responsabilidade da Contratada todos os custos relacionados à utilização de APIs necessárias;
 - 1.3.6.2.3. Emissão de relatórios de disponibilidade e desempenho, conforme indicadores definidos pelo Tribunal ou alinhados a padrões de mercado; e
 - 1.3.6.2.4. Manutenção de diário de bordo contendo o detalhamento dos procedimentos operacionais adotados para cada tipo de falha ou incidente.
- 1.3.6.3. A Contratada deverá prestar serviços especializados de **suporte técnico nas modalidades reativa, corretiva e proativa, bem como operação assistida**, abrangendo todo o ambiente e os componentes da solução baseada em VMware Cloud Foundation.
- 1.3.6.4. O suporte técnico, em todos os níveis, deverá observar as seguintes premissas e competências mínimas:
- 1.3.6.4.1. **Premissas Gerais**
- 1.3.6.4.1.1. A Contratada deverá observar, no mínimo, as seguintes premissas na execução dos serviços:
 - 1.3.6.4.1.1.1. Assegurar a contínua aplicação das melhores práticas homologadas pelo fabricante em todo o ambiente;
 - 1.3.6.4.1.1.2. Realizar a identificação, análise e mitigação contínua de possíveis pontos de falha;
 - 1.3.6.4.1.1.3. Garantir a aderência integral às recomendações técnicas, arquiteturais e operacionais do fabricante;
 - 1.3.6.4.1.1.4. Atuar de forma proativa, com foco na prevenção de incidentes, na otimização do desempenho e na maximização da disponibilidade dos serviços; e
 - 1.3.6.4.1.1.5. Manter o ambiente em conformidade (compliance) com padrões de mercado e diretrizes do Tribunal.
- 1.3.6.4.2. **Atividades Técnicas e Operacionais**
- 1.3.6.4.2.1. A Contratada deverá, no mínimo:
 - 1.3.6.4.2.2. Elaborar, manter e atualizar procedimentos de instalação, configuração, operação e recuperação de serviços, incluindo cenários de falha e desastre, a serem registrados na Base de Conhecimento;
 - 1.3.6.4.2.3. Elaborar e executar planos de atualização de produtos, incluindo aplicação de patches, correções e upgrades, mantendo o ambiente atualizado e suportado pelo fabricante;
 - 1.3.6.4.2.4. Produzir documentação técnica do tipo as-built após alterações relevantes no ambiente;
 - 1.3.6.4.2.5. Executar atividades operacionais com base em procedimentos padronizados, adaptados à realidade do Tribunal;
 - 1.3.6.4.2.6. Elaborar relatórios de atividades, detalhando ações realizadas, ajustes efetuados e recomendações;
 - 1.3.6.4.2.7. Garantir a operação da solução conforme melhores práticas, assegurando níveis adequados de desempenho e disponibilidade;
 - 1.3.6.4.2.8. Atuar na redução de impactos pós-implantação, minimizando incidentes decorrentes de falhas operacionais;
 - 1.3.6.4.2.9. Padronizar procedimentos operacionais, viabilizando sua execução pela equipe interna do Tribunal; e
 - 1.3.6.4.2.10. Elaborar e manter procedimentos de otimização contínua do ambiente.
- 1.3.6.4.3. **Gestão de Incidentes, Problemas e Mudanças**
- 1.3.6.4.3.1. A Contratada deverá, no mínimo:
 - 1.3.6.4.3.2. Atuar na tratativa de incidentes, requisições de serviço, problemas e mudanças, conforme processos definidos e Acordos de Nível de Serviço (ANS);
 - 1.3.6.4.3.3. Realizar análise de causa-raiz (RCA) para incidentes críticos;
 - 1.3.6.4.3.4. Formalizar e submeter mudanças ao processo de gestão de mudanças do Tribunal;

1.3.6.4.3.5. Abrir, acompanhar e escalar chamados junto ao fabricante, quando necessário; e

1.3.6.4.3.6. Registrar obrigatoriamente todas as ocorrências na ferramenta oficial de gestão de TIC do Tribunal.

1.3.6.4.4. Monitoramento e Saúde do Ambiente

1.3.6.4.4.1. A Contratada deverá, no mínimo:

1.3.6.4.4.2. Avaliar continuamente a saúde dos itens de configuração, garantindo níveis adequados de disponibilidade e desempenho;

1.3.6.4.4.3. Definir e ajustar limites operacionais (thresholds) e parâmetros de monitoramento;

1.3.6.4.4.4. Configurar dashboards, relatórios e painéis na ferramenta nativa do ambiente;

1.3.6.4.4.5. Integrar ferramentas de monitoramento com mecanismos de alerta, eventos e logs;

1.3.6.4.4.6. Tratar imediatamente alertas gerados, iniciando diagnóstico e resolução;

1.3.6.4.4.7. Manter a integridade da Central de Monitoramento, incluindo coleta de dados e funcionamento de agentes; e

1.3.6.4.4.8. Emitir checklist diário de verificação do ambiente, com envio ao Tribunal.

1.3.6.4.5. Suporte Proativo e Preventivo

1.3.6.4.5.1. A Contratada deverá, no mínimo:

1.3.6.4.5.2. Executar ações preventivas independentemente de solicitação do Tribunal;

1.3.6.4.5.3. Realizar atividades de planejamento, testes, validações e otimizações do ambiente;

1.3.6.4.5.4. Promover transferência de conhecimento à equipe do Tribunal;

1.3.6.4.5.5. Realizar health checks periódicos (limitados a 12 por ano), com apresentação de cronograma e relatórios técnicos; e

1.3.6.4.5.6. Avaliar conformidade do ambiente com as melhores práticas do fabricante.

1.3.6.4.6. Operação Assistida

1.3.6.4.6.1. A Operação Assistida deverá ser prestada pela Contratada em regime de 8x5 (oito horas por dia e cinco dias por semana), em dias úteis, observando-se o horário de expediente do Tribunal na cidade de Porto Velho/RO, e compreenderá, no mínimo, as seguintes atividades:

1.3.6.4.6.2. Prestar apoio à execução de atualizações, instalações e configurações;

1.3.6.4.6.3. Apoiar tecnicamente na implementação de melhorias e novas funcionalidades;

1.3.6.4.6.4. Elaborar e manter atualizada a documentação técnica pertinente, incluindo planos de ação, relatórios, pareceres técnicos e laudos;

1.3.6.4.6.5. Fornecer consultoria técnica sob demanda para otimização do uso da infraestrutura; e

1.3.6.4.6.6. O horário poderá ser alterado mediante solicitação do Tribunal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

1.3.6.4.7. Execução de Atividades Programadas

1.3.6.4.7.1. A Contratada deverá executar as atividades programadas de forma planejada, controlada e devidamente registrada, observando, no mínimo, as seguintes diretrizes:

1.3.6.4.7.2. Realizar, obrigatoriamente, fora do horário de expediente, inclusive em finais de semana e feriados, todas as atividades que impliquem risco potencial de indisponibilidade dos serviços, sem ônus adicional para o Tribunal;

1.3.6.4.7.3. Executar requisições padronizadas, como criação de usuários, redefinição de senhas e ajustes operacionais; e

1.3.6.4.7.4. Assegurar Registro e acompanhamento de todas as atividades na ferramenta de gestão do Tribunal.

1.3.6.4.8. Central de Serviços (Service Desk)

1.3.6.4.8.1. A Contratada deverá disponibilizar Central de Serviços operando em regime contínuo 24x7, com capacidade adequada ao volume de demandas, contemplando:

1.3.6.4.8.2. Registro, acompanhamento e encerramento de chamados técnicos;

1.3.6.4.8.3. Atendimento por meio de sistema, telefone (0800 ou equivalente) e e-mail;

1.3.6.4.8.4. Atualização do status dos chamados em intervalos máximos de 60 (sessenta) minutos;

1.3.6.4.8.5. Gerenciamento completo do ciclo de vida dos chamados;

1.3.6.4.8.6. Comunicação contínua com o Tribunal sobre o andamento das demandas;

1.3.6.4.8.7. Abertura e acompanhamento de chamados junto a fornecedores e fabricante; e

1.3.6.4.8.8. Todos os chamados deverão respeitar os prazos definidos nos Níveis Mínimos de Serviço (NMS), contados a partir de sua abertura.

1.3.6.4.9. Registro e Controle

1.3.6.4.9.1. A Contratada deverá assegurar o registro, controle e rastreabilidade de todos os atendimentos realizados, observando, no mínimo, as seguintes diretrizes:

1.3.6.4.9.2. Todos os atendimentos deverão ser registrados na ferramenta oficial de gestão de TIC do Tribunal;

1.3.6.4.9.3. Chamados recebidos por telefone ou e-mail deverão ser registrados imediatamente;

1.3.6.4.9.4. Em caso de indisponibilidade da ferramenta, o registro deverá ocorrer assim que restabelecido o acesso; e

1.3.6.4.9.5. A ausência de registro caracterizará descumprimento contratual.

1.3.6.4.10. Encerramento e Reabertura

1.3.6.4.10.1. A Contratada deverá observar, no processo de encerramento e eventual reabertura de chamados, no mínimo, as seguintes diretrizes:

1.3.6.4.10.2. Assegurar que cada chamado contenha descrição detalhada da causa e solução adotada; e

1.3.6.4.10.3. Reconhecer que o Tribunal poderá reabrir chamados não satisfatoriamente resolvidos, mantendo-se os prazos originais.

1.3.6.4.11. Base de Conhecimento

1.3.6.4.11.1. A Contratada deverá criar e manter Base de Conhecimento atualizada, contendo:

1.3.6.4.11.2. Procedimentos operacionais;

1.3.6.4.11.3. Documentação técnica (as-built);

1.3.6.4.11.4. Planos de atualização e recuperação;

1.3.6.4.11.5. Registros de incidentes e soluções;

1.3.6.4.11.6. Relatórios técnicos e recomendações; e

1.3.6.4.11.7. A Base de Conhecimento deverá ser mantida na ferramenta oficial do Tribunal e será de sua propriedade.

1.3.6.4.12. Escopo Tecnológico da Solução

1.3.6.4.12.1. A Contratada será responsável pela sustentação integral dos componentes da solução VMware Cloud Foundation, incluindo, mas não se limitando a:

1.3.6.4.12.2. Virtualização (vSphere/ESXi e vCenter);

1.3.6.4.12.3. Armazenamento definido por software (vSAN);

1.3.6.4.12.4. Rede e segurança (NSX, quando licenciado);

1.3.6.4.12.5. Automação, operação e monitoramento;

1.3.6.4.12.6. Mobilidade de cargas (HCX);

1.3.6.4.12.7. Serviços de contêineres e Kubernetes (quando licenciados);

1.3.6.4.12.8. Gerenciamento do ciclo de vida (LCM via SDDC Manager); e

1.3.6.4.12.9. Deverá garantir compatibilidade entre versões, aplicação de patches, atualizações, suporte junto ao fabricante e restauração dos serviços, assegurando ambiente atualizado, estável e suportado, sem ônus adicional ao Tribunal.

1.3.6.4.13. Itens Fora do Escopo

1.3.6.4.13.1. Bancos de dados não nativos das soluções VMware;

1.3.6.4.13.2. Aplicações do Tribunal ou de terceiros;

1.3.6.4.13.3. Atendimento a usuário final; e

1.3.6.4.13.4. Sistemas operacionais convidados (*guest*).

2. Item 2 - Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidores hiperconvergentes da marca Dell EMC modelo Vxrail P570F com garantia até 22/04/2027.

2.1. Descrição dos equipamentos

2.1.1. O serviço de garantia, manutenção e monitoramento remoto deverão ser prestados para os seguintes equipamentos:

Item	Hardware	Descrição do Equipamento	Service TAG
2	9	VXRAIL P570F	GL3XPM3
	10	VXRAIL P570F	HL3XPM3
	11	VXRAIL P570F	4M3XPM3
	12	VXRAIL P570F	JL3XPM3
	13	VXRAIL P570F	7M3XPM3
	14	VXRAIL P570F	1M3XPM3
	15	VXRAIL P570F	2M3XPM3
	16	VXRAIL P570F	3M3XPM3
	17	VXRAIL P570F	5M3XPM3
	18	VXRAIL P570F	6M3XPM3

2.1.2. As especificações técnicas aplicáveis ao presente item são idênticas àquelas estabelecidas no item 1 e seus respectivos subitens do Anexo I do Termo de Referência, devendo ser integralmente observadas pela Contratada.

3. Item 3 - Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidores hiperconvergentes da marca Dell EMC modelo Vxrail P570F com garantia até 27/10/2027.

3.1. Descrição dos equipamentos

3.1.1. O serviço de garantia, manutenção e monitoramento remoto deverão ser prestados para os seguintes equipamentos:

Item	Hardware	Descrição do Equipamento	Service TAG
3	19	VXRAIL P570F	4GWDPK3

	20	VXRail P570F	5GWDPK3
--	----	--------------	---------

3.1.2. As especificações técnicas aplicáveis ao presente item são idênticas àquelas estabelecidas no **item 1 e seus respectivos subitens do Anexo I do Termo de Referência**, devendo ser integralmente observadas pela Contratada.

4. Item 4 - Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para Switchs modelo Dell PowerSwitch S4048-ON com garantia até 26/03/2026.

4.1. Descrição dos equipamentos

4.1.1. O serviço de garantia, manutenção e monitoramento remoto deverão ser prestados para os seguintes equipamentos:

Item	Descrição do Equipamento	Service TAG
4	PowerSwitch S4048-ON	JD6JPK2
	PowerSwitch S4048-ON	BF6JPK2

4.1.2. O serviço de suporte técnico deverá estar disponível na modalidade 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, incluindo finais de semana e feriados nacionais, estaduais e municipais).

4.1.3. O acesso ao suporte deverá ser através dos canais oficiais disponibilizado pela CONTRATADA, conforme **subitem 1.3.4 das Especificações Técnicas**, Anexo I, deste Termo de Referência.

4.1.4. A Contratada deverá aplicar, continuamente, todas as atualizações de software, firmware, patches de segurança e correções de bugs (Upgrades e Updates) lançados pelo fabricante para o respectivo equipamento e seu sistema operacional durante toda a vigência do Contrato.

4.1.5. A Contratada deverá atuar como Ponto Único de Contato (Single Point of Contact - SPOC) para a abertura e acompanhamento dos chamados, responsabilizando-se pelo diagnóstico de falhas tanto de hardware quanto do sistema operacional embarcado no equipamento.

4.1.6. O serviço de garantia deverá cobrir a substituição de qualquer componente de hardware do equipamento que apresente defeito de fabricação e/ou falha de operação, incluindo inclusive fontes de alimentação.

4.1.7. O atendimento para substituição física de componentes defeituosos deverá ser do tipo *On-Site* (no local de instalação do equipamento, nas dependências do TJRO).

4.1.8. As peças de reposição deverão ser novas e originais, devendo possuir a mesma especificação técnica ou superior à da peça original (contanto que tenha compatibilidade com os equipamentos em questão).

4.1.9. Será de responsabilidade da Contratada todo o custo logístico de envio das peças de reposição para o TJRO, bem como o recolhimento e frete reverso das peças defeituosas substituídas.

4.1.10. Em caso de falha generalizada do equipamento, a contratada deverá realizar a substituição do mesmo por equipamento de igual modelo ou superior, desde que seja compatível com a solução VxRail.

4.1.11. Os equipamentos deverão ser monitorados de maneira contínua, observando os seguintes aspectos:

- a) Uso de CPU e Memória;
- b) Status das Fontes de Alimentação;
- c) Temperatura;
- d) Utilização de Banda (Throughput); e
- e) Erros e Descartes (Drops / Discards).

5. Item 5 - Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para Switchs modelo Dell PowerSwitch S4148FON com garantia até 22/04/2027.

5.1. Descrição dos equipamentos

5.1.1. O serviço de garantia, manutenção e monitoramento remoto deverão ser prestados para os seguintes equipamentos:

Item	Descrição do Equipamento	Service TAG
5	PowerSwitch S4148F-ON	6M79V43
	PowerSwitch S4148F-ON	C12KV43

5.1.2. As especificações técnicas aplicáveis ao presente item são idênticas àquelas estabelecidas no **item 4 e seus respectivos subitens do Anexo I do Termo de Referência**, devendo ser integralmente observadas pela Contratada.

6. Item 6 - Aquisição de subscrição do software de gerenciamento VMware Cloud Foundation para o Cluster VxRail 01, com final da garantia em 26/03/2026

6.1. Descrição do equipamento

Item	Descrição	Part Number	Unidade	Quantidade
6	VMware Cloud Foundation (VCF), 3Yr Subscription per Core	VCF-CLD-FND-A.	Core	576

6.2. A solução deverá atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:

6.2.1. Prover licenciamento válido e ativo do VMware Cloud Foundation (VCF) e do vSAN Add-On, como requisito essencial para garantir a operação regular, suportada e em conformidade da camada de virtualização, do armazenamento definido por software (SDS) e da gestão do ambiente hiperconvergente (cluster);

6.2.2. Assegurar que o licenciamento fornecido mantenha o ambiente aderente às políticas de conformidade, suporte e boas práticas estabelecidas pelo fabricante do software;

6.2.3. Garantir o direito de atualização de versões pelo período mínimo de 03 (três) anos, contemplando, sem limitação:

- a)** versões maiores (major releases);
- b)** versões menores (minor releases);
- c)** versões de manutenção (maintenance releases); e
- d)** atualizações (updates) e correções (patches).

6.2.4. Disponibilizar acesso às atualizações e versões por meio de download em sítio eletrônico oficial do fabricante, garantindo autenticidade, integridade e disponibilidade dos pacotes;

6.2.5. Disponibilizar mecanismos que permitam aos técnicos do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO) solicitar diretamente ao fabricante o acesso às mídias, licenças e autorizações necessárias para download, instalação e atualização dos softwares;

6.2.6. Prover serviço de suporte técnico do fabricante, compreendendo atendimento especializado para:

- a)** solução de incidentes relacionados ao funcionamento e à disponibilidade da solução; e
- b)** esclarecimento de dúvidas quanto à instalação, configuração, operação e atualização dos produtos.

6.2.7. Assegurar que o suporte técnico esteja disponível para abertura de chamados 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana (24x7), por meio de, no mínimo, os seguintes canais:

- a)** sistema Web (portal de atendimento);
- b)** atendimento telefônico; e
- c)** correio eletrônico.

6.2.8. Garantir ao TJRO o direito de uso da solução por meio de subscrição, assegurando o acesso integral a todas as funcionalidades disponíveis durante a vigência contratual;

6.2.9. Assegurar que a modalidade de subscrição permita a utilização contínua do software pelo período contratado, incluindo acesso a atualizações, suporte e funcionalidades licenciadas;

6.2.10. Responsabilizar-se pela correta aplicação, ativação e associação das licenças no ambiente de virtualização do TJRO, garantindo sua plena operacionalidade e conformidade com os termos do fabricante.

7. Item 7- Aquisição de subscrição do software de gerenciamento VMware Cloud Foundation(VCF) para os Clusters VxRail 02 e 03, com final da garantia em 18/10/2026

7.1. descrição do equipamento

Item	Descrição	Part Number	Unidade	Quantidade
7	VMware Cloud Foundation (VCF), 3Yr Subscription per Core	VCF-CLD-FND-A.	Core	960

7.2. As especificações técnicas aplicáveis ao presente item são idênticas àquelas estabelecidas no **item 6 e seus respectivos subitens do Anexo I do Termo de Referência**, devendo ser integralmente observadas pela Contratada.

8. Item 8 - Aquisição de subscrição do software VMware vSAN Add-on para o Cluster VxRail 01, com final da garantia em 26/03/2026

8.1. Descrição do equipamento

Item	Descrição	Part Number	Unidade	Quantidade
8	VMware vSAN Add-On, 3Yr Subscription per TiB	VCF-VSAN-8	TiB	263

8.2. A solução deverá atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:

8.2.1. Prover licenciamento válido e ativo do VMware Cloud Foundation (VCF) e do vSAN Add-On, como requisito essencial para garantir a operação regular, suportada e em conformidade da camada de virtualização, do armazenamento definido por software (SDS) e da gestão do ambiente hiperconvergente (cluster).

8.2.2. Assegurar que o licenciamento fornecido mantenha o ambiente aderente às políticas de conformidade, suporte e boas práticas estabelecidas pelo fabricante do software.

8.2.3. Garantir o direito de atualização de versões pelo período mínimo de 03 (três) anos, contemplando, sem limitação:

- a)** versões maiores (major releases);
- b)** versões menores (minor releases);
- c)** versões de manutenção (maintenance releases); e
- d)** atualizações (updates) e correções (patches).

8.2.4. Disponibilizar acesso às atualizações e versões por meio de download em sítio eletrônico oficial do fabricante, garantindo autenticidade, integridade e disponibilidade dos pacotes;

8.2.5. Disponibilizar mecanismos que permitam aos técnicos do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO) solicitar diretamente ao fabricante o acesso às mídias, licenças e autorizações necessárias para download, instalação e atualização dos softwares;

8.2.6. Prover serviço de suporte técnico do fabricante, compreendendo atendimento especializado para:

- a) solução de incidentes relacionados ao funcionamento e à disponibilidade da solução; e
- b) esclarecimento de dúvidas quanto à instalação, configuração, operação e atualização dos produtos.

8.2.7. Assegurar que o suporte técnico esteja disponível para abertura de chamados 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana (24x7), por meio de, no mínimo, os seguintes canais:

- a) sistema Web (portal de atendimento);
- b) atendimento telefônico; e
- c) correio eletrônico.

8.2.8. Garantir ao TJRO o direito de uso da solução por meio de subscrição, assegurando o acesso integral a todas as funcionalidades disponíveis durante a vigência contratual;

8.2.9. Assegurar que a modalidade de subscrição permita a utilização contínua do software pelo período contratado, incluindo acesso a atualizações, suporte e funcionalidades licenciadas;

8.2.10. Responsabilizar-se pela correta aplicação, ativação e associação das licenças no ambiente de virtualização do TJRO, garantindo sua plena operacionalidade e conformidade com os termos do fabricante.

9. Item 9 - Aquisição de subscrição do software VMware vSAN Add-on para Clusters VxRail 02 e 03, com final da garantia para 18/10/2026

9.1. Descrição do equipamento

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
9	VMware vSAN Add-On, 3Yr Subscription per TiB	TiB	299

9.2. As especificações técnicas aplicáveis ao presente item são idênticas àquelas estabelecidas no **item 8 e seus respectivos subitens do Anexo I do Termo de Referência**, devendo ser integralmente observadas pela Contratada.

ANEXO II

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

Este acordo sobre informações confidenciais é celebrado entre a empresa, entidade de direito privado sediada na, inscrita no CNPJ/MF sob nº. e com Inscrição Estadual nº....., doravante denominada Contratada, representada neste ato na forma do seu Estatuto Social, e o PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA, sediado na cidade de Porto Velho-RO, doravante denominado “TJRO”.

FUNDAMENTOS

A Contratada e o TJRO mantém relacionamento, por força do Contrato nº/....., firmado em....., de, de, e para que a Contratada possa realizar atividades nas dependências do TJRO é necessário e desejável que este revele à Contratada, sob forma escrita, verbal ou qualquer outra forma tangível, certas informações proprietárias e confidenciais relativas aos seus processos de trabalho.

As INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS do TJRO definidas no item ‘1’ são proprietárias e confidenciais, e só estão sendo reveladas à Contratada em razão da execução contratual prevista no Contrato acima referido, e por nenhuma outra razão, não desejando o TJRO transmitir à Contratada qualquer interesse ou direito de propriedade intelectual, nem tornar tais INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS públicas ou de conhecimento comum.

TERMOS E CONDIÇÕES

1. INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL

1.1. Para os propósitos do Contrato e deste Termo de Confidencialidade, o termo “INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS” irá significar quaisquer informações e dados de natureza confidencial que venham a ser revelados em decorrência da execução do Contrato TJRO nº/....., inclusive, mas sem se limitar a, segredos institucionais, informações técnicas e relativas a desenvolvimento, estratégias, operações, desempenho, tecnologia, negócios e processos, técnicas de programação de computador, e outras informações proprietárias designadas como tais, ou assim subentendidas, pelas PARTES, sejam elas apresentadas na forma escrita, oral, gráfica, eletrônica ou por outro meio qualquer de registro. O termo “INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS” irá incluir quaisquer amostras, modelos ou protótipos, ou partes destes.

2. SIGILO

2.1. A Contratada pactua que todas as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS serão mantidas no mais estrito sigilo. A Contratada se compromete a não copiar, não usar em seu próprio benefício, nem revelar ou mostrar a terceiros, nem publicar tais informações, no território brasileiro ou no exterior, persistindo a obrigação de sigilo por tempo indeterminado após o encerramento do que originou o presente termo.

2.2. Só os representantes da Contratada cuja avaliação das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS seja necessária e apropriada para os propósitos especificados da execução do Contrato terão acesso às INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS. As INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS serão usadas pela Contratada somente para os propósitos limitados estabelecidos na execução do Contrato.

2.3. Com respeito aos sócios, diretores, empregados, agentes e representantes da Contratada e outras pessoas que necessitem ter acesso às INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, a Contratada pactua obter de todas essas pessoas um Acordo de Sigilo obrigando-as a respeitar os mesmos pactos de sigilo aqui contidos.

2.4. Todas as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS de posse da Contratada e sob seu controle deverão ser guardadas e mantidas a salvo num lugar seguro, com proteção adequada para assegurar que nenhuma pessoa não autorizada tenha acesso a essas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS.

2.5. A Contratada concorda em notificar imediatamente o TJRO, por escrito, qualquer utilização indevida, revelação não autorizada, esbulho ou apropriação indébita das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS que lhe forem reveladas, ou qualquer violação do Contrato que chegue ao seu conhecimento.

3. PROPRIEDADE

3.1. Todos os materiais, inclusive, mas sem limitações a documentos, desenhos, modelos, protótipos, dispositivos, esboços, projetos, listas de componentes, programas de computador, mapas, propostas, informações financeiras ou comerciais, e dados (juntamente com quaisquer meios de suporte, p. ex.: discos, fitas), fornecidos pelo TJRO à Contratada, permanecerão sendo de propriedade do TJRO.

3.2. Todas as anotações, juntamente com quaisquer análises, compilações, estudos ou outros documentos elaborados pela Contratada ou por seus representantes, que contenham ou reflitam de outra maneira as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, reveladas pelo TJRO, serão também consideradas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, e serão havidas como de propriedade da Contratada somente naquilo que não conflitar com direitos preexistentes do TJRO.

4. LIMITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES E DIREITOS

4.1. A Contratada concorda que não adquire qualquer título, posse, direitos de propriedade intelectual ou outros direitos para usar, vender, explorar, copiar ou desenvolver mais qualquer INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL, em razão da execução do Contrato. Caso as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS sejam ou venham a ser objeto de requerimento de patente, requerimento de direito autoral, ou direito autoral, a Contratada concorda e entende que o TJRO terá todos os direitos e socorros legais disponíveis como resultado dos referidos requerimentos de patente, requerimentos de direito autoral, ou direitos autorais, e que a revelação de tais INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS à Contratada não afeta de maneira alguma esses direitos e socorros.

4.2. A Contratada entende que a revelação das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS aqui prevista tem bases não-exclusivas, e que o TJRO poderá, a qualquer tempo, e sem limitações, revelar as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS de sua propriedade a outros, sob obrigações de sigilo similares àquelas previstas em Contrato.

4.3. Nada neste instrumento irá obrigar o TJRO a revelar à Contratada qualquer informação em particular.

4.4. O nome, a marca e a logomarca da Contratada são de sua propriedade exclusiva e encontram-se devidamente registrados junto aos órgãos competentes e protegidos pelas leis de propriedade intelectual, de modo que o presente instrumento não confere ao TJRO qualquer direito, direto ou indireto, sobre o nome, a marca e a logomarca pertencentes à Contratada, sendo vedada qualquer forma de utilização, exploração, reprodução e/ou veiculação destes, em conexão ou não com o objeto deste instrumento, sem a autorização prévia e expressa da Contratada.

5. NÃO-REVELAÇÃO

5.1. Tanto a Contratada como seus respectivos representantes, prepostos, funcionários, agentes e terceiros, direta ou indiretamente relacionados, na forma dos Acordos de Sigilo assinados, concordam que durante o período de vigência do Contrato nº., e após o seu encerramento será mantida, por prazo indeterminado, a proibição de revelação e de uso em benefício próprio ou de terceiros das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS.

5.2. As restrições estabelecidas neste documento não se aplicarão a quaisquer informações, dados ou outros materiais cedidos, na medida em que existir, ou vier a existir, qualquer uma das condições seguintes:

- a) Fossem previamente conhecidas pela Contratada, livre de qualquer obrigação de mantê-las confidenciais conforme demonstrado pelos seus registros escritos, desde que ele não tenha recebido tais informações, direta ou indiretamente, do TJRO;
- b) Sejam ou se tornem de domínio público, por revelação que não seja desautorizada;
- c) Sejam obtidas independentemente pela Contratada sem conhecimento das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, conforme demonstrado pelos seus registros escritos, desde que tais informações, ou informações correlatas, não tenham sido antecipadas em processo de patentes previamente publicados, de titularidade do TJRO;
- d) Sejam reveladas a terceiros, sem restrições, pelo TJRO; ou
- e) Sejam recebidas legalmente pela Contratada de uma terceira parte cuja revelação não tenha violado qualquer sigilo ou outra obrigação legal; ou
- f) Que venham a ser tornadas públicas por ação ou omissão não atribuível à Contratada.

5.3. As INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS não serão consideradas pertencentes ao domínio público simplesmente por estarem parcialmente incorporadas a descobertas em geral, ou porque características individuais suas, componentes seus ou combinações disso sejam agora ou venham a ser conhecidos pelo público.

6. DEVOLUÇÃO DA INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL

6.1. Quando do encerramento do Contrato e/ou das relações de negócios entre a Contratada e o TJRO, ou mais cedo, de comum acordo entre as PARTES, a Contratada deverá entregar em até 15 (quinze) dias ao TJRO, ou a quem ele designar, toda e qualquer INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL em sua posse ou sob seu controle, exceto se o TJRO, por intermédio de prévia permissão por escrito, tenha concordado em que a informação seja retida pela Contratada.

6.2. A Contratada irá se certificar de que todas as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS e cópias, ou extrações destas, tenham sido devolvidas ao TJRO, ou a quem ela designar, bem como que sejam destruídas, de maneira irrecuperável, todas as cópias instaladas na memória de seus equipamentos ou em qualquer outro tipo de suporte, inclusive as cópias de segurança (backup).

7. REVELAÇÃO ORDENADA EM JUÍZO

7.1. A Contratada não será responsável pela revelação de INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS caso esta seja feita em resposta a ordem judicial, contanto que seja dada notificação ao TJRO, tão logo tal ordem seja recebida, para que este possa buscar uma medida protetora, caso seja adequado.

8. ACORDO DE OBRIGAÇÃO DOS SUCESSORES

8.1. Este Termo de Confidencialidade terá caráter obrigatório e deverá vigorar em benefício das PARTES aqui signatárias, de seus herdeiros, administradores, sucessores e depositários.

9. DA VIGÊNCIA

9.1. Este Termo de Confidencialidade se efetivará a partir da data da assinatura do Contrato a que está vinculado e terminará com a cessação do mesmo, ressalvados nos efeitos da vedação contida no item 5 do presente ajuste.

9.2. O encerramento deste Termo não eximirá a Contratada de cumprir com as obrigações e responsabilidades assumidas durante sua vigência.

10. FORO

10.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este Termo de Confidencialidade, as PARTES elegem o Foro de Porto Velho - RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais, privilegiado que seja. Assim, justas e contratadas, as PARTES assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias.

Porto Velho, ____ de ____ de 202_.

Representante do TJRO

Representante legal da Contratada



Documento assinado eletronicamente por **PAMELA NEVES DE OLIVEIRA, Chefe de Seção**, em 14/04/2026, às 09:35 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ DONIEC DOS SANTOS DE SOUSA, Chefe de Seção**, em 14/04/2026, às 09:37 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE SOARES SENA DE OLIVEIRA, Membro(a) do Comitê**, em 14/04/2026, às 11:40 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ÂNGELA CARMEN SZYMCZAK DE CARVALHO, Presidente do Comitê**, em 14/04/2026, às 12:36 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>, informando o código verificador **5584088** e o código CRC **F2934DD2**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Rua José Camacho, 585 - Bairro Olaria - CEP 76801-330 - Porto Velho - RO - www.tjro.jus.br

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA E _____.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, CNPJ n. 04.293.700/0001-72, sediado na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, representado neste ato pela Juíza Secretária Geral **KARINA MIGUEL SOBRAL**, com recursos da Unidade Orçamentária n. 03.011 - Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU (CNPJ n. 10.466.386/0001-85), e, por outro lado, a empresa _____, CNPJ n. _____, situada na _____, n. _____, Bairro _____, Cidade _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, representada neste ato por _____, celebram o presente Contrato na melhor forma de direito, em conformidade com a Lei Federal n. 14.133/2021, com a Lei Complementar n. 123/2006 e com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011, decorrente de procedimento licitatório conforme o Edital de Pregão Eletrônico n. **032/2026-2026.PCA.5445**, tipo menor preço, doravante denominado simplesmente EDITAL, autorizado pelo **Processo Administrativo n. 0011958-79.2025.8.22.8000**, o fazendo mediante as Cláusulas e condições a seguir:

DO OBJETO - CLÁUSULA PRIMEIRA

- 1.1. Renovação de suporte e garantia de hardware e software, bem como aquisição de subscrição de software de virtualização e hiperconvergência, para atender o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme as disposições contidas no EDITAL e seus Anexos.
- 1.2. A execução contratual será por regime de empreitada por Preço Unitário, nos termos do art. 6º, XXVIII, da Lei n. 14.133/2021.
- 1.3. Integram o presente Contrato, devidamente assinados, o Termo de Referência n. 18/2026 e seus Anexos, a proposta da CONTRATADA e a(s) Nota(s) de Empenho _____, constantes no referido Processo Administrativo.

DA EXECUÇÃO - CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. Da Reunião de Alinhamento

2.1.1. Deverá ser realizada, **até o 7º (sétimo) dia útil** após a última assinatura deste Contrato pelas partes, uma reunião de alinhamento remota e com a participação do preposto da CONTRATADA, conforme agendamento efetuado pelo(a) Gestor(a) deste Contrato, com o objetivo de:

- a) identificar as expectativas a respeito da Solução contratada;
- b) nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Termo de Referência, neste Contrato, no Edital e em seus Anexos, esclarecendo, caso necessário, possíveis dúvidas acerca do objeto;
- c) apresentação ao CONTRATANTE de um número de telefone que possibilite ligações gratuitas ou com custo de ligações locais para sua central de atendimento e o endereço de e-mail para fins de abertura, acompanhamento de chamados e resolução de dúvidas sobre o serviço executado;
- d) repasse de informações, pelo CONTRATANTE, a respeito dos sistemas corporativos e outras que porventura venham a agregar valores ao bom desempenho da execução do objeto;
- e) comprovação, pela CONTRATADA, de que possui equipe técnica com o quantitativo mínimo de 2 (dois) perfis profissionais para garantir a execução do serviço com qualidade e segurança para atender aos serviços de implantação, manutenção e operação da Solução.

e.1) A equipe técnica da CONTRATADA deverá ser composta, necessariamente, pelos perfis profissionais descritos abaixo, durante toda a execução deste Contrato:

- e.1.1) formação de Nível Superior nas áreas correlatas à Tecnologia da Informação, devidamente reconhecida pelo MEC (Ministério da Educação);
- e.1.2) 2 (dois) consultores certificados Dell Proven Professional VxRail Deploy – v2;
- e.1.3) 2 (dois) consultores certificados VMware Certified Professional - VMware Cloud Foundation Architect 2024;
- e.1.4) 2 (dois) consultores certificados VMware Certified Professional - VMware Cloud Foundation Administrator 2024;
- e.1.5) 2 (dois) consultores certificados VMware Certified Specialist – vSAN 2024.

e.2) Em relação à composição do perfil profissional e as exigências, destaca-se:

- e.2.1) a exigência de 2 (dois) profissionais em cada especialidade crítica visa garantir que a ausência não planejada de um membro da equipe não comprometa a prestação de suporte, evitando assim impactos negativos para o CONTRATANTE;
- e.2.2) caso tenha alteração no nome da certificação antes ou durante a execução deste Contrato, será permitida apresentação da sua equivalência sem prejuízo à CONTRATADA;
- e.2.3) será aceito os casos em que os profissionais da CONTRATADA possuem certificações superiores ou em versões mais avançadas;
- e.2.4) os perfis profissionais devem ser obedecidos e atendidos no início da prestação dos serviços de suporte técnico e permanecer válidos durante toda a vigência deste Contrato;
- e.2.5) sempre que houver atualização dos profissionais, o CONTRATANTE deverá ser informado dos novos profissionais que compõem a equipe; e
- e.2.6) não será permitido que a CONTRATADA fique por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos sem os respectivos profissionais para prestação do serviço adequado.

f) todas as informações prestadas pela CONTRATADA e listadas em todas as alíneas do subitem 2.1.1 deste Contrato, deverão ser encaminhadas para os e-mails "dinfra@tjro.jus.br" e "dactic@tjro.jus.br".

2.1.2. O(a) Gestor(a) deste Contrato apresentará, ainda, à CONTRATADA a relação nominal da Equipe Técnica autorizada a abrir e fechar chamados.

2.1.3. Após a reunião de alinhamento deverá ser gerada uma Ata com o seu resultado e esta deverá ser assinada pelo(a) Gestor(a), Fiscais deste Contrato e pela CONTRATADA.

2.1.4. A CONTRATADA deverá enviar ao(à) Gestor(a) deste Contrato, após a reunião de alinhamento, cópia dos documentos CPF, RG e comprovante de residência do preposto e representante da empresa e que participaram da reunião, com o intuito de que seja realizado o cadastro no Sistema Eletrônico de Informação - SEI no Tribunal para fins de assinatura da Ata.

2.2. Da Disponibilização da Solução

2.2.1. Dos Serviços de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto (itens 1 a 5)

2.2.1.1. Para os equipamentos cuja garantia **já se encontre expirada**, o prazo para início da execução dos serviços será de **até 15 (quinze) dias úteis**, contado da data da última assinatura deste Contrato pelas partes.

2.2.1.2. Para os equipamentos que ainda possuam **garantia vigente** na data de assinatura deste Contrato, o início da execução dos serviços **dar-se-á no primeiro dia subsequente ao término da respectiva garantia**.

2.2.1.2.1. Considera-se disponibilizado os serviços:

- a) a partir da ativação do sistema de monitoramento, comprovadamente;
- b) a partir da disponibilização de todos os meios de acesso ao suporte;
- c) com a efetiva disponibilidade da equipe de suporte e operação assistida; e
- d) após apresentação da equipe de suporte e dos meios de acesso ao suporte.

2.2.1.3. Após disponibilização dos serviços, a CONTRATADA deverá encaminhar uma **Comunicação de Disponibilização** escrita ao(à) Gestor(a) deste Contrato, nos e-mails "dinfra@tjro.jus.br" e "dactic@tjro.jus.br", juntamente com seu(s) código(s) de ativação ou outros documentos pertinentes, caso necessário.

2.2.2. Da Disponibilização das Licenças (itens 6 a 9)

2.2.2.1. O prazo para a disponibilização das licenças, juntamente com seu(s) códigos de ativação ou outros documentos pertinentes, que se encontrem com a **garantia expirada** será de **até 15 (quinze) dias úteis**, contados da data da última assinatura deste Contrato pelas partes.

2.2.2.2. O prazo para a disponibilização das licenças, juntamente com seu(s) códigos de ativação ou outros documentos pertinentes, para as que possuam **garantia vigente** na data de assinatura deste Contrato, **dar-se-á no primeiro dia subsequente ao término da respectiva garantia**.

2.2.2.3. As licenças deverão ser disponibilizadas conforme quantidade e especificações pactuadas, observando este Contrato, o Edital e a Proposta da CONTRATADA.

2.2.2.4. A CONTRATADA deverá informar ao(à) Gestor(a) deste Contrato, nos e-mails "dinfra@tjro.jus.br" e "dactic@tjro.jus.br", sobre a disponibilização das licenças, por meio de uma **Comunicação de Disponibilização**.

2.3. Do Recebimento da Solução

2.3.1. O recebimento da Solução se dará:

- a) **provisoriamente**, pelo(a) Fiscal Técnico(a) deste Contrato, na data de recebimento da **Comunicação de Disponibilização** do objeto pela CONTRATADA, mediante **Termo de Recebimento Provisório**, para efeito de posterior verificação aos termos pactuados; e
- b) **definitivamente**, pelo(a) Gestor(a) deste Contrato, se atendidos os requisitos mencionados na alínea "a" deste subitem, mediante **Termo de Recebimento e Aceitação**, observado o disposto no art. 140 da Lei n. 14.133/2021.

2.3.2. O **recebimento definitivo** deverá ocorrer no prazo de **até 20 (vinte) dias corridos**, contado do primeiro dia útil após o recebimento provisório, observadas as condições acima referidas.

2.3.3. Na hipótese de qualquer divergência aos termos pactuados, não ocorrerá o recebimento definitivo, sendo a CONTRATADA notificada para, no prazo de **até 5 (cinco) dias corridos**, contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação, proceder à regularização, sem ônus para o CONTRATANTE, observada a disposição do art. 119 da Lei n. 14.133/2021.

2.3.4. Após a regularização pertinente, e contando-se da data de apresentação para apreciação do CONTRATANTE, este terá o prazo de **até 2 (dois) dias corridos** para verificação em face dos termos pactuados. Constatada a conformidade, será procedido o recebimento definitivo.

2.3.5. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pelo objeto adquirido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua utilização.

2.4. Do Suporte Técnico

2.4.1. Os serviços de assistência técnica englobam todos os elementos da Solução, incluindo a execução dos serviços de suporte técnico, assistência corretiva e preventiva, atualização tecnológica, substituição de peças, componentes, acessórios e aplicativos que apresentarem defeito durante o período de vigência da garantia e do suporte, esclarecimento de dúvidas relativas à utilização da Solução, resolução de problemas, auxílio em configurações e atualização de firmware e software, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.4.2. Os serviços de assistência técnica da Solução hiperconvergente (hardware, software, hypervisor, armazenamento virtualizado e gerenciamento do sistema) deverão ser executados de forma unificada, por meio de ponto único de contato (*Single Point of Contact – SPOC*), sob responsabilidade integral da CONTRATADA.

2.4.3. A assistência técnica *on-site* da Solução deverá ser executada durante os prazos estabelecidos nos subitem 3.1 deste Contrato.

2.4.4. Para a continuidade dos serviços previstos, a CONTRATADA deverá:

2.4.4.1. Prestar suporte técnico e garantia.

2.4.4.2. Deverá ser disponibilizada central de atendimento telefônico da CONTRATADA, disponível durante vinte e quatro horas por dia e sete dias na semana (24x7), com atendimento em português, possibilitando a abertura de chamados técnicos, sem limite de quantidade de chamados.

2.4.4.3. A garantia e o suporte técnico deverão ser prestados diretamente pela CONTRATADA, abrangendo incidentes relacionados a hardware e software. A CONTRATADA será o ponto único de contato para suporte, sendo responsável pela triagem inicial, identificação do problema, construção do plano de ação e execução da Solução, em regime de 24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7).

2.4.4.3.1. Caso o incidente seja decorrente de falha de software (bug) em produtos VMware, a CONTRATADA deverá abrir chamado junto ao fabricante em nome do CONTRATANTE, assumindo toda a interação com o suporte do fabricante, em português ou inglês, em regime 24x7. A CONTRATADA deverá acompanhar o caso desde a abertura até o encerramento, podendo atuar em conjunto com a equipe de TI do CONTRATANTE quando necessário.

2.4.4.4. Atividades de suporte preventivo serão agendadas previamente pelo CONTRATANTE ou pela CONTRATADA.

2.4.4.5. As atividades de suporte preventivo previstas, mas não limitadas, são:

- a) Elaboração e execução de planos de atualizações de Firmware e Drivers dos equipamentos (**somente para os itens 1, 2, 3, 4 e 5**);
- b) Elaboração e execução de planos de atualizações de software da solução VxRail, incluindo os produtos VMware que compõe a Solução;
- c) Troca de peças com alarme de falha (**somente para os itens 1, 2 e 3**);
- d) Preparação da solução VxRail antes de troca peças;
- e) Ajustes da solução VxRail após troca peças;
- f) Health Check mensais de hardware e software;
- g) Hardening de segurança no hardware e software;
- h) Customização nos softwares da Solução;
- i) Alteração e ajuste de arquitetura de hardware e de software; e
- j) A CONTRATADA deverá realizar a redefinição de fábrica (Dell RASR), a conversão para vSAN Ready Node ou a reconfiguração da solução, sempre que não houver alternativa para resolução de um incidente, sem qualquer custo adicional para o CONTRATANTE.

2.4.5. A tabela a seguir descreve o SLA para atendimento pela CONTRATADA:

Cobertura	24x7 – 24h por dia, 7 dias na semana
Prazos de Resposta	Resposta em até 30 (trinta) minutos após o contato para qualificação do incidente e decisão do plano de ação.
Prazos de atendimento a Software	Severidade 1 (ALTA): Em até 1 (uma) hora - Sistema parado ou ambiente inoperante com impacto direto nas operações críticas de negócio. Parte substancial dos dados essenciais corre risco de perda ou corrupção. Operações relacionadas ao negócio foram afetadas, falha que compromete a integridade geral do sistema ou dos dados.
	Severidade 2 (MÉDIA): Em até 2 (duas) horas médio impacto no ambiente de produção ou grande restrição de funcionalidade. Ocorreu um problema no qual um recurso importante foi gravemente danificado. As operações podem continuar de forma limitada, embora a produtividade, a curto prazo, possa ser afetada negativamente.
	Severidade 3 (BAIXA): No mesmo dia ou próximo dia útil - Demais problemas que não afetem diretamente o ambiente de produção.
Prazos de Solução para falhas de hardware	Severidade 1 (ALTA): NBD (Próximo dia útil) - Falhas que impedem o uso de funções essenciais do equipamento, com um impacto direto na performance de sua empresa.
	Severidade 2 (MÉDIA): NBD (Próximo dia útil) - Falhas que impactam o uso de funções essenciais do seu equipamento sem impedir o uso total dos recursos, com um leve impacto na performance de sua empresa.
	Severidade 3 (BAIXA): Agendado - Falhas que não são críticas ou médias, que podem causar interrupção em alguma funcionalidade do seu equipamento sem causar impacto na performance de sua empresa.

2.4.6. As licenças de uso do produto deverão possuir garantia de subscrição da fabricante, pelo período determinado no subitem 3.1 deste Contrato.

2.4.6.1. Durante o período de validade das subscrições de software (3 anos), o CONTRATANTE terá direito a atualização de versão do software para a totalidade de licenças em uso.

2.4.7. Deverá ser disponibilizado site na internet incluindo pelo menos a relação de licenças de uso disponíveis, base de conhecimento, fórum de discussão, documentação técnica dos produtos ofertados, comunidades técnicas, abertura e acompanhamento do histórico de chamados, sem limite de quantidade, download de produtos, atualizações e correções.

2.4.8. A disponibilização dos dados, que será definida a critério do CONTRATANTE, deverão ser executados via e-mail ou disponibilização do acesso à base de dados da ferramenta de chamado da CONTRATADA.

2.4.9. A periodicidade de medição e aferição de desempenho dos chamados técnicos deverá ser realizado de forma mensal, obedecendo a seguinte fórmula abaixo:

Fórmula: $ICAP = (QCAP / TCA) \times 100$
ICAP= Índice (%) de Chamados Atendidos no Prazo
QCAP= Quantidade de Chamados Atendidos no Prazo
TCA = Total de Chamados Atendidos

2.4.10. A CONTRATADA deverá utilizar os canais oficiais de comunicação do CONTRATANTE (Google Workspace/G Suite) para suporte e participação em grupos técnicos. Incumbe à CONTRATADA a abertura formal de chamados sempre que instada via chat ou grupos de mensagens. O CONTRATANTE não disponibilizará contas de e-mail ou licenças de softwares de colaboração, sendo de total responsabilidade da CONTRATADA o custeio e a manutenção dos meios necessários para o cumprimento desta obrigação, utilizando-se das ferramentas de chat oficiais do CONTRATANTE como um dos meios de suporte.

2.4.11. Para cada chamado técnico deverá ser informado um número de controle (protocolo) para registro, bem como a manutenção de histórico de ações e atividades realizadas, contendo no mínimo:

- a) data e hora de abertura do chamado;
- b) responsável pelo chamado na CONTRATADA;
- c) responsável pelo chamado no CONTRATANTE;
- d) severidade atribuída ao problema;
- e) descrição do problema;
- f) histórico de atendimento;
- g) data e hora do encerramento; e
- h) responsável pelo encerramento.

2.4.11.1. O número de identificação do chamado técnico deverá ser fornecido ao CONTRATANTE no ato de sua abertura.

2.4.11.2. Todos os chamados efetuados serão controlados por sistema de informação da CONTRATADA, ao qual o CONTRATANTE terá acesso para efeito de acompanhamento das providências adotadas e do tempo decorrido desde sua abertura.

2.4.11.3. O CONTRATANTE poderá optar por controlar os chamados da CONTRATADA dentro do ambiente de ITSM interno. Neste caso, o CONTRATANTE disponibilizará usuários e acesso à CONTRATADA para atuar dentro do ITSM próprio.

2.4.12. A CONTRATADA deverá enviar ao(à) Gestor(a) deste Contrato, relatório com o histórico dos chamados (**Relatório de Acompanhamento de Atendimento**) realizados no mês que ocorrer o problema técnico, **até o 5º (quinto) dia** do mês subsequente.

2.4.12.1. O modelo de Relatório de Acompanhamento de Atendimento deverá ser elaborado pela CONTRATADA e aprovado pelo CONTRATANTE. Esse relatório poderá ser enviado na forma eletrônica, para o(a) Gestor(a) deste Contrato, preferencialmente no formato PDF ou planilha eletrônica.

2.4.12.2. Deverão constar no relatório, pelo menos, as seguintes informações:

- a) Número do chamado;
- b) Serviço (catálogo);
- c) Defeito relatado;
- d) Solução;
- e) Status (Situação);
- f) Data e hora de abertura do chamado;
- g) Data e hora do encerramento do chamado (se encerrado);
- h) Data e hora prevista de solução (não encerrado);
- i) Houve reabertura do chamado (sim/não);
- j) Severidade;
- k) Solicitante;
- l) Atendente; e
- m) Tempo decorrido (em minutos).

2.5. Estratégia de Transição Contratual

2.5.1. A CONTRATADA deverá entregar ao CONTRATANTE toda e qualquer documentação gerada em função da prestação dos serviços, objeto deste Contrato, bem como cederá em caráter definitivo a propriedade intelectual e os direitos autorais concernentes aos produtos elaborados no âmbito da contratação, entendendo-se por produtos quaisquer estudos, modelo de dados, base de dados, relatórios, páginas na intranet e internet, documentação didática em papel ou em mídia eletrônica, dentre outros.

2.5.2. Ao final deste Contrato de prestação de serviços, a CONTRATADA deverá fornecer todas as informações necessárias à transição para a nova contratada, além de elaborar e atualizar toda a documentação que porventura não tenha sido devidamente gerada ou atualizada durante o período de vigência deste Contrato.

2.5.3. A CONTRATADA deverá fornecer para o CONTRATANTE, ou a terceiro por ele designado, toda a documentação (logs, relatórios...) relativa à prestação dos serviços que esteja em sua posse. O processo de transferência da documentação deve ser realizado pela CONTRATADA para ferramenta de gestão de serviços indicada pelo CONTRATANTE.

2.5.4. A transferência final de conhecimentos por parte da CONTRATADA deverá ocorrer a partir do **3º (terceiro) mês** antes do término da vigência contratual e deverá ser concluída no prazo máximo de **60 (sessenta) dias consecutivos**.

2.5.5. Todos os recursos materiais pertencentes ao CONTRATANTE e que estejam em posse da CONTRATADA deverão ser restituídos à Administração.

2.5.6. O CONTRATANTE deverá providenciar a revogação de todos os perfis de acesso aos sistemas e a eliminação de caixas postais, no prazo máximo de até **5 (cinco) dias corridos**, contados do primeiro dia útil após o encerramento deste Contrato.

DA VIGÊNCIA - CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. A vigência deste Contrato será de **3 (três) anos**, ressalvados os prazos relativos à garantia e ao suporte técnico dos servidores hiperconvergentes e dos switches, os quais observarão as condições e prazos específicos estabelecidos a seguir:

3.1.1. Para os itens 1, 4, 6 e 8, o prazo de vigência iniciar-se-á a **a partir da comunicação formal da disponibilização do serviço pela CONTRATADA**, com término estimado em **27.03.2029**.

3.1.2. Para os itens 2 e 5, o prazo de vigência iniciar-se-á em **23.04.2027**, com término estimado em **19.10.2029**.

3.1.3. Para o item 3, o prazo de vigência iniciar-se-á em **28.10.2027**, com término estimado em **19.10.2029**.

3.1.4. Para os itens 7 e 9, o prazo de vigência iniciar-se-á em **19.10.2026**, com término estimado em **19.10.2029**.

DO VALOR E DO REAJUSTE DE PREÇOS - CLÁUSULA QUARTA

4.1. O valor total estimado deste Contrato é de R\$ _____ (_____).

Item	Descrição	Quantidade/Unidade	Valor unitário do item (R\$)	Valor unitário mensal do item (R\$)	Valor Total do Item (R\$)
1	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F . Garantia com término em 26/03/2026 . Estimado para 33 meses.	8 Nodes			
2	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F . Garantia com término em 22/04/2027 . Estimado para 30 meses.	10 Nodes			
3	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F . Garantia com término em 27/10/2027 . Estimado para 24 meses.	2 Nodes			
4	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para Switch modelo Dell PowerSwitch S4048-ON. Garantia com término em 26/03/2026 . Estimado para 33 meses.	2 Switches			
5	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para Switch modelo Dell PowerSwitch S4148FON. Garantia com término em 22/04/2027 . Estimado para 30 meses.	2 Switches			
6	Aquisição de subscrição do software de gerenciamento VMware Cloud Foundation para servidor Dell EMC Vxrail P570F . Final da garantia dos equipamentos do Cluster VxRail 01 . Garantia com término em 26/03/2026 . Estimado para 33 meses.	576 Core			
7	Aquisição de subscrição do software de gerenciamento VMware Cloud Foundation(VCF) para substituir o suporte atual que encerra-se em 18/10/2026 . Estimado para 36 meses.	960 Core			
8	Aquisição de subscrição do addon VMware vSAN contemplando 1 TiB para VMware Cloud Foundation. Final da garantia dos equipamentos do Cluster VxRail 01 . Garantia com término em 26/03/2026 . Estimado para 33 meses.	263 TiB			
9	Aquisição de subscrição do addon VMware vSAN contemplando 1 TiB para VMware Cloud Foundation para substituir o suporte atual que encerra-se encerra-se em 18/10/2026 .	299 TiB			

Estimado para 36 meses.

Valor Total do Item/Grupo: R\$

4.2. A periodicidade para eventual reajuste de preços deste Contrato será anual, contando-se a partir da data do orçamento estimado (27.04.2026), ou do último reajuste, adotando-se como parâmetro o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, ocorrido nos últimos doze meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CLÁUSULA QUINTA

5.1. A despesa decorrente desta contratação será coberta por recursos específicos consignados no orçamento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, Unidade Orçamentária: 03.011 – Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários – FUJU, Funcional Programática: 02.126.1013.4203 - Manter Ativos de Infraestrutura de TIC; Elementos de Despesa: 33.90.40- Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica; Subitem: 02 - Locação de software de TIC e subitem 10 - Manutenção e Conservação de Equipamento de TI.

DO FATURAMENTO - CLÁUSULA SEXTA

6.1. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU, CNPJ n. 10.466.386/0001-85**. Endereço: Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

6.1.1. Nas operações de saída de mercadoria ou de prestação de serviço sujeita à incidência de ICMS, a CONTRATADA deverá consignar, no campo de informações gerais da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, o número da inscrição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ n. 04.801.221/0001-10), em atendimento à Lei Estadual n. 3.490, de 23 de dezembro de 2014.

DO PAGAMENTO - CLÁUSULA SÉTIMA

7.1. Das Formas de Pagamento

7.1.1. O pagamento será realizado observando-se as seguintes regras para cada item:

Item	Descrição	Regras de Pagamento
1	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F. Garantia com término em 26/03/2026. Contrato nº 113/2020 (1927348).	O pagamento será efetuado mensalmente , por meio de parcelas fixas , correspondentes aos serviços efetivamente prestados. Início: O faturamento passará a fruir a partir do primeiro dia útil subsequente à disponibilização do serviço. Encerramento: O pagamento da última parcela tem como previsão de encerramento em 27/03/2029.
2	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F. Garantia com término em 22/04/2027. Contrato 380 (2536842).	O pagamento será efetuado mensalmente , por meio de parcelas fixas , correspondentes aos serviços efetivamente prestados. Início: O faturamento passará a fruir a partir do primeiro dia útil subsequente à disponibilização do serviço. Encerramento: O pagamento da última parcela tem como previsão de encerramento em 19/10/2029.
3	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F. Garantia com término em 27/10/2027. Termo Aditivo 110 (2391479).	O pagamento será efetuado mensalmente , por meio de parcelas fixas , correspondentes aos serviços efetivamente prestados. Início: O faturamento passará a fruir a partir do primeiro dia útil subsequente à disponibilização do serviço. Encerramento: O pagamento da última parcela tem como previsão de encerramento em 19/10/2029.
4	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para Switch modelo Dell PowerSwitch S4048-ON. Garantia com término em 26/03/2026. Contrato nº 113/2020 (1927348).	O pagamento será efetuado mensalmente , por meio de parcelas fixas , correspondentes aos serviços efetivamente prestados. Início: O faturamento passará a fruir a partir do primeiro dia útil subsequente à disponibilização do serviço. Encerramento: O pagamento da última parcela tem como previsão de encerramento em 27/03/2029.
5	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para Switch modelo Dell PowerSwitch S4148FON. Garantia com término em 22/04/2027. Contrato 380 (2536842).	O pagamento será efetuado mensalmente , por meio de parcelas fixas , correspondentes aos serviços efetivamente prestados. Início: O faturamento passará a fruir a partir do primeiro dia útil subsequente à disponibilização do serviço. Encerramento: O pagamento da última parcela tem como previsão de encerramento em 19/10/2029.
6	Aquisição de subscrição do software de gerenciamento VMware Cloud Foundation para servidor Dell EMC Vxrail P570F. Final da garantia dos equipamentos do Cluster VxRail 01. Garantia com término em 26/03/2026. Contrato nº 113/2020 (1927348).	O pagamento será efetuado, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e Aceitação pelo CONTRATANTE, com pagamento anual e fixo . Término: O pagamento da última parcela tem como previsão de encerramento em 27/03/2029.
7	Aquisição de subscrição do software de gerenciamento VMware Cloud Foundation(VCF) para substituir o suporte atual que encerra-se em 18/10/2026	Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e Aceitação pelo CONTRATANTE, com pagamento anual e fixo .

		Término: O pagamento da última parcela tem como previsão de encerramento em 19/10/2029 .
8	Aquisição de subscrição do addon VMware vSAN contemplando 1 TiB para VMware Cloud Foundation. Final da garantia dos equipamentos do Cluster VxRail 01 Garantia com término em 26/03/2026 . Contrato nº 113/2020 (1927348).	Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e Aceitação pelo CONTRATANTE, com pagamento anual e fixo . Término: O pagamento da última parcela tem como previsão de encerramento em 27/03/2029 .
9	Aquisição de subscrição do addon VMware vSAN contemplando 1 TiB para VMware Cloud Foundation para substituir o suporte atual que encerra-se em 18/10/2026	Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e Aceitação pelo CONTRATANTE, com pagamento anual e fixo . Término: O pagamento da última parcela tem como previsão de encerramento em 19/10/2029 .

7.1.2. Da Identificação dos Valores para Pagamento Mensal

7.1.2.1. A CONTRATADA deverá encaminhar ao(à) Gestor(a) deste Contrato, **até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, o Relatório de Pagamento**, em arquivo texto, com informações analíticas e/ou sintéticas dos chamados abertos e fechados no período, incluindo:

- a) número do chamado;
- b) serviço (catálogo);
- c) defeito relatado;
- d) solução;
- e) status (situação);
- f) data e hora de abertura do chamado;
- g) data e hora do encerramento do chamado (se encerrado);
- h) data e hora prevista de solução (não encerrado);
- i) houve reabertura do chamado (sim/não);
- j) severidade;
- k) solicitante;
- l) atendente;
- m) tempo decorrido (em minutos); e
- n) informações para possíveis aplicações de glosas.

7.1.2.2. Caso concorde com os termos do **Relatório Pagamento**, o CONTRATANTE atestará a conformidade do documento em relação aos controles internos mantidos pela gestão contratual, autorizando a emissão da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente pela CONTRATADA.

7.1.2.3. Em caso de discordância em relação ao **Relatório Pagamento**, o CONTRATANTE apresentará o **Relatório de Contestação**, no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, contado do primeiro dia útil após o recebimento do **Relatório de Pagamento**, indicando cada item de sua discordância e o valor final que entender adequado.

7.1.2.4. A CONTRATADA deverá apresentar, **no prazo de até 3 (três) dias úteis**, o aceite ou a **impugnação** do respectivo **Relatório de Contestação**.

7.1.2.5. No caso de aceitação do seu conteúdo, a CONTRATADA poderá emitir a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente.

7.1.2.6. A análise da **impugnação**, caso haja, será realizada em autos apartados, prosseguindo-se o pagamento nos termos do **Relatório de Contestação**.

7.1.2.6.1. Caso tenha ocorrido discussão sobre os valores finais dos serviços executados e a CONTRATADA tenha direito à complementação, deverá ser apresentada uma nota fiscal ou documento de cobrança equivalente complementar, cuja liquidação e pagamento serão efetuados nos mesmos prazos previstos neste Contrato.

7.2. Da Liquidação e Pagamento

7.2.1. O pagamento será efetuado em **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, conforme Item **6.1** deste Contrato, desde que o objeto tenha sido executado.

7.2.1.1. O pagamento referente aos itens 1, 2, 3, 4 e 5 será efetuado **mensalmente**.

7.2.1.2. A realização do pagamento está condicionada à data de emissão do recebimento definitivo, conforme alínea "b", do subitem **2.3.1** deste Contrato, não sendo admitidos pagamentos anteriores ou retroativos a esse momento, limitando-se à execução do serviço e o pagamento ao prazo de vigência deste Contrato.

7.2.1.3. Nos casos de apresentação de nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em desacordo ao contratado ou com irregularidades, ausência da documentação necessária ao pagamento, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para o pagamento será interrompido, retirando-se a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente do sistema de Ordem Cronológica de Pagamentos, até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não implicando qualquer ônus para o CONTRATANTE. Após a regularização das falhas e omissões, o crédito excluído será reinserido na Ordem Cronológica de Pagamentos, reiniciando-se a contagem do prazo, não podendo este fato ensejar direito de reajuste de preços ou de atualização monetária.

7.2.1.4. O CONTRATANTE poderá descontar da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente **do período (mês)** valores decorrentes de indenização, multas, glosas ou quaisquer prejuízos causados na execução deste Contrato.

7.2.2. O pagamento será efetuado mediante **crédito** na conta corrente indicada pela CONTRATADA, em sua proposta.

7.2.3. Haverá retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente destacar os valores correspondentes com ISSQN e/ou IRRF.

7.2.4. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.2.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data prevista para o pagamento até a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, serão calculados por meio da aplicação da fórmula: **EM = I x N x VP**, e quitados mediante apresentação de nota fiscal própria ou documento de cobrança equivalente, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$	$I = (6/100)/365$	$I = 0,00016438$
-------------	-------------------	------------------

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6% (seis por cento).

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - CLÁUSULA OITAVA

- 8.1.** Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento na forma prevista neste contrato.
- 8.2.** Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir com o objeto deste contrato.
- 8.3.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - CLÁUSULA NONA

9.1. Obrigações gerais

9.1.1. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, conforme art. 120 da Lei n. 14.133/2021.

9.1.2. Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, de acordo com o art. 92, inciso XVI, da Lei n. 14.133/2021.

9.1.3. Executar diretamente o objeto do Contrato, **vedada a subcontratação**, salvo nas hipóteses e condições **expressamente previstas no subitem 6.5** do Termo de Referência.

9.1.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais nela empregados, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido por parte do CONTRATANTE, conforme art. 119 da Lei n. 14.133/2021.

9.1.5. Responsabilizar-se integralmente pela execução do objeto deste Contrato, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade na execução dos trabalhos, dentro dos prazos estipulados e cujo descumprimento será considerado infração passível de aplicação das penalidades previstas.

9.1.6. Responsabilizar-se pelas obrigações, vícios e danos decorrentes do objeto deste Contrato, de acordo com a Lei n. 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, no que lhe couber.

9.1.7. Comunicar formal e imediatamente ao(à) Gestor(a) deste Contrato sobre possíveis alterações nos dados para contato com a Central de Atendimento.

9.1.8. Responsabilizar-se integralmente pela execução do suporte técnico, primando pela qualidade, desempenho e eficiência do serviço contratado.

9.1.9. Responder por escrito, no prazo de **até 2 (dois) dias corridos**, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes à execução deste Contrato e que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.

9.1.10. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade que possa colocar em risco o êxito e o cumprimento dos prazos de execução deste Contrato, propondo as ações corretivas necessárias.

9.1.11. Submeter, sob autorização expressa do CONTRATANTE, qualquer alteração que se tornar essencial à continuidade na execução deste Contrato.

9.1.12. Indicar endereço de e-mail para envio de comunicações relativas à execução deste Contrato.

9.1.13. Monitorar o e-mail indicado para verificação de possíveis comunicações do CONTRATANTE.

9.1.13.1. Em caso de alteração de e-mail, a CONTRATADA deverá informar ao(à) Gestor(a) deste Contrato.

9.1.14. Apresentar endereço de e-mail da emitente da garantia contratual, caso haja, para envio de notificações no caso de eventual início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, em cumprimento ao art. 137, § 4º, da Lei n. 14.133/2021.

9.1.15. Abster-se, durante a vigência deste Contrato, de contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão deste Contrato.

9.1.16. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, quando for o caso, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

9.1.17. Coibir atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a sexo, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual.

9.2. Obrigações de segurança

9.2.1. Observar, rigorosamente, todas as normas e todos os procedimentos de segurança implantados no ambiente de Tecnologia da Informação do CONTRATANTE, em especial, a Resolução n. 350/2025, que Institui a Política de Segurança da Informação Cibernética - PSIC do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

9.2.2. Garantir a segurança das informações confidenciais e proprietárias do CONTRATANTE, caso houver, bem como não divulgar e nem fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido do CONTRATANTE.

9.2.3. Manter, em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou extinção deste Contrato, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, as informações obtidas em razão de sua execução ou da relação contratual mantida com o CONTRATANTE, em especial as referentes:

- a) à política de segurança adotada pelo CONTRATANTE e às configurações de hardware e de software decorrentes;
- b) ao processo de instalação, configuração de produtos, ferramentas e equipamentos; e
- c) a quaisquer dados e informações armazenadas em sistemas do CONTRATANTE, incluindo os relativos aos sistemas integrados ou migrados.

9.2.4. Garantir que a estrutura computacional do CONTRATANTE não seja utilizada para fins diversos daqueles do objeto relacionado à prestação do serviço.

9.2.5. Monitorar a segurança da informação, no que tange à prevenção de acessos não autorizados, tentativas de comprometimento da integridade e disponibilidade das informações, objeto deste Contrato.

9.2.6. Assinar o Termo de Confidencialidade disposto no **ANEXO II** do Termo de Referência.

9.2.7. Observar, em qualquer caso, as melhores práticas em segurança da informação bem como a legislação pertinente, inclusive à aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD no manuseio de informações e dados pessoais.

9.2.8. Assegurar em suas instalações e de terceiros vinculados ao objeto contratado a aderência aos requisitos legais de transparência, acesso e proteção aos dados, especialmente aqueles dispostos na LGPD.

9.2.9. Garantir políticas claras e acessíveis sobre o uso e proteção de dados, deverá estar em conformidade com a LGPD, permitir a portabilidade das informações e adotar medidas robustas de segurança física e digital, com total transparência sobre suas práticas.

9.2.10. Providenciar cópia das normas de segurança da informação e das demais normas disponibilizadas pelo CONTRATANTE para todos seus colaboradores, alocados na execução dos serviços, bem como zelar pela observância de tais normas.

9.2.11. Acompanhar as suas atualizações das políticas de segurança no portal do CONTRATANTE.

9.2.12. Garantir a segurança das informações confidenciais e proprietárias do CONTRATANTE, caso houver, bem como não divulgar e nem fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido do CONTRATANTE.

9.2.13. Guardar sigilo sobre dados e informações, obtidos em razão da execução dos serviços contratados ou da relação contratual mantida com o CONTRATANTE.

9.2.14. Manter sigilo quanto ao acesso de informações contidas em equipamentos entregues à manutenção e obtidas nas unidades do CONTRATANTE.

9.2.15. Não realizar a instalação de softwares ou aplicativos no momento do reparo, configuração ou recuperação dos equipamentos entregues à manutenção que não sejam necessários para o funcionamento dos equipamentos.

9.2.16. Observar, a Instrução n. 116/2023, que dispõe sobre o controle de acesso às unidades do Poder Judiciário do Estado de Rondônia por magistrados(as), advogados(as), servidores(as), residentes judiciais, estagiários(as), residentes na sede do Juízo, prestadores(as) de serviço, visitantes e autoridades.

9.2.17. Manter, nas dependências do CONTRATANTE, seus empregados uniformizados e identificados por meio de crachá funcional da empresa com foto recente e visível, repondo-os em casos de eventuais extravios, desgastes ou danos, mantendo-o fixado em seu vestuário e em local de tenha fácil visualização.

9.3. Obrigações de sustentabilidade

9.3.1. Atender, no que couber, as recomendações contidas nos seguintes normativos do CONTRATANTE e CNJ: Resolução n. 143/2020 - Institui a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia; Resolução n. 287-2023 - Dispõe sobre o O Plano de Logística Sustentável (PLS) do Poder Judiciário do Estado de Rondônia (PJRO) e as competências da comissão gestora do PLS (CGPLS) e do Núcleo de acessibilidade, inclusão e gestão socioambiental (Nages); Resolução n. 550/2024-CNJ - Dispõe sobre a Política de Sustentabilidade no Âmbito do Poder Judiciário.

9.3.2. Fornecer, em formato digital, todos documentos ou artefatos gerados em razão deste Contrato, salvo manifestação explícita do CONTRATANTE.

9.3.3. Apresentar a documentação dos produtos que integram a presente Solução, preferencialmente, na língua portuguesa do Brasil.

9.3.4. Dar preferência ao uso de bens constituídos por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2.

9.3.5. Garantir que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima das recomendadas pelas normas técnicas.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA

10.1. Conforme art. 117 da Lei n. 14.133/2021 e Instrução n. 146/2024-PR do Tribunal, este será acompanhado e fiscalizado pelos(as) seguintes servidores(as):

- a) **Gestor(a):** Luiz Doniec dos Santos de Sousa, e-mail: luizdoniec@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6548;
- b) **Gestor(a) Substituto(a):** Júlio César Moraes Korehisa, julio.korehisa@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6548;
- c) **Fiscal Técnico: Fabio Leite Dias**, e-mail: fabio.leite@tjro.jus.br, telefone (69) 3309-6548;
- d) **Fiscal Técnico(a) Substituto(a): Charles Dias de Melo**, e-mail: charles.melo@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6548;
- e) **Fiscal Demandante: Bruno Spadeto**, e-mail: @tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6548;
- f) **Fiscal Demandante Substituto(a): Reginaldo de Souza Gadelha**, e-mail: @tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6541;

g) Fiscal Administrativo: Adriele Marques Machado, email: *adriele@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309-6524; e

h) Fiscal Administrativo Substituto(a): Danilo Fernando Leite, e-mail: *danilo.leite@tjro.jus.br*, telefone: 69) 3309-6525.

10.2. A fiscalização de que trata o subitem anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

10.3. Os(As) Gestores(as) e os(a) Fiscais deste Contrato poderão ser localizados na sede do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com endereço na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

10.4. Compete ao(à) **Gestor(a) deste Contrato**, além de outras atribuições, nos termos da lei:

- a)** Acompanhar os prazos de execução e de vigência deste Contrato, comunicando à CONTRATADA e à unidade competente da Administração eventuais atrasos e encaminhando, em tempo hábil, expediente para a prorrogação deste Contrato;
- b)** Receber e conferir as notas fiscais ou documentos de cobrança equivalentes emitidas pela CONTRATADA, e encaminhar, devidamente certificadas/atestadas ao setor competente, observando, previamente, se a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente apresentada pela CONTRATADA refere-se ao objeto que foi efetivamente contratado;
- c)** Emitir documento autenticando as notas fiscais ou documentos de cobrança equivalentes, bem como certificar o recebimento do objeto adquirido/contratado;
- d)** Encaminhar o processo à Unidade competente para proceder à liquidação da despesa, alertando para a data limite para pagamento das notas fiscais ou documentos de cobrança equivalentes;
- e)** Elaborar a prorrogação deste Contrato, se possível, junto à autoridade competente (ou às instâncias competentes), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas necessárias;
- f)** Elaborar a comunicação à área competente para abertura de nova licitação, antes de findo a prestação de serviços e com antecedência razoável;
- g)** Cuidar das alterações de interesse da CONTRATADA, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação, sendo que, no caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder àqueles previstos no art. 111 da Lei n. 14.133/2021 e alterações, se possível;
- h)** Esclarecer dúvidas e transmitir instruções à CONTRATADA, comunicando alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do projeto, inclusive solicitando ao setor competente da Administração, quando necessário a emissão de parecer técnico;
- i)** Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à CONTRATADA, com base nos termos contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da CONTRATADA, acionando as instâncias superiores e/ou os órgãos públicos competentes quando o fato exigir;
- j)** Verificar se a entrega do objeto ou a prestação do serviço está sendo executada em conformidade com o pactuado, no tocante a prazo, especificações, preço e quantidade; e
- k)** Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado.

10.5. Compete ao(à) **Fiscal Técnico(a)**, além de outras atribuições, nos termos da lei:

- a)** Acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato nos aspectos técnicos da solução, conforme o respectivo regramento técnico aplicável;
- b)** Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;
- c)** Ler atentamente este Contrato e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
- d)** Esclarecer dúvidas do preposto/representante da CONTRATADA que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;
- e)** Receber provisoriamente o objeto deste Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
- f)** Tomar conhecimento da Lei n. 14.133/2021, que estabelece Normas Gerais sobre Licitações e Contratos Administrativos e Resolução n. 468/2022-CNJ (Contratações de Soluções TIC), que regerá sua função;
- g)** Informar ao(à) Gestor(a) deste Contrato, em tempo hábil, irregularidades passíveis de punição, nos termos do art. 156 da Lei n. 14.133/2021;
- h)** Avaliar a qualidade dos serviços realizados ou do objeto entregue e justificativas, de acordo com os critérios de aceitação definidos em Contrato; e
- i)** Orientar a CONTRATADA, por intermédio do preposto, sobre a correta execução deste Contrato e, pelo mesmo meio, levar ao seu conhecimento as situações temerárias, recomendando medidas e estabelecendo prazo de resolução.

10.6. Compete ao(à) **Fiscal Administrativo(a)**, além de outras atribuições, nos termos da lei:

- a)** Acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos de TIC nos aspectos administrativos, conforme as rotinas e procedimentos estabelecidos pelo CONTRATANTE, e as cláusulas deste Contrato ou instrumento equivalente;
- b)** Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;
- c)** Tomar conhecimento da Lei n. 14.133/2021, que estabelece Normas Gerais sobre Licitações e Contratos Administrativos e Resolução n. 468/2022-CNJ (Contratações de Soluções TIC), que regerá sua função;
- d)** Manter cópia eletrônica, sempre que julgar necessário, do termo contratual e de todos os aditivos, se existentes, do Edital da licitação, da especificação técnica, do Projeto Básico ou Termo de Referência, conforme o caso, juntamente com outros documentos que possam dirimir dúvidas originárias do cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- e)** Elaborar, por segurança, registro próprio e individualizado de cada Contrato em que conste o controle dos pagamentos e saldo;
- f)** Realizar o acompanhamento e controle dos prazos previstos neste Contrato, sob sua responsabilidade, para a correta execução de seu objeto, não obstante as atribuições da Divisão de Contratos e Convênios - DCC;

- g) Notificar a CONTRATADA em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo);
- h) Verificar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA para fins de pagamento; e
- i) Orientar a CONTRATADA, por intermédio do preposto, sobre a correta execução deste Contrato e, pelo mesmo meio, levar ao seu conhecimento as situações temerárias, recomendando medidas e estabelecendo prazo de resolução.

10.7. Compete ao(à) **Fiscal Demandante**, além de outras atribuições, nos termos da lei:

- a) A coordenação dos trabalhos necessários para a efetiva concretização de demanda de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato nos aspectos operacionais, incluindo a fiscalização "*in loco*";
- c) Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;
- d) Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas para dirimir eventuais dúvidas e esclarecimentos;
- e) Tomar conhecimento da Lei n. 14.133/2021, que estabelece Normas Gerais sobre Licitações e Contratos Administrativos e Resolução n. 468/2022-CNJ (Contratações de Soluções TIC), que regerá sua função; e
- f) Orientar a CONTRATADA, por intermédio do preposto, sobre a correta execução deste Contrato e, pelo mesmo meio, levar ao seu conhecimento as situações temerárias, recomendando medidas e estabelecendo prazo de resolução.

DA GARANTIA CONTRATUAL - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1. A CONTRATADA deverá, no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contado do primeiro dia útil após a data da última assinatura deste Contrato pelas partes, prorrogável por igual período, a critério do CONTRATANTE, prestar garantia de **5% (cinco por cento)** sobre o seu respectivo valor anual estimado, em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU, CNPJ n. 10.466.386/0001-85**, podendo optar por uma das seguintes modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei n. 14.133/2021:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; ou
- d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

11.1.1. Se a opção de garantia recair em caução em dinheiro, seu valor será depositado junto a uma instituição financeira, na conta indicada pela Divisão de Contratos e Convênios (DCC/TJRO).

11.1.2. Se a opção de garantia se fizer na modalidade seguro-garantia ou título de capitalização, a apólice ou o título respectivo deverá ser expedido exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Deverá ser apresentado o número com que a apólice ou endosso, ou o título tenha sido registrado na SUSEP.

11.1.3. Quando a garantia for apresentada na modalidade fiança bancária, o instrumento respectivo deverá ser expedido exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil e deverá ser cumprida e exequível na cidade de Porto Velho/RO.

11.1.4. Caso a garantia seja apresentada na forma de título de capitalização, deverá ser na modalidade Instrumento de Garantia, nos termos da Circular Susep n. 656/2022.

11.1.5. A garantia, nas modalidades seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, deverá ser apresentada ao CONTRATANTE com validade não inferior a **90 (noventa) dias corridos** além da vigência contratual.

11.1.6. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

11.1.7. A garantia, na modalidade caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, será devolvida à CONTRATADA no prazo de **até 90 (noventa) dias corridos**, contado do término da vigência da garantia da Solução adquirida.

11.2. Na hipótese de suspensão deste Contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro, até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.3. Se, por qualquer razão, for necessária a alteração deste Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada, caso necessário, a providenciar a complementação ou substituição da garantia, conforme a modalidade que tenha escolhido, devendo fazê-lo no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da notificação expedida pelo CONTRATANTE.

11.4. Se a garantia apresentada, conforme o caso, deixar de ser hábil para o fim a que se destina, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, para que a substitua no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da notificação.

11.5. Se a CONTRATADA desatender qualquer dos prazos acima referidos incorrerá na multa de **5% (cinco por cento)** sobre os seguintes valores:

- a) valor anual deste Contrato, no caso de descumprimento do subitem **11.1** deste Contrato; e
- b) valor a ser complementado ou substituído, no caso de descumprimento do subitem **11.3** ou **11.4** deste Contrato.

11.5.1. Além da multa prevista no subitem **11.5** deste Contrato, a CONTRATADA poderá ser responsabilizada por eventuais perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE, salvo na ocorrência de motivo aceitável justificado tempestivamente até o último dia do prazo. Nesse caso, o CONTRATANTE indicará novo prazo à CONTRATADA, que deverá cumpri-lo, caso contrário sofrerá a penalidade acima referida.

11.6. A garantia responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pelos danos ou prejuízos causados ao CONTRATANTE e pelas eventuais multas ou penalidades aplicadas, podendo ainda reter créditos decorrentes deste Contrato, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

11.7. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.7.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de eventual descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n. 14.133/2021).

11.7.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao Contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n. 662/2022.

11.8. Uma vez aplicada multa à CONTRATADA, e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, o CONTRATANTE poderá convocá-la para que complemente aquele valor inicialmente oferecido.

11.9. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas deste Contrato.

11.10. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução deste Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE, com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

11.12. Desde já, a CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.13. No caso de extinção deste Contrato determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a IX da Lei n. 14.133/2021 (havendo culpa da CONTRATADA), a garantia será executada para ressarcimento do CONTRATANTE, referente aos valores das multas e indenizações a ela porventura devidos, conforme art. 139, inciso III da referida Lei.

11.14. Quando a extinção ocorrer pelos motivos relacionados no art. 137, § 2º, incisos I a V da Lei n. 14.133/2021 (sem que haja culpa da CONTRATADA), a CONTRATADA será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda o direito à devolução da garantia, aos pagamentos devidos pela execução deste Contrato até a data da extinção e ao pagamento do custo da desmobilização (conforme art. 138, § 2º da referida Lei).

11.15. Quando a garantia contratual for na modalidade caução em dinheiro, a restituição dar-se-á mediante crédito na mesma conta corrente utilizada para liquidação da despesa decorrente da execução deste Contrato. Quando nas modalidades seguro-garantia, fiança bancária e título de capitalização a restituição far-se-á de ofício, após a execução deste Contrato.

DAS PENALIDADES - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12.1. Sem prejuízo das penalidades editalícias, contratuais e das demais cominações legais, poderá ser aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de Rondônia, pelo prazo de **até 3 (três) anos**, observadas as disposições do art. 156 da Lei n. 14.133/2021, se a CONTRATADA:

- a) dar causa à inexecução parcial deste Contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total deste Contrato; e
- c) ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato sem motivo justificado.

12.2. O atraso injustificado **para a realização da reunião de alinhamento**, conforme disposição contida no subitem **2.1.1** deste Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o seu valor total estimado, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **12.13** deste Contrato.

12.3. O atraso injustificado **para o início da execução dos serviços**, conforme disposição contida no subitem **2.2.1.1** e **2.2.1.2** deste Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o seu valor total estimado, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **12.13** deste Contrato.

12.4. O atraso injustificado **para a disponibilização das licenças**, conforme disposição contida no subitem **2.2.2.1** e **2.2.2.2** deste Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o seu valor total estimado, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **12.13** deste Contrato.

12.5. O atraso injustificado **para a regularização pertinente**, conforme disposição contida no subitem **2.3.3** deste Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o seu valor total estimado, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **12.13** deste Contrato.

12.6. O atraso injustificado **para o envio do relatório com o histórico dos chamados (Relatório de Acompanhamento de Atendimento)**, conforme disposição contida no subitem **2.4.12** deste Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa diária de 0,8% (oito décimos por cento) sobre o seu valor mensal estimado, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **12.13** deste Contrato.

12.7. O atraso injustificado **a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica**, conforme disposição contida no subitem **9.1.9** deste Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o seu valor total estimado, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **12.13** deste Contrato.

12.8. A falta de comunicação da **alteração do endereço de e-mail**, conforme disposição contida no subitem **9.1.13.1** deste Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa de 1% (um por cento) sobre o seu valor total estimado.

12.9. A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes multas, relativas ao descumprimento dos **prazos** estabelecidos no subitem **2.4.5** deste Contrato:

- a) para **Severidade 1 (Alta)**: aplicação de multa equivalente a 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total estimado deste Contrato. Caso seja ultrapassado o prazo de **1 (uma) hora corrida** após o término do prazo inicial estabelecido, sem a execução da atividade necessária, poderá cumprir-se o disposto no subitem **12.13** deste Contrato;

b) para **Severidade 2 (Média)**: aplicação de multa equivalente a 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor total estimado deste Contrato. Caso seja ultrapassado o prazo de **2 (duas) horas corridas**, após o término do prazo inicial estabelecido, sem a execução da atividade necessária, poderá cumprir-se o disposto no subitem **12.13** deste Contrato; e

c) para **Severidade 3 (Baixa)**: aplicação de multa equivalente a 0,08% (oito centésimos por cento) sobre o valor total estimado deste Contrato, no caso de descumprimento dos prazos estabelecidos. Caso seja ultrapassado o prazo de **2 (dois) dias úteis**, após o término do prazo inicial estabelecido, sem a execução da atividade necessária, poderá cumprir-se o disposto no subitem **12.13** deste Contrato.

12.10. A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução do objeto deste Contrato, deverá, até o vencimento do respectivo prazo, apresentar justificativa por escrito e de forma digital ao(à) Gestor(a) deste Contrato (luizdoniec@tjro.jus.br e dactic@tjro.jus.br), **juntando documentos comprobatórios dos fatos alegados**, ficando a critério do CONTRATANTE a sua aceitação.

12.11. Vencido o prazo estipulado, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA, comunicando-lhe a data/hora limite para a execução. A partir da data/hora limite considerar-se-á recusa, podendo ser aplicada a sanção de que trata o subitem **12.14** deste Contrato.

12.12. A execução do objeto deste Contrato até a data/hora limite de que trata o subitem anterior não isenta a CONTRATADA das respectivas multas previstas nos subitens **12.2, 12.3, 12.4, 12.5, 12.6 e/ou 12.7** deste Contrato.

12.13. Pelo descumprimento parcial do compromisso pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá extinguir este Contrato e/ou aplicar multa de **5% (cinco por cento)** sobre o seu respectivo valor total estimado.

12.14. Pelo descumprimento total do compromisso pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá extinguir este Contrato e/ou aplicar multa de **15% (quinze por cento)** sobre o seu respectivo valor total estimado.

12.15. As multas mencionadas nos subitens anteriores serão cumulativas.

12.16. As multas devidas, bem como os prejuízos causados ao CONTRATANTE não possuem caráter indenizatório e serão deduzidas dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da Lei e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

12.17. A CONTRATADA inadimplente, quando não tiver valores a receber do CONTRATANTE, terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento de notificação, para recolhimento da multa ou para o ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

12.18. A aplicação de multa e/ou a extinção deste Contrato não impede que o Tribunal aplique à empresa as demais sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021 (advertência, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) e serão precedidas de processo administrativo mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

12.19. Cautelamente, o CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

DA FORÇA MAIOR E DO CASO FORTUITO - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13.1. Ocorrendo fato novo decorrente de força maior ou de caso fortuito, nos termos da legislação vigente, que obste o cumprimento dos prazos e demais obrigações estatuídas neste Contrato, ficará a CONTRATADA isenta das multas e penalidades pertinentes.

DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14.1. Observadas as demais disposições constantes no Título III, Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, a **extinção** deste Contrato:

a) poderá ser declarada unilateralmente pelo CONTRATANTE, se a CONTRATADA inexecutar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou se houver a incidência de algum dos casos previstos no art. 137, incisos I a IX, da Lei n. 14.133/2021, conforme disposto no art. 138 da referida Lei;

b) será declarada unilateralmente pelo CONTRATANTE se durante a vigência deste Contrato sobrevier em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, bem como atue na fiscalização ou na gestão deste Contrato, conforme Resolução n. 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça e art. 14, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021; e

c) poderá ocorrer consensualmente ou por via judicial, conforme disposto no art. 138, incisos II e III, da referida Lei.

14.2. Se a extinção for unilateral ou consensual, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. E, em qualquer caso de extinção, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

DA ALTERAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15.1. Este Contrato poderá ser **alterado**, com as devidas justificativas, conforme art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

15.1.1. A revisão contratual (revisão de preços ou recomposição) é cabível diante de fatos supervenientes à formulação da proposta e externos à relação contratual, imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, podendo se dar tanto a favor da CONTRATADA quanto do CONTRATANTE.

15.1.2. Caso a CONTRATADA requeira a revisão de preços contratados, o pedido deverá ser obrigatoriamente formalizado e instruído, no mínimo, com os seguintes documentos:

a) **ofício** circunstanciado, subscrito pelo representante legal da CONTRATADA ou outra pessoa devidamente constituída por meio de procuração, contendo exposição detalhada e fundamentada dos fatos supervenientes que motivam o pleito de revisão contratual, com a respectiva indicação dos impactos ocorridos no equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato;

b) **planilha** de custos demonstrando a equação econômico-financeira original apresentada na proposta de preços que fundamentou a contratação;

c) **planilha** de custos atualizada, contendo a nova composição de custos que reflete a situação presente deste Contrato, evidenciando os efeitos dos fatos supervenientes alegados; e

d) documentos comprobatórios idôneos que evidenciem a ocorrência e a veracidade dos fatos supervenientes apresentados, capazes de demonstrar de modo claro e objetivo a necessidade de revisão contratual.

15.1.3. O CONTRATANTE deverá analisar o pedido de revisão contratual, verificando:

- a) se os fundamentos da imprevisibilidade suscitados pela CONTRATADA efetivamente configuram fato superveniente e álea extraordinária, que guarda nexos causal com a variação de preços, apta a inviabilizar a execução contratual nos termos originalmente pactuados;
- b) se foram apresentados documentos que comprovam que a CONTRATADA efetivamente arcou com os ônus da oscilação de preços durante o período respectivo;
- c) quando o pedido se embasa na oscilação de preços de apenas alguns itens, se eventuais oscilações de preços de outros insumos reduziram os encargos da CONTRATADA, de modo a manter equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato como um todo;
- d) se o pedido se fundamenta em algum fator de risco alocado neste Contrato e sob a responsabilidade da CONTRATADA;
- e) se houve culpa da CONTRATADA pela majoração dos seus encargos e/ou se ela deu causa a atrasos injustificáveis; e
- f) qual o saldo remanescente posterior ao fato gerador.

15.1.4. No curso da análise do pedido de revisão contratual apresentado pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá requerer informações ou documentos adicionais.

15.1.5. Cabe ao CONTRATANTE confrontar os preços apresentados pela CONTRATADA com os valores praticados no mercado, mediante realização de pesquisa própria.

15.1.6. A CONTRATADA deverá formular seu pedido de revisão previamente à prorrogação ou à extinção deste Contrato, sob pena de preclusão, na forma do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021.

15.1.7. A revisão deve se dar, em regra, com efeitos retroativos, a contar da data do evento que ocasionou a alteração da equação econômico-financeira da proposta, devendo a CONTRATADA formular o pedido tão logo tenha conhecimento da repercussão dos fatos supervenientes.

15.1.8. A mera variação de preços ou flutuação cambial não é, por si só, suficiente para justificar a revisão contratual.

15.1.9. Eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato deverá ser analisado e respondido pelo CONTRATANTE, no prazo de **até 60 (sessenta) dias corridos**, contado a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

DA SUSTENTABILIDADE - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16.1. Considerando a atuação institucional do CONTRATANTE na promoção de políticas de responsabilidade social e ambiental, além da inclusão de critérios de sustentabilidade nas especificações do objeto, foram previstas, no subitem **9.3** deste Contrato, as obrigações pertinentes à CONTRATADA.

DA PROTEÇÃO DE DADOS - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17.1. Em conformidade com a Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD e a Resolução n. 363/2021, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, as partes obrigam-se a observar integralmente as normas referentes ao tratamento de dados pessoais relacionadas ao objeto deste Contrato. Comprometem-se, ainda, a resguardar os direitos e garantias fundamentais, especialmente quanto à liberdade, privacidade e confidencialidade das informações, em estrita observância à legislação aplicável.

DA PUBLICAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário da Justiça Eletrônico - DJE e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP em **até 20 (vinte) dias úteis** contados da data de sua última assinatura pelas partes como condição de sua eficácia, nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

DOS CASOS OMISSOS - CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19.1. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes em comum acordo, por meio de termo aditivo, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078/1990 e nas normas e princípios gerais dos contratos.

DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA E DO FORO - VIGÉSIMA

20.1. Serão adotados métodos de resolução consensual das controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste Contrato, conforme Recomendação n. 140/2023 do CNJ.

20.2. As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste Contrato, quando não solucionadas consensualmente, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, através do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE, para que produza os devidos efeitos legais.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Karina Miguel Sobral

Juíza Secretária Geral

Representante Legal

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, DAS DESCRIÇÕES E QUANTITATIVOS

Grupo	Item	Descrição	Quantidade/Unidade de	Valor unitário do item (R\$)	Valor unitário mensal do item (R\$)	Valor Total do Item (R\$)
1	1	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F . Garantia com término em 26/03/2026 . Estimado para 33 meses.	8 Nodes			
	2	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F . Garantia com término em 22/04/2027 . Estimado para 30 meses.	10 Nodes			
	3	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F . Garantia com término em 27/10/2027 . Estimado para 24 meses.	2 Nodes			
	4	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para Switch modelo Dell PowerSwitch S4048-ON. Garantia com término em 26/03/2026 . Estimado para 33 meses.	2 Switches			
	5	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para Switch modelo Dell PowerSwitch S4148FON. Garantia com término em 22/04/2027 . Estimado para 30 meses.	2 Switches			
	6	Aquisição de subscrição do software de gerenciamento VMware Cloud Foundation para servidor Dell EMC Vxrail P570F . Final da garantia dos equipamentos do Cluster VxRail 01 . Garantia com término em 26/03/2026 . Estimado para 33 meses.	576 Core			
	7	Aquisição de subscrição do software de gerenciamento VMware Cloud Foundation(VCF) para substituir o suporte atual que encerra-se em 18/10/2026 . Estimado para 36 meses.	960 Core			
	8	Aquisição de subscrição do addon VMware vSAN contemplando 1 TiB para VMware Cloud Foundation. Final da garantia dos equipamentos do Cluster VxRail 01 Garantia com término em 26/03/2026 . Estimado para 33 meses.	263 TiB			

9	Aquisição de subscrição do addon VMware vSAN contemplando 1 TiB para VMware Cloud Foundation para substituir o suporte atual que encerra-se em 18/10/2026 . Estimado para 36 meses.	299 TiB			
Valor Total do Item/Grupo: R\$					

A tabela a seguir consolida o cronograma estimado para as novas vigências de suporte e garantia dos equipamentos Dell VxRail e switches de rede, baseando-se no encerramento das coberturas vigentes. O planejamento estabelece a Data Inicial Estimada como o dia subsequente ao término da garantia atual, e a Data Final Estimada projetada para 36 meses após o início da nova cobertura.

Cabe ressaltar que será contratado serviço de garantia apenas para 2 dos contrato n. 113/2020 (1927348) porque um deles não está sendo utilizado em ambiente de risco, sendo desnecessária a extensão da garantia.

Quadro 1 - Cronograma de ativação do serviço de garantia e manutenção dos Hardwares

Item	Objeto	Quantidade	Data inicial para disponibilizar o serviço/subscrição	Data final estimada	Quantidade aproximada de meses de garantia/suporte
1	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F . Garantia com término em 26/03/2026 . Contrato n° 113/2020 (1927348).	8 nodes	Até 15 (quinze) úteis dias, contados a partir da data de sua última assinatura pelas partes.	27/03/2029	33
2	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F . Garantia com término em 22/04/2027 . Contrato 380 (2536842) .	10 nodes	23/04/2027	19/10/2029	30
3	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC Vxrail P570F . Garantia com término em 27/10/2027 . Termo Aditivo 110 (2391479) .	2 nodes	28/10/2027	19/10/2029	24
4	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para Switch modelo Dell PowerSwitch S4048-ON. Garantia com término em 26/03/2026 . Contrato n° 113/2020 (1927348).	2 switches	Até 15 (quinze) úteis dias, contados a partir da data de sua última assinatura pelas partes.	27/03/2029	33
5	Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para Switch modelo Dell PowerSwitch S4148FON. Garantia com término em 22/04/2027 . Contrato 380 (2536842) .	2 switches	23/04/2027	19/10/2029	30

Conforme já informado nos subitens **2.1** a **2.10** do Termo de Referência, a fabricante VMware descontinuou o modelo de licenciamento perpétuo que atualmente temos contratado, diante disso, será necessário adquirir novas subscrições, que se dará de acordo com a expiração da garantia dos servidores e o suporte atual das licenças VMware.

No antigo Contrato, a quantidade de licenças de gerenciamento VMware Cloud Foundation se dava pela quantidade de CPU Sockets (o processador inteiro), com a nova política o licenciamento é por meio de CPU Cores. Já a quantidade de licenciamento do vSAN Add-on é calculado pela capacidade total de armazenamento bruto (*Raw Capacity*) gerenciada pelo software. Dessa forma, a quantidade de licença, bem como o prazo de estimado para a disponibilização está disposta no quadro abaixo:

Quadro 2 - Ativação de subscrições VMware

Item	Objeto	Quantidade	Part Number	Data inicial para disponibilizar o serviço/subscrição	Data final estimada	Quantidade aproximada de meses de garantia/suporte
6	Aquisição de subscrição do software de gerenciamento VMware Cloud Foundation para servidor Dell EMC Vxrail P570F . Final da garantia dos equipamentos do Cluster VxRail 01 . Garantia com término em 26/03/2026 . Contrato n° 113/2020 (1927348).	576 Core	VCF-CLD-FND-A.	Até 15 (quinze) úteis dias, contados a partir da data de sua última assinatura pelas partes.	27/03/2029	33
7	Aquisição de subscrição do software de gerenciamento VMware Cloud	960 Core	VCF-CLD-FND-A.	19/10/2026	19/10/2029	36

Item	Objeto	Quantidade	Part Number	Data inicial para disponibilizar o serviço/subscrição	Data final estimada	Quantidade aproximada de meses de garantia/suporte
	Foundation(VCF) para substituir o suporte atual que encerra-se em 18/10/2026					
8	Aquisição de subscrição do addon VMware vSAN contemplando 1 TiB para VMware Cloud Foundation. Final da garantia dos equipamentos do Cluster VxRail 01 Garantia com término em 26/03/2026 . Contrato nº 113/2020 (1927348).	263 TiB	VCF-VSAN-8	Até 15 (quinze) úteis dias, contados a partir da data de sua última assinatura pelas partes.	27/03/2029	33
9	Aquisição de subscrição do addon VMware vSAN contemplando 1 TiB para VMware Cloud Foundation para substituir o suporte atual que encerra-se em 18/10/2026	299 TiB	VCF-VSAN-8	19/10/2026	19/10/2029	36

Cabe ressaltar que, embora o vencimento imediato da garantia atinja especificamente 8 (oito) nós do servidor Dell EMC VxRail P570F, o planejamento da contratação prevê a aquisição de licenciamento VMware Cloud Foundation e subscrição do addon VMware vSAN para o total de 12 (doze) equipamentos. Tal medida é tecnicamente indispensável, uma vez que os 4 (quatro) nós remanescentes, ainda que possuam garantia vigente, integram o mesmo cluster hiperconvergente.

A arquitetura VxRail exige a uniformidade de versões de software, firmware e níveis de suporte entre todos os componentes do cluster para garantir a alta disponibilidade e a estabilidade do ambiente. Portanto, a inclusão da totalidade dos nós visa evitar incompatibilidades técnicas e assegurar que a atualização do licenciamento e do suporte ocorra de forma centralizada e simultânea, preservando a continuidade operacional da infraestrutura.

Vale ressaltar que os ambientes VxRail já adquiridos foram entregues com o licenciamento necessário à sua operação, conforme as condições vigentes à época da respectiva contratação. Todavia, após a aquisição da VMware pela Broadcom, sobreveio alteração substancial na política comercial adotada para tais soluções, deixando de ser disponibilizada a comercialização apartada de licenças de produtos específicos, a exemplo de vSAN e vSphere, os quais passaram a ser ofertados prioritariamente por meio de bundles que os contemplam.

Cumpramos destacar, ainda, que o TJRO já dispõe de licenciamento do ambiente vSphere, adquirido por meio do Contrato nº 229 (3637784), com vigência até outubro de 2029. Não obstante, a manutenção da continuidade operacional dos ambientes, bem como a garantia de suporte e de sua eventual evolução tecnológica, demandam nova contratação, por meio dos bundles propostos nos quadros, tendo em vista que, embora já exista licenciamento anteriormente adquirido para produtos específicos, o modelo comercial atualmente adotado pelos fornecedores não mais admite sua aquisição de forma isolada.

Registre-se, ademais, que foi envidada tentativa de aquisição direta do referido licenciamento junto à Dell. Contudo, ao final do exercício de 2025, a empresa informou que não mais realizava a comercialização desse licenciamento de forma individualizada. Em razão disso, realizou-se consulta junto à Broadcom, a qual, no mesmo sentido, esclareceu não efetuar a venda apartada dessas licenças, mantendo sua disponibilização exclusivamente no formato de bundles.

A tabela abaixo demonstra a temporalidade dos serviços e subscrições a serem contratados:

Final Vigência	Suporte e Garantia Estendida VxRail			Suporte e Garantia Estendida Switch		Subscrição VMware Cluster VxRail 01			Subscrição VMware Cluster VxRail 02			Subscrição VMware Cluster VxRail 03		
	Bloco 1	Bloco2	Total Qtd Nodes	Bloco 1	Total Qtd SW	Hosts	VCF	vSAN	Hosts	VCF	vSAN	Hosts	VCF	vSAN
mar./26	8		8		0	12	576	263						
abr./26	8		8		0									
mai./26	8		8	4	4									
jun./26	8		8	4	4									
jul./26	8		8	4	4									
ago./26	8		8	4	4									
set./26	8		8	4	4									
out./26	8		8	4	4									
nov./26	8		8	4	4				12	576	263	6	384	36
dez./26	8		8	4	4									
jan./27	8		8	4	4									
fev./27	8	12	20	4	4									
mar./27	8	12	20	4	4	12	576	263						
abr./27	8	12	20	4	4									
mai./27	8	12	20	4	4									
jun./27	8	12	20	4	4									
jul./27	8	12	20	4	4									
ago./27	8	12	20	4	4									
set./27	8	12	20	4	4									
out./27	8	12	20	4	4									

nov./27	8	12	20	4	4				12	576	263	6	384	36
dez./27	8	12	20	4	4									
jan./28	8	12	20	4	4									
fev./28	8	12	20	4	4									
mar./28	8	12	20	4	4	12	576	263						
abr./28	8	12	20	4	4									
mai./28	8	12	20	4	4									
jun./28	8	12	20	4	4									
jul./28	8	12	20	4	4									
ago./28	8	12	20	4	4									
set./28	8	12	20	4	4									
out./28	8	12	20	4	4									
nov./28	8	12	20	4	4				12	576	263	6	384	36
dez./28	8	12	20	4	4									
jan./29	8	12	20	4	4									
fev./29	8	12	20	4	4									
mar./29		12	12	4	4									
abr./29		12	12	4	4									
mai./29		12	12											
jun./29		12	12											
jul./29		12	12											
ago./29		12	12											
set./29		12	12											
out./29		12	12											
nov./29														

Nos subitens a seguir, será detalhado a especificação técnica de cada um dos itens a serem contratados.

DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Item 1 - Serviço de garantia, manutenção e monitoramento remoto para servidores hiperconvergentes da marca Dell EMC modelo Vxrail P570F com garantia até 26/03/2026.

1.1. Descrição dos equipamentos

1.1.1. O serviço de garantia, manutenção e monitoramento remoto deverão ser prestados para os seguintes equipamentos:

Item	Hardware	Descrição do Equipamento	Service TAG
1	1	VXRAIL P570F	C1TLK73
	2	VXRAIL P570F	G1TLK73
	3	VXRAIL P570F	F1TLK73
	4	VXRAIL P570F	D1TLK73
	5	VXRAIL P570F	JC4NF93
	6	VXRAIL P570F	GC4NF93
	7	VXRAIL P570F	FC4NF93
	8	VXRAIL P570F	HC4NF93

1.2. Especificação técnica dos equipamentos

1.2.1. Todos os equipamentos listados no item 1.1.1 possuem as seguintes configurações:

1.2.1.1. Servidores hiperconvergentes, marca Dell, fabricante EMC, modelo VxRail P570F – ALL FLASH.

1.2.1.2. Configuração de hardware dos appliances VXRAIL P570F.

1.2.1.3. Processamento: 2 (dois) processadores Intel(R) Xeon(R) Gold 6252 CPU.

1.2.1.4. Memória RAM: Composta por 24 (vinte e quatro) módulos de 32GB RDIMM, operando a 3200MT/s, Dual Rank.

1.2.1.5. Dispositivo de boot: 1 (uma) controladora BOSS controller card + with 2 M.2 Sticks 240G (RAID 1).

1.2.1.6. Disco Cache vSAN: 4 (quatro) unidades de 1.6TB SSD SAS Mix Use 12Gbps 512e 2.5in Hot-plug AG Drive, 3 DWPD.

1.2.1.7. Disco Capacidade: 20 (vinte) unidades de 3.84TB SSD SATA Read Intensive 6Gbps 512 2.5in Hot-plug AG Drive, 1 DWPD.

1.2.1.8. Interface de Rede: 1 (uma) interface Intel X710 Quad Port 10GbE SFP+.

1.3. Diretrizes gerais dos serviços a serem prestados

1.3.1. Deverá ser assegurado pela contratada, que os *appliances* hiperconvergentes Dell VxRail e todo o respectivo software proprietário associado à solução, incluindo, mas não se limitando, ao VxRail Manager (HCI System Software), ferramentas de gerenciamento, automação, monitoramento, atualizações e pacotes de lifecycle management (LCM), permanecerão integralmente suportados pela Contratada durante toda a vigência contratual.

1.3.1.1. O suporte deverá abranger a manutenção da compatibilidade entre hardware, firmware e camadas de virtualização, garantindo a continuidade operacional, a conformidade do ambiente e a aderência às boas práticas recomendadas pelo fabricante.

1.3.2. Na hipótese de ocorrência de falha grave, indisponibilidade total (*crash*) ou incompatibilidade decorrente de versões de software, firmware ou componentes da solução Dell VxRail que impeçam o funcionamento regular do ambiente de virtualização baseado em tecnologias Broadcom/VMware, caberá integralmente à Contratada a responsabilidade técnica pela adoção de todas as medidas necessárias ao restabelecimento do serviço sem custos adicionais ao TJRO.

1.3.2.1. Essas medidas poderão incluir, quando tecnicamente indispensável, a desinstalação, desativação ou remoção de softwares proprietários da Dell associados ao VxRail, bem como a reconfiguração do ambiente para operação direta sobre a camada de virtualização Broadcom/VMware, sem prejuízo à integridade dos dados, à continuidade dos serviços e sem qualquer ônus adicional para o Tribunal.

1.3.2.2. O TJRO poderá solicitar a reconfiguração do ambiente, sem prejuízo à integridade dos dados e à execução das máquinas virtuais, com o intuito de melhorar a eficiência dos recursos e/ou utilizar uma nova abordagem na distribuição dos equipamentos. Essa solicitação deverá ser previamente alinhada com a Contratada, não acarretando qualquer ônus adicional ao Tribunal.

1.3.3. O serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidor Dell EMC VxRail P570F deverá englobar o Suporte Técnico aos software associados a solução em todos os níveis, deverá contemplar toda a plataforma de Virtualização de Servidores da Contratante, incluindo ainda as soluções VMware e Dell a seguir, sejam as suítes e/ou seus respectivos produtos inclusos tais como: VMware Cloud Foundation e todos os integrantes deste pacote.

1.3.4. O suporte técnico deve estar disponível para abertura de chamados técnicos 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, por meio de sistema *Web* e telefone (0800 ou número com valor de ligação local na cidade de Porto Velho).

1.3.5. Deverá ser disponibilizado profissional da Contratada, durante toda a vigência contratual, atuando como ponto de contato prioritário e responsável pelo acompanhamento técnico-operacional do ambiente.

1.3.6. O serviço de Suporte Técnico será composto pelos seguintes elementos:

1.3.6.1. A contratada deverá disponibilizar um **TAM (Technical Account Manager)**, com competência de no mínimo:

1.3.6.1.1. Realizar revisões consultivas da arquitetura, dos processos e dos planos de organização do ambiente de nuvem privada;

1.3.6.1.2. Validar áreas críticas da arquitetura, incluindo rede, segurança, servidores físicos e armazenamento;

1.3.6.1.3. Auditar processos críticos, tais como backup, recuperação, failover, failback e provisionamento;

1.3.6.1.4. Comunicar novas versões, alertas de segurança e avaliar impactos de patches e upgrades nas aplicações;

1.3.6.1.5. Realizar revisões periódicas da arquitetura e emitir recomendações técnicas;

1.3.6.1.6. Gerenciar fornecedores terceiros envolvidos na execução do suporte técnico;

1.3.6.1.7. Atuar como ponto único de prestação de contas para escalonamento e gestão de incidentes, chamados e solicitações junto às diversas áreas da Contratada;

1.3.6.1.8. Orientar quanto às melhores práticas e à gestão das soluções implantadas;

1.3.6.1.9. Participar de reuniões de equipe, atualizações de status e apresentar relatórios de progresso;

1.3.6.1.10. Conduzir reuniões periódicas de verificação (checkpoints), previamente agendadas, para levantamento de demandas, esclarecimento de dúvidas e acompanhamento de chamados.

1.3.6.1.11. O TAM deverá estar disponível para contato ilimitado por telefone e e-mail, em regime 8x5 (oito horas por dia, cinco dias por semana), em dias úteis, considerando o horário de expediente do Tribunal na cidade de Porto Velho.

1.3.6.1.12. Deverá, ainda, apresentar relatório mensal de atividades, contemplando indicadores de desempenho, análise de tendências e recomendações técnicas.

1.3.6.2. A Contratada deverá disponibilizar **Central de Monitoramento** com as seguintes funcionalidades mínimas:

1.3.6.2.1. Portal web com dashboards dinâmicos, visualização em tempo real, alarmes e histórico de incidentes;

1.3.6.2.2. Notificação automática por meio de mensagens instantâneas (como WhatsApp) e abertura de chamados por gatilhos configuráveis, sendo de responsabilidade da Contratada todos os custos relacionados à utilização de APIs necessárias;

1.3.6.2.3. Emissão de relatórios de disponibilidade e desempenho, conforme indicadores definidos pelo Tribunal ou alinhados a padrões de mercado; e

1.3.6.2.4. Manutenção de diário de bordo contendo o detalhamento dos procedimentos operacionais adotados para cada tipo de falha ou incidente.

1.3.6.3. A Contratada deverá prestar serviços especializados de **suporte técnico nas modalidades reativa, corretiva e proativa, bem como operação assistida**, abrangendo todo o ambiente e os componentes da solução baseada em VMware Cloud Foundation.

1.3.6.4. O suporte técnico, em todos os níveis, deverá observar as seguintes premissas e competências mínimas:

1.3.6.4.1. Premissas Gerais

1.3.6.4.1.1. A Contratada deverá observar, no mínimo, as seguintes premissas na execução dos serviços:

1.3.6.4.1.1.1. Assegurar a contínua aplicação das melhores práticas homologadas pelo fabricante em todo o ambiente;

1.3.6.4.1.1.2. Realizar a identificação, análise e mitigação contínua de possíveis pontos de falha;

1.3.6.4.1.1.3. Garantir a aderência integral às recomendações técnicas, arquiteturais e operacionais do fabricante;

1.3.6.4.1.1.4. Atuar de forma proativa, com foco na prevenção de incidentes, na otimização do desempenho e na maximização da disponibilidade dos serviços; e

1.3.6.4.1.1.5. Manter o ambiente em conformidade (compliance) com padrões de mercado e diretrizes do Tribunal.

1.3.6.4.2. Atividades Técnicas e Operacionais

1.3.6.4.2.1. A Contratada deverá, no mínimo:

- 1.3.6.4.2.2. Elaborar, manter e atualizar procedimentos de instalação, configuração, operação e recuperação de serviços, incluindo cenários de falha e desastre, a serem registrados na Base de Conhecimento;
- 1.3.6.4.2.3. Elaborar e executar planos de atualização de produtos, incluindo aplicação de patches, correções e upgrades, mantendo o ambiente atualizado e suportado pelo fabricante;
- 1.3.6.4.2.4. Produzir documentação técnica do tipo as-built após alterações relevantes no ambiente;
- 1.3.6.4.2.5. Executar atividades operacionais com base em procedimentos padronizados, adaptados à realidade do Tribunal;
- 1.3.6.4.2.6. Elaborar relatórios de atividades, detalhando ações realizadas, ajustes efetuados e recomendações;
- 1.3.6.4.2.7. Garantir a operação da solução conforme melhores práticas, assegurando níveis adequados de desempenho e disponibilidade;
- 1.3.6.4.2.8. Atuar na redução de impactos pós-implantação, minimizando incidentes decorrentes de falhas operacionais;
- 1.3.6.4.2.9. Padronizar procedimentos operacionais, viabilizando sua execução pela equipe interna do Tribunal; e
- 1.3.6.4.2.10. Elaborar e manter procedimentos de otimização contínua do ambiente.

1.3.6.4.3. Gestão de Incidentes, Problemas e Mudanças

- 1.3.6.4.3.1. A Contratada deverá, no mínimo:
- 1.3.6.4.3.2. Atuar na tratativa de incidentes, requisições de serviço, problemas e mudanças, conforme processos definidos e Acordos de Nível de Serviço (ANS);
- 1.3.6.4.3.3. Realizar análise de causa-raiz (RCA) para incidentes críticos;
- 1.3.6.4.3.4. Formalizar e submeter mudanças ao processo de gestão de mudanças do Tribunal;
- 1.3.6.4.3.5. Abrir, acompanhar e escalar chamados junto ao fabricante, quando necessário; e
- 1.3.6.4.3.6. Registrar obrigatoriamente todas as ocorrências na ferramenta oficial de gestão de TIC do Tribunal.

1.3.6.4.4. Monitoramento e Saúde do Ambiente

- 1.3.6.4.4.1. A Contratada deverá, no mínimo:
- 1.3.6.4.4.2. Avaliar continuamente a saúde dos itens de configuração, garantindo níveis adequados de disponibilidade e desempenho;
- 1.3.6.4.4.3. Definir e ajustar limites operacionais (thresholds) e parâmetros de monitoramento;
- 1.3.6.4.4.4. Configurar dashboards, relatórios e painéis na ferramenta nativa do ambiente;
- 1.3.6.4.4.5. Integrar ferramentas de monitoramento com mecanismos de alerta, eventos e logs;
- 1.3.6.4.4.6. Tratar imediatamente alertas gerados, iniciando diagnóstico e resolução;
- 1.3.6.4.4.7. Manter a integridade da Central de Monitoramento, incluindo coleta de dados e funcionamento de agentes; e
- 1.3.6.4.4.8. Emitir checklist diário de verificação do ambiente, com envio ao Tribunal.

1.3.6.4.5. Suporte Proativo e Preventivo

- 1.3.6.4.5.1. A Contratada deverá, no mínimo:
- 1.3.6.4.5.2. Executar ações preventivas independentemente de solicitação do Tribunal;
- 1.3.6.4.5.3. Realizar atividades de planejamento, testes, validações e otimizações do ambiente;
- 1.3.6.4.5.4. Promover transferência de conhecimento à equipe do Tribunal;
- 1.3.6.4.5.5. Realizar health checks periódicos (limitados a 12 por ano), com apresentação de cronograma e relatórios técnicos; e
- 1.3.6.4.5.6. Avaliar conformidade do ambiente com as melhores práticas do fabricante.

1.3.6.4.6. Operação Assistida

- 1.3.6.4.6.1. A Operação Assistida deverá ser prestada pela Contratada em regime de 8x5 (oito horas por dia e cinco dias por semana), em dias úteis, observando-se o horário de expediente do Tribunal na cidade de Porto Velho/RO, e compreenderá, no mínimo, as seguintes atividades:
- 1.3.6.4.6.2. Prestar apoio à execução de atualizações, instalações e configurações;
- 1.3.6.4.6.3. Apoiar tecnicamente na implementação de melhorias e novas funcionalidades;
- 1.3.6.4.6.4. Elaborar e manter atualizada a documentação técnica pertinente, incluindo planos de ação, relatórios, pareceres técnicos e laudos;
- 1.3.6.4.6.5. Fornecer consultoria técnica sob demanda para otimização do uso da infraestrutura; e
- 1.3.6.4.6.6. O horário poderá ser alterado mediante solicitação do Tribunal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

1.3.6.4.7. Execução de Atividades Programadas

- 1.3.6.4.7.1. A Contratada deverá executar as atividades programadas de forma planejada, controlada e devidamente registrada, observando, no mínimo, as seguintes diretrizes:
- 1.3.6.4.7.2. Realizar, obrigatoriamente, fora do horário de expediente, inclusive em finais de semana e feriados, todas as atividades que impliquem risco potencial de indisponibilidade dos serviços, sem ônus adicional para o Tribunal;
- 1.3.6.4.7.3. Executar requisições padronizadas, como criação de usuários, redefinição de senhas e ajustes operacionais; e
- 1.3.6.4.7.4. Assegurar Registro e acompanhamento de todas as atividades na ferramenta de gestão do Tribunal.

1.3.6.4.8. Central de Serviços (Service Desk)

1.3.6.4.8.1. A Contratada deverá disponibilizar Central de Serviços operando em regime contínuo 24x7, com capacidade adequada ao volume de demandas, contemplando:

1.3.6.4.8.2. Registro, acompanhamento e encerramento de chamados técnicos;

1.3.6.4.8.3. Atendimento por meio de sistema, telefone (0800 ou equivalente) e e-mail;

1.3.6.4.8.4. Atualização do status dos chamados em intervalos máximos de 60 (sessenta) minutos;

1.3.6.4.8.5. Gerenciamento completo do ciclo de vida dos chamados;

1.3.6.4.8.6. Comunicação contínua com o Tribunal sobre o andamento das demandas;

1.3.6.4.8.7. Abertura e acompanhamento de chamados junto a fornecedores e fabricante; e

1.3.6.4.8.8. Todos os chamados deverão respeitar os prazos definidos nos Níveis Mínimos de Serviço (NMS), contados a partir de sua abertura.

1.3.6.4.9. Registro e Controle

1.3.6.4.9.1. A Contratada deverá assegurar o registro, controle e rastreabilidade de todos os atendimentos realizados, observando, no mínimo, as seguintes diretrizes:

1.3.6.4.9.2. Todos os atendimentos deverão ser registrados na ferramenta oficial de gestão de TIC do Tribunal;

1.3.6.4.9.3. Chamados recebidos por telefone ou e-mail deverão ser registrados imediatamente;

1.3.6.4.9.4. Em caso de indisponibilidade da ferramenta, o registro deverá ocorrer assim que restabelecido o acesso; e

1.3.6.4.9.5. A ausência de registro caracterizará descumprimento contratual.

1.3.6.4.10. Encerramento e Reabertura

1.3.6.4.10.1. A Contratada deverá observar, no processo de encerramento e eventual reabertura de chamados, no mínimo, as seguintes diretrizes:

1.3.6.4.10.2. Assegurar que cada chamado contenha descrição detalhada da causa e solução adotada; e

1.3.6.4.10.3. Reconhecer que o Tribunal poderá reabrir chamados não satisfatoriamente resolvidos, mantendo-se os prazos originais.

1.3.6.4.11. Base de Conhecimento

1.3.6.4.11.1. A Contratada deverá criar e manter Base de Conhecimento atualizada, contendo:

1.3.6.4.11.2. Procedimentos operacionais;

1.3.6.4.11.3. Documentação técnica (as-built);

1.3.6.4.11.4. Planos de atualização e recuperação;

1.3.6.4.11.5. Registros de incidentes e soluções;

1.3.6.4.11.6. Relatórios técnicos e recomendações; e

1.3.6.4.11.7. A Base de Conhecimento deverá ser mantida na ferramenta oficial do Tribunal e será de sua propriedade.

1.3.6.4.12. Escopo Tecnológico da Solução

1.3.6.4.12.1. A Contratada será responsável pela sustentação integral dos componentes da solução VMware Cloud Foundation, incluindo, mas não se limitando a:

1.3.6.4.12.2. Virtualização (vSphere/ESXi e vCenter);

1.3.6.4.12.3. Armazenamento definido por software (vSAN);

1.3.6.4.12.4. Rede e segurança (NSX, quando licenciado);

1.3.6.4.12.5. Automação, operação e monitoramento;

1.3.6.4.12.6. Mobilidade de cargas (HCX);

1.3.6.4.12.7. Serviços de contêineres e Kubernetes (quando licenciados);

1.3.6.4.12.8. Gerenciamento do ciclo de vida (LCM via SDDC Manager); e

1.3.6.4.12.9. Deverá garantir compatibilidade entre versões, aplicação de patches, atualizações, suporte junto ao fabricante e restauração dos serviços, assegurando ambiente atualizado, estável e suportado, sem ônus adicional ao Tribunal.

1.3.6.4.13. Itens Fora do Escopo

1.3.6.4.13.1. Bancos de dados não nativos das soluções VMware;

1.3.6.4.13.2. Aplicações do Tribunal ou de terceiros;

1.3.6.4.13.3. Atendimento a usuário final; e

1.3.6.4.13.4. Sistemas operacionais convidados (*guest*).

2. Item 2 - Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidores hiperconvergentes da marca Dell EMC modelo Vxrail P570F com garantia até 22/04/2027.

2.1. Descrição dos equipamentos

2.1.1. O serviço de garantia, manutenção e monitoramento remoto deverão ser prestados para os seguintes equipamentos:

Item	Hardware	Descrição do Equipamento	Service TAG
2	9	VXRAIL P570F	GL3XPM3

	10	VXRAIL P570F	HL3XPM3
	11	VXRAIL P570F	4M3XPM3
	12	VXRAIL P570F	JL3XPM3
	13	VXRAIL P570F	7M3XPM3
	14	VXRAIL P570F	1M3XPM3
	15	VXRAIL P570F	2M3XPM3
	16	VXRAIL P570F	3M3XPM3
	17	VXRAIL P570F	5M3XPM3
	18	VXRAIL P570F	6M3XPM3

2.1.2. As especificações técnicas aplicáveis ao presente item são idênticas àquelas estabelecidas no **item 1 e seus respectivos subitens do Anexo I do Termo de Referência**, devendo ser integralmente observadas pela Contratada.

3. Item 3 - Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para servidores hiperconvergentes da marca Dell EMC modelo Vxrail P570F com garantia até 27/10/2027.

3.1. Descrição dos equipamentos

3.1.1. O serviço de garantia, manutenção e monitoramento remoto deverão ser prestados para os seguintes equipamentos:

Item	Hardware	Descrição do Equipamento	Service TAG
3	19	VXRAIL P570F	4GWDPK3
	20	VXRAIL P570F	5GWDPK3

3.1.2. As especificações técnicas aplicáveis ao presente item são idênticas àquelas estabelecidas no **item 1 e seus respectivos subitens do Anexo I do Termo de Referência**, devendo ser integralmente observadas pela Contratada.

4. Item 4 - Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para Switchs modelo Dell PowerSwitch S4048-ON com garantia até 26/03/2026.

4.1. Descrição dos equipamentos

4.1.1. O serviço de garantia, manutenção e monitoramento remoto deverão ser prestados para os seguintes equipamentos:

Item	Descrição do Equipamento	Service TAG
4	PowerSwitch S4048-ON	JD6JPK2
	PowerSwitch S4048-ON	BF6JPK2

4.1.2. O serviço de suporte técnico deverá estar disponível na modalidade 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, incluindo finais de semana e feriados nacionais, estaduais e municipais).

4.1.3. O acesso ao suporte deverá ser através dos canais oficiais disponibilizado pela CONTRATADA, conforme **subitem 1.3.4 das Especificações Técnicas**, Anexo I, deste Termo de Referência.

4.1.4. A Contratada deverá aplicar, continuamente, todas as atualizações de software, firmware, patches de segurança e correções de bugs (Upgrades e Updates) lançados pelo fabricante para o respectivo equipamento e seu sistema operacional durante toda a vigência do Contrato.

4.1.5. A Contratada deverá atuar como Ponto Único de Contato (Single Point of Contact - SPOC) para a abertura e acompanhamento dos chamados, responsabilizando-se pelo diagnóstico de falhas tanto de hardware quanto do sistema operacional embarcado no equipamento.

4.1.6. O serviço de garantia deverá cobrir a substituição de qualquer componente de hardware do equipamento que apresente defeito de fabricação e/ou falha de operação, incluindo inclusive fontes de alimentação.

4.1.7. O atendimento para substituição física de componentes defeituosos deverá ser do tipo *On-Site* (no local de instalação do equipamento, nas dependências do TJRO).

4.1.8. As peças de reposição deverão ser novas e originais, devendo possuir a mesma especificação técnica ou superior à da peça original (contanto que tenha compatibilidade com os equipamentos em questão).

4.1.9. Será de responsabilidade da Contratada todo o custo logístico de envio das peças de reposição para o TJRO, bem como o recolhimento e frete reverso das peças defeituosas substituídas.

4.1.10. Em caso de falha generalizada do equipamento, a contratada deverá realizar a substituição do mesmo por equipamento de igual modelo ou superior, desde que seja compatível com a solução VxRail.

4.1.11. Os equipamentos deverão ser monitorados de maneira contínua, observando os seguintes aspectos:

- a) Uso de CPU e Memória;
- b) Status das Fontes de Alimentação;
- c) Temperatura;
- d) Utilização de Banda (Throughput); e
- e) Erros e Descartes (Drops / Discards).

5. Item 5 - Serviço de garantia de hardware, manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e monitoramento remoto para Switchs modelo Dell PowerSwitch S4148FON com garantia até 22/04/2027.

5.1. Descrição dos equipamentos

5.1.1. O serviço de garantia, manutenção e monitoramento remoto deverão ser prestados para os seguintes equipamentos:

Item	Descrição do Equipamento	Service TAG
5	PowerSwitch S4148F-ON	6M79V43
	PowerSwitch S4148F-ON	C12KV43

5.1.2. As especificações técnicas aplicáveis ao presente item são idênticas àquelas estabelecidas no **item 4 e seus respectivos subitens do Anexo I do Termo de Referência**, devendo ser integralmente observadas pela Contratada.

6. Item 6 - Aquisição de subscrição do software de gerenciamento VMware Cloud Foundation para o Cluster VxRail 01, com final da garantia em 26/03/2026

6.1. Descrição do equipamento

Item	Descrição	Part Number	Unidade	Quantidade
6	VMware Cloud Foundation (VCF), 3Yr Subscription per Core	VCF-CLD-FND-A.	Core	576

6.2. A solução deverá atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:

6.2.1. Prover licenciamento válido e ativo do VMware Cloud Foundation (VCF) e do vSAN Add-On, como requisito essencial para garantir a operação regular, suportada e em conformidade da camada de virtualização, do armazenamento definido por software (SDS) e da gestão do ambiente hiperconvergente (cluster);

6.2.2. Assegurar que o licenciamento fornecido mantenha o ambiente aderente às políticas de conformidade, suporte e boas práticas estabelecidas pelo fabricante do software;

6.2.3. Garantir o direito de atualização de versões pelo período mínimo de 03 (três) anos, contemplando, sem limitação:

- a) versões maiores (major releases);
- b) versões menores (minor releases);
- c) versões de manutenção (maintenance releases); e
- d) atualizações (updates) e correções (patches).

6.2.4. Disponibilizar acesso às atualizações e versões por meio de download em sítio eletrônico oficial do fabricante, garantindo autenticidade, integridade e disponibilidade dos pacotes;

6.2.5. Disponibilizar mecanismos que permitam aos técnicos do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO) solicitar diretamente ao fabricante o acesso às mídias, licenças e autorizações necessárias para download, instalação e atualização dos softwares;

6.2.6. Prover serviço de suporte técnico do fabricante, compreendendo atendimento especializado para:

- a) solução de incidentes relacionados ao funcionamento e à disponibilidade da solução; e
- b) esclarecimento de dúvidas quanto à instalação, configuração, operação e atualização dos produtos.

6.2.7. Assegurar que o suporte técnico esteja disponível para abertura de chamados 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana (24x7), por meio de, no mínimo, os seguintes canais:

- a) sistema Web (portal de atendimento);
- b) atendimento telefônico; e
- c) correio eletrônico.

6.2.8. Garantir ao TJRO o direito de uso da solução por meio de subscrição, assegurando o acesso integral a todas as funcionalidades disponíveis durante a vigência contratual;

6.2.9. Assegurar que a modalidade de subscrição permita a utilização contínua do software pelo período contratado, incluindo acesso a atualizações, suporte e funcionalidades licenciadas;

6.2.10. Responsabilizar-se pela correta aplicação, ativação e associação das licenças no ambiente de virtualização do TJRO, garantindo sua plena operacionalidade e conformidade com os termos do fabricante.

7. Item 7- Aquisição de subscrição do software de gerenciamento VMware Cloud Foundation(VCF) para os Clusters VxRail 02 e 03, com final da garantia em 18/10/2026

7.1. descrição do equipamento

Item	Descrição	Part Number	Unidade	Quantidade
7	VMware Cloud Foundation (VCF), 3Yr Subscription per Core	VCF-CLD-FND-A.	Core	960

7.2. As especificações técnicas aplicáveis ao presente item são idênticas àquelas estabelecidas no **item 6 e seus respectivos subitens do Anexo I do Termo de Referência**, devendo ser integralmente observadas pela Contratada.

8. Item 8 - Aquisição de subscrição do software VMware vSAN Add-on para o Cluster VxRail 01, com final da garantia em 26/03/2026

8.1. Descrição do equipamento

Item	Descrição	Part Number	Unidade	Quantidade
8	VMware vSAN Add-On, 3Yr Subscription per TiB	VCF-VSAN-8	TiB	263

8.2. A solução deverá atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:

8.2.1. Prover licenciamento válido e ativo do VMware Cloud Foundation (VCF) e do vSAN Add-On, como requisito essencial para garantir a operação regular, suportada e em conformidade da camada de virtualização, do armazenamento definido por software (SDS) e da gestão do ambiente hiperconvergente (cluster).

8.2.2. Assegurar que o licenciamento fornecido mantenha o ambiente aderente às políticas de conformidade, suporte e boas práticas estabelecidas pelo fabricante do software.

8.2.3. Garantir o direito de atualização de versões pelo período mínimo de 03 (três) anos, contemplando, sem limitação:

- a) versões maiores (major releases);
- b) versões menores (minor releases);
- c) versões de manutenção (maintenance releases); e
- d) atualizações (updates) e correções (patches).

8.2.4. Disponibilizar acesso às atualizações e versões por meio de download em sítio eletrônico oficial do fabricante, garantindo autenticidade, integridade e disponibilidade dos pacotes;

8.2.5. Disponibilizar mecanismos que permitam aos técnicos do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO) solicitar diretamente ao fabricante o acesso às mídias, licenças e autorizações necessárias para download, instalação e atualização dos softwares;

8.2.6. Prover serviço de suporte técnico do fabricante, compreendendo atendimento especializado para:

- a) solução de incidentes relacionados ao funcionamento e à disponibilidade da solução; e
- b) esclarecimento de dúvidas quanto à instalação, configuração, operação e atualização dos produtos.**

8.2.7. Assegurar que o suporte técnico esteja disponível para abertura de chamados 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana (24x7), por meio de, no mínimo, os seguintes canais:

- a) sistema Web (portal de atendimento);
- b) atendimento telefônico; e
- c) correio eletrônico.

8.2.8. Garantir ao TJRO o direito de uso da solução por meio de subscrição, assegurando o acesso integral a todas as funcionalidades disponíveis durante a vigência contratual;

8.2.9. Assegurar que a modalidade de subscrição permita a utilização contínua do software pelo período contratado, incluindo acesso a atualizações, suporte e funcionalidades licenciadas;

8.2.10. Responsabilizar-se pela correta aplicação, ativação e associação das licenças no ambiente de virtualização do TJRO, garantindo sua plena operacionalidade e conformidade com os termos do fabricante.

9. Item 9 - Aquisição de subscrição do software VMware vSAN Add-on para Clusters VxRail 02 e 03, com final da garantia para 18/10/2026**9.1. Descrição do equipamento**

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
9	VMware vSAN Add-On, 3Yr Subscription per TiB	TiB	299

9.2. As especificações técnicas aplicáveis ao presente item são idênticas àquelas estabelecidas no **item 8 e seus respectivos subitens do Anexo I do Termo de Referência**, devendo ser integralmente observadas pela Contratada.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO DAS CHAGAS VITALINO FEITOSA, Assessor (a) Jurídico (a)**, em 08/05/2026, às 13:41 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>, informando o código verificador **5639002** e o código CRC **F9162D5D**.